n. 33 2021

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
Estudo da Síndrome de Burnout em Profissionais da EAD, Nível De Conhecimento Sobre a Síndrome e Métodos de Prevenção Utilizados. Duarte, Adailton Rodrigues. Págs. 04 – 14	**04**
A Função Moral das Fábulas na Educação Infantil. Andrade, Camila Pereira Garcia; Ribeiro, Renata Nardy. Págs. 15– 27	**15**
Gestão De Pessoas Diante Do Avanço Tecnológico. Rodrigues, Ezequiel. Págs. 28 – 35	**28**
Reflexões e Resignificados da Alfabetização de Crianças com Transtorno do Espectro Autista l. Costa, Elenice Rabelo. Págs. 36– 43	**36**
Educação Especial Inclusiva no Brasil: Conflitos e Dilemas Enfrentados na Garantia dos Diretos às Pessoas com Deficiência. Silva, Letycia de Sousa; Ribeiro, Renata Nardy. Págs. 44 - 53	**44**
A Afetividade no Período da Alfabetização como Contribuição no Processo de Ensino/Aprendizagem. Freitas, Luciana Aparecido. Págs. 54 – 64	**54**
A Influência da Gestão Tributária do Pis e Cofins nas Microempresas do Setor de Açougue de Aracati-Ceará Sob a Gestão Financeira: Estudo de Caso. Silva, Moacir Ribeiro da. Págs. 65 – 81	**65**
Feminicídio: Violência de Gênero. Miranda, Rayanne Barreto. Págs. 82 – 92	**82**
A Face Oculta Da Alma. Carvalho, Estrelado Rosineide Maria de. Págs. 93 – 101	**93**
Moralidade e Ética no Serviço Público. Machado, Sandra Lia Ribeiro. Págs. 102 – 109.	**102**

Editorial

QUANDO A EDUCAÇÃO SAI DA MATRIZ PARA DAR LUGAR AO NOVO NORMAL

Tal qual o roteiro dos filmes de ficção científica, o advento da COVID-19 em 2020, não deixou outra opção para a Educação, que fosse trazer para o presente projetos idealizados para o futuro. E, concomitantemente, dar o start para que a internet assumisse o papel de salvar o ano letivo.

Mal saberíamos, que assim como na ficção, a pandemia mudaria o roteiro do nosso futuro, causando impactos em toda a esfera do Governo, economia e na sociedade em geral. Por um lado, a letargia para entender o que está acontecendo e, por outro, o aceleramento das transformações digitais provocadas intencionalmente pelo coronavírus, obrigando Faculdades e demais instituições de ensino que ainda não haviam migrado para o digital sair do presencial para o EAD.

Não há mais dúvidas, assim como cantou Legião Urbana "e o futuro não é mais como era antigamente". A metamorfose do digital chegou para ficar, assim como na virada do séc. XX para o séc. XXI, quando vimos as velhas práticas sendo abraçadas pela inovação das tecnologias.

A Educação do "Novo Normal" ressaltou a importância do acesso à tecnologia nos lares de milhares de brasileiros para garantir que os alunos continuassem a terem aproximação com os conteúdos da sala presencial e, mesmo para aqueles alunos e pais que não tinham condições financeiras ou de internet para estarem juntos no processo, foram criadas alternativas para o enfrentamento dessa pandemia com o recebimento de materiais físicos nas escolas e possibilidades e atividades que fossem igualmente avaliadas.

Novamente, vivenciamos os benefícios da transformação da tecnologia com o ensino a distância, e a afirmação da persona do professor como elo no processo de aprendizagem deste novo cenário. Os questionamentos agora nos convidam para uma reflexão mais complexa e inclusiva acerta do futuro da educação. Qual o próximo passo da educação na caminhada pelo meio digital?

Muitas são as especulações, mas uma coisa é certa, jamais voltaremos ao modelo antigo de se fazer educação. Fato é que a velha sala de aula deixará saudades e muitas histórias para serem lembradas. Com isso, entra em cena a parceria proposta na pandemia, a junção da sala de aula física com a online, mesclando as atividades presenciais com remotas, num novo modelo híbrido de fazer educação.

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

ESTUDO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA EAD, NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A SÍNDROME E MÉTODOS DE PREVENÇÃO UTILIZADOS.

Duarte, Adailton Rodrigues[1]

RESUMO:
O presente artigo teve como objeto principal desvelar e caracterizar historicamente o fenômeno Síndrome de Burnout, e ainda: identificar o nível de conhecimento que os profissionais de algumas escolas de ensino a distância do Distrito Federal possuem sobre a Síndrome, descrevendo pelos mesmos quais meios, tem sido utilizado na prevenção do Burnout. Como lente metodológica para esse fim foi utilizada a pesquisa qualitativa por ser este o procedimento usual na pesquisa. Percorrida toda trajetória, englobando o histórico da síndrome, aspectos de formação e proletarização da gestão atual, será possível neste artigo compreender as respostas ao problema e as questões levantadas. O referencial teve suas bases em Freunderberger (1974), Cristina Maslash (1981), Lipp (2002), Benevides-Pereira (2002), Tardif e Lessard (2005) e Minayo (1994).

PALAVRAS-CHAVE
Síndrome de Burnout - Proletarização

INTRODUÇÃO

Originado na Inglaterra, o termo Síndrome de Burnout refere-se aquilo que deixou de funcionar por exaustão, desgaste, esgotamento, decepção e perda total de interesse por atividades de trabalho voltado para o contato direto com pessoas em prestação de serviços (MICHAELIS, 1989). No inicio os estudos e pesquisas sobre a síndrome eram desenvolvidas somente em profissionais da área de saúde, porém com o tempo o burnout passou a ser investigado e identificado em outras profissões inclusive em Gestores Educacionais. Neste sentido, este artigo abordará a Síndrome de Burnout em todos aspectos necessários para dar ênfase e esclarecimento as questões do título supracitado. De acordo com Benevides-Pereira (2002, p.17)

> O objetivo primeiro para estudar e assim compreender o Burnout justifica-se em que tais investigações permitem a possibilidade de poder se prevenir e/ou intervir sobre os processos que desencadeiam esta síndrome, minimizando suas conseqüências.

[1] Graduado em Pedagogia, Especialista em: Gestão e Administração Escolar, Orientação Educacional, Educação de Jovens e Adultos e Docência do Ensino Superior. E-mail: adailton.rodriguesduarte@gmail.com

Diante do supracitado, este artigo objetivou responder de maneira prática perguntas e respostas diretas realizada com gestores de escolas do Distrito Federal sobre nível de conhecimento que os mesmos tem sobre síndrome de burnout, e como tem lhe dado com os problemas decorrentes da síndrome no dia a dia da gestão educacional. Devido a complexidade do tema, neste artigo foi utilizada a pesquisa qualitativa devido a importância em responder questões muito particulares, ou seja, compreender e interpretar fenômenos a partir de seus significantes e contexto de tarefas.

O presente artigo está organizado em subtítulos a saber:

No primeiro tópico é apresentado através de embasamento teórico, o histórico sobre a síndrome de burnout, em todos os aspectos. Como, onde e quando surgiu, quem foi os primeiros estudiosos do burnout, o que é a síndrome, e quais são os aspectos pelos quais desenvolveram os estudos.

No último tópico é descrito a apresentação, análise e discussão dos dados da pesquisa, realizada com gestores de escolas variadas no Distrito Federal.

HISTÓRICO DA SÍNDROME DE BURNOUT

A Síndrome de Burnout foi o termo utilizado por autores estrangeiros com o objetivo de caracterizar um novo tipo de estresse associado ao trabalho. Entretanto, é importante explicitar cientificamente todo histórico da síndrome, para em posterior aprofundar seus conceitos e principais aspectos em concordância com pesquisas realizadas sobre o tema.

Bradley (1969) foi o primeiro a publicar um artigo no qual utilizava a expressão staff bur-out, referindo-se ao desgaste de profissionais ao lidar com situações de trabalho voltado ao contato direto com pessoas em prestação de serviço. O termo Síndrome de Burnout foi desenvolvido na década de setenta nos Estados Unidos por Freunderberger (1974). Ele passou a observar que muitos daqueles com quem estava em contato através do trabalho, apresentavam um alto nível de desgaste do humor e desmotivação. Este quadro durava aproximadamente mais de um ano e estava aliado a sintomas físicos e psíquicos caracterizando notável exaustão.

Em seqüência a psicóloga social Christina Maslach (1981,1984,1986), passou a estudar como as pessoas se adaptavam a estimulação emocional em seu trabalho, chegando a conclusões similares a de Freunderberger. Embora diferem em alguns aspectos, a maioria dos autores concordam que o burnout é uma síndrome relacionado com o meio laboral, e que é um processo que ocorre em resposta a cronificação do estresse ocupacional, o qual trás consigo conseqüências negativas tanto em nível individual, como profissional, familiar e social.

De fato, essa síndrome afeta principalmente profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários, em relações de ajuda e com relações interpessoais intensas.
Para Reinhold (2003, p.65) o termo Burnout é metafórico, e diz respeito a pessoa que atingiu seu limite, e por falta de energia, desgaste, apresenta comprometimento do seu desempenho físico e mental. Para o termo não há uma tradução perfeita, mas pode ser adotada pela expressão "consumir-se em chamas" o qual é definido como o fogo de inicio profissional. O burnout não ocorre de repente, é um processo cumulativo, começando com pequenos sinais, que quando não há a percepção, podem levar a uma sensação de terror.
Ainda em relação ao surgimento da síndrome, outros autores a definiram de forma concordante com o que fora citado. No Brasil, a primeira publicação surgiu no final da década de oitenta, no qual França (1987) escreve na Revista Brasileira de Medicina os estudos sobre a Síndrome de Burnout.
Assim, existem vários fatores que ocorrem simultaneamente facilitando o lento e gradual desenvolvimento da síndrome em profissionais. Isto pode partir do próprio individuo ou até mesmo do ambiente e condições da qual está inserido. França e Rodrigues (2005, p.52) afirmam que:

> O Burnout seria um tipo de resposta emocional relacionado a situações de estresse crônico em funções de relações intensas de trabalho com outros pessoas, ou de profissionais que apresentam grandes expectativas com relação ao seu desenvolvimento profissional e dedicação a profissão, em que em função de obstáculos, não alcançam o retorno esperado.

Segundo Carlotto e Gobbi (1999), a definição de burnout mais utilizada e aceita na comunidade científica é a fundamentada na perspectiva sócio-psicológica, sendo constituída como um processo e constituída por três dimensões. A primeira, exaustão emocional, é caracterizada pela falta ou carência de energia e um sentimento de esgotamento emocional. A segunda, despersonalização, é definida como a falta de sensibilidade e a dureza ao responder às pessoas que são receptoras de seu serviço e, por último, a baixa realização profissional, que se refere a uma diminuição do sentimento de competência em relação ao trabalho.
Sobre esta visão, a maioria dos autores define a Síndrome de Burnout como um tipo de estresse relacionado ao trabalho em todos os seus aspectos. No Brasil a principal autora acerca da síndrome é Benevides-Pereira, pertencente ao departamento de psicologia da Universidade Estadual de Maringá – PR. Em seus artigos a autora abrange um histórico do burnout e relata que França (1997) foi o responsável pela primeira publicação nos anos de 1990. Isto justifica a regulamentação da Síndrome de Burnout pela Previdência Social, a saber:

Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999, que dispõe sobre a regulamentação da Previdência Social, em seu anexo II, que trata os Agentes Patogênicos causadores de Doenças Profissionais, conforme previsto no Art. 20 da Lei nº 8.213/91, ao se referir aos transtornos mentais e do comportamento relacionado ao trabalho (Grupo V da CID-10) no inciso XII aponta a Sensação de estar acabado ("Síndrome de Bur-out", "Síndrome do Esgotamento Profissional" – Z 73.0). Reconhece a Síndrome de Burnout como enfermidade pertencente à categoria de saúde do trabalhador vinculada a atividade laborativa (Brasil 1999).

O conceito de Síndrome de Burnout está caracterizado em duas fases distintas: uma em que os autores pesquisam, identificam e dão o respectivo nome ao tema e a outra relacionada com o que causa. Surgido no inglês o termo foi traduzido para o português como apagar-se ou queimar-se, lembrando uma vela ou fogueira que se apaga lentamente.

SINTOMAS DA SÍNDROME DE BURNOUT

Estudos indicam que o problema burnout é sempre relativo ao mundo profissional, afetando trabalhadores obrigados a manter contato próximo com outros indivíduos, é o caso de médicos, enfermeiros, psicólogos, professores e outros. A maioria destes profissionais não consegue distinguir os sintomas, ou associam a outros males, menos a síndromes de burnout.

Freqüentemente os sintomas da síndrome estão divididos em três grupos: sintomas emocionais, físicos e alterações de comportamento.

Freudenberger (1974) descreve sintomas de impaciência e grande irritabilidade, sensação de onipotência, paranóia, cansaço emocional e desorientação.

Já Caballero e Millán (1999) propõem que a síndrome de burnout apresenta sintomas de ordem:

1. Fisiológica: falta de apetite, cansaço, insônia, dor cervical, ulceras;
2. Psicológica: Irritabilidade ocasional ou instantânea, gritos, ansiedade, depressão, frustração, respostas rígidas e inflexíveis.
3. De conduta: expressões de hostilidade ou irritabilidade, incapacidade para poder concentrar-se no trabalho, aumento das relações conflitivas com os demais colegas, chegar tarde ao trabalho ou sair mais cedo, estar com freqüência fora da área de trabalho e fazer longas pausas de descanso.
4. Outros: aumento do absenteísmo, apatia em face de organização, isolamento, empobrecimento da qualidade do trabalho, atitude cínica e fadiga emocional, aumento do consumo de café, álcool, barbitúricos e cigarros.

Qualquer pessoa pode desenvolver os sintomas da síndrome de burnout, mas acredita-se que o transtorno é mais comum entre profissionais que apresentam características de personalidade como: autocrítica excessiva, idealismo elevado, excesso de dedicação, alta motivação, perfeccionismo e rigidez. Pesquisas demonstram que profissionais bem motivados e com elevada carga de estresse no trabalho, são mais propensos a desenvolver os sintomas do burnout.
No inicio da carreira profissional, o trabalhador não desenvolve nenhum tipo de sintoma da síndrome, por se tratar de um processo lento, constituído em situações laborais. No entanto, quando há a frustração profissional, os baixos salários, difícil relacionamento com colegas de trabalho, o profissional começa gradativamente a sentir e desenvolver os sintomas da síndrome.
Maslach & Leiter (1999, p.36-37) afirma:

> Os indivíduos que estão nesse processo de desgaste estão sujeitos a largar o emprego, tanto psicológico quanto fisicamente. Eles investem menos tempo e energia no trabalho, só fazem o que é absolutamente necessário e faltam com mais freqüência. Alem de trabalhar menos, não trabalham bem. Trabalho de alta qualidade requer tempo e esforço, compromisso e criatividade, mas o individuo desgastado já não está disposto a oferecer isso espontaneamente. A queda na qualidade e na quantidade de trabalho produzido é o resultado final do desgaste.

Grande parte dos pesquisadores e estudiosos da síndrome concordam em relação com a maioria dos sintomas citados. Porém ainda existe outros fatores que podem contribuir para o desenvolvimento deste mal. Péssimo relacionamento com chefes ou colegas, conflito familiares envolvendo o trabalho, sentimento de desqualificação e falta de cooperação da equipe, também podem estar por trás do desenvolvimento do burnout.
Nesta perspectiva é possível identificar a progressão do desenvolvimento do burnout em profissionais que passam pelo estágio de idealismo e entusiasmo, com expectativas excessivas a respeito do trabalho, logo após, vem a fase de estancamento e queda a respeito das expectativas iniciais, decepção e frustração, a apatia e atitudes negativas frente ao trabalho. Diante do cumprimento rigoroso destas fases o médico, psicólogo, bombeiro, policiais, bombeiros, gestores, professores e outros, passam a desenvolver todos os sintomas e outros que podem de variar de pessoa a pessoa.
As estratégias de prevenção da síndrome, está na promoção do valor que o ser humano profissional tem para o trabalho. É importante a adoção de valores coletivos de prevenção, uma vez o trabalhador não deve somente sobreviver do trabalho, mas fazer dele uma fonte de saúde e de realização. A prevenção de doenças no trabalho e em especial da síndrome de burnout, está em um processo de mudança pessoal e institucional, com propostas construtivas e participativas, na

administração da própria saúde e na construção de espaços mais saudáveis no contexto de trabalho.

A PESQUISA

Como instrumento qualitativo foi realizado neste artigo entrevista direta e aplicação de questionário a dez professores de cinco escolas de ensino a distância no Distrito Federal. A tarefa de entrevistar os docentes não é fácil, uma vez que suas ocupações impedem qualquer perca de tempo. No entanto, após serem feitas perguntas diretas aos docentes sobre o nível de conhecimento sobre o burnout, se sentem sintomas como a irritabilidade e quais meios de prevenção contra o burnout utilizam no dia a dia, foi alcançado os resultados de acordo com as tabelas a saber:

Quadro 1: Conhecimento sobre a Síndrome de Burnout

Conheço a Síndrome	Já ouviu falar	Não conheço
3 Docentes	5 Docentes	2. Docentes

Fonte: Dados levantados pelo autor

Bradley (1969) foi o primeiro a publicar um artigo no qual utilizava a expressão Burnout, referindo-se ao desgaste de profissionais em relação a situação de trabalho. As repostas dos professores revela que estes profissionais já tem algum conhecimento sobre o que é o burnout, ou pelo menos já ouviu falar como descrito no quadro1.

Quadro 2: Irritabilidade no Cotidiano da Instituição Escolar

Fico irritado facilmente	Não me irrito com facilidade
7 Docentes	3 Docentes

Fonte: Dados levantados pelo autor

A maioria dos autores abordados neste estudo, descrevem a irritabilidade no meio escolar como aspecto facilitador ao Burnot. Neste sentido, as respostas dos docentes demonstram que a maioria sente o sintoma da irritabilidade no desenvolvimento de suas aulas a distância.

Quadro 3: Meios de Prevenção contra a Síndrome de burnout

Exercícios e Passeios	Esquecer o problema	Não faz Nada	Não Opinou
2 Docentes	3 Docentes	4 Docentes	1 Docentes

Fonte: Dados levantados pelo autor

As repostas dos professores revelam que pelo menos metade dos entrevistados utiliza algum meio de prevenção contra a síndrome de burnout embasado teoricamente neste artigo. No entanto, ainda existe número alto de líderes que não fazem nada como método de prevenção descrito no quadro 3.

Após a realização da entrevista com os docentes, fora aplicado um questionário individual contendo vinte questões preliminares de identificação do burnout. O Maslach Burnout Inventory – M.B.I(1981) aplicado, é um instrumento capaz de identificar preliminarmente o problema da síndrome e suas conseqüências para o profissional. Destaca-se algumas perguntas do instrumento utilizado e análise das respostas:

TABELA 1. SINTO-ME ESGOTADO EMOCIONALMENTE

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
20%	10%	40%	10%	20%

Fonte: Dados levantados pelo autor.

De acordo com os dados descritos na tabela1, é perceptível que 80% dos professores sentem-se esgotados emocionalmente em relação ao trabalho a distância, porém vale ressaltar o tempo em que este fator ocorre. 40% afirmaram que se sentem esgotado emocionalmente quanto ao trabalho mensalmente, revelando que este sintoma ocorre freqüentemente em quatro dos dez gestores que responderam o questionário.

TABELA 2. SINTO-ME EXCESSIVAMENTE EXAUSTO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
20%	10%	40%	20%	10%

Fonte: Dados levantados pelo autor.

As respostas revelam que entre os docentes respondentes do questionário, no somatório dos dados, anual, mensal, semanal e diariamente, 80% já se sentiram exausto ao final da sua jornada de trabalho, ou seja, oito entre os dez, e 20% nunca se sentiram exausto no fim do dia

TABELA 3. – LEVANTO-ME CANSADO E SEM DISPOSIÇÃO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
30%	10%	30%	20%	10%

Fonte: Dados levantados pelo autor.

A respostas dos professores descritas na tabela3, demonstram que 70% dos mesmos sentem-se cansado no inicio do dia para realizar o trabalho a distância. Porem é importante destacar que 30% se sentem assim mensalmente, 20% semanalmente, 10% anualmente, 10% anualmente e 30% nunca sentiu o sintoma acima descrito.

TABELA4. DESPRENDO GRANDE ESFORÇO PARA REALIZA MEU TRABALHO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
10%	30%	40%	20%	0%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Na soma das respostas dos docentes 90% demonstraram que desprendem grande esforço na realização das tarefas laborais. Destes, 30% estão assim anualmente, 20% semanalmente e a maioria, ou seja, 40% mensalmente. Essa característica ocorrida nos docentes faz parte dos facilitadores do desenvolvimento da síndrome de burnout descrito por Benevides-Pereira (2002).

TABELA 5. MEU SALÁRIO É DESPROPORCIONAL AO QUE EXECUTO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
0%	0%	30%	10%	60%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Este dado chama a atenção ao demonstrar que mais da metade dos profissionais veem diariamente a questão do salário como desproporcional ao que executa. Ou seja, de 100% dos entrevistados, 60% se sentem assim no dia a dia. É importante destacar que 90% se sentem assim durante o mês, sendo que 60% diariamente têm esse sentimento.

TABELA 6. SINTO-ME SEM VITALIDADE OU DESANIMADO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
20%	20%	10%	30%	20%

Fonte: Dados levantados pelo autor

As respostas dos profissionais demonstram que no somatório percentual 80%dos mesmos sentem se assim em algum momento no desempenho da profissão, porém, que esse percentual está dividido em 20% anualmente, 10% mensalmente, 30% semanalmente e 20% diariamente sentem-se desanimados ou sem vitalidade.

TABELA 7. SINTO-ME SEM FORÇAS PARA CONSEGUIR RESULTADOS

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
70%	10%	10%	0%	10%

Fonte: Dados levantados pelo autor

As respostas a esta pergunta, revela que o percentual dos professores que nunca sentem sem forças para conseguir algum resultado no trabalho é de 70%. Esse dado indica que embora sintam outros fatores, ainda acreditam que seus esforços podem trazer resultados positivos.

TABELA 8. NÃO IMPORTA O QUE EU FAÇA NADA VAI MUDAR

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
100%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Neste dado 100% foram unânimes em dizer que nunca tem o sentimento de não acreditar que as coisas podem mudar. Isso revela que esses docentes acreditam que podem fazer a diferença no processo de ensino-aprendizagem e mudar aquilo que parece impossível.

TABELA 9. SINTO QUE NÃO ACREDITO MAIS NA PROFISSAO QUE EXERÇO

Nunca	Anualmente	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente
70%	20%	0%	10%	0%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Os dados revelam que de 100% dos docentes respondentes do questionário 70% deles nunca deixou de acreditar na profissão que exerce. No entanto, 30% responderam que deixaram de acreditar no que faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das respostas, fora possível identificar que a maioria dos docentes envolvidos na educação a distância possuem conhecimento do que é a síndrome, causas e conseqüências para sua prática profissional. Ao longo do desenvolvimento deste artigo, também foi possível analisar como os docentes lidam com os problemas decorrentes do burnout no dia a dia. De acordo com o levantamento realizado, mais da metade dos entrevistados, ou seja, seis dos dez partícipes sofrem dos sintomas facilitadores ao desenvolvimento da síndrome descrito teoricamente por Benevides-Pereira (2002). Este fator revela que 60% dos mesmos sentem algum problema relacionado à síndrome. No entanto, vale ressaltar que a maioria dos professores utilizam métodos simples de prevenção. Férias, viajar, acreditar em mudanças governamental em relação a educação, ser um bom profissional e amar aquilo que faz, são atitudes tomadas por 90% dos entrevistados com o intuito de alcançar a prevenção contra a síndrome de burnout.

Na analise das questões do Maslasch Burnout Inventory – MBI, ficou claro nas respostas que todos os docentes sentem algum dos sintomas do burnout e que o mesmo tem causados males à pratica diária. O cansaço, esgotamento, exaustão, pouca vitalidade, desanimo, falta de realização profissional, estresse, aspectos como salário, valorização e condições de trabalho, foram os facilitadores mais encontrados nas respostas dos diretores. Segundo os dados 80% dos lideres educacionais sentem os sintomas acima descrito revelando que oito entre os dez estão assim.

Assim, ao finalizar a análise crítica da Síndrome de Burnout em professores da educação a distância abordado neste artigo, foi gratificante compreender a relação entre o fenômeno burnout e a prática diárias dos profissionais da educação EAD de escolas no Distrito Federal.

RERERÊNCIAS

BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CABALLERO. L & MILLAN.J. La aparición Del Sindrom Del Burnotu. 1999.

CODO, Wanderley (org). Educação Carinho e Trabalho – burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar a falência da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREUNDENBERGER, HJ. (1974). Staff Burnout. Journal of Social Issues, 30,159-165.

FRANÇA, H.H. A Sindrome de Burnout. Ver.Bras. Med, V.44, p.25 a 27, 1987.

FRANÇA, A.C.L. RODRIGUES, A.L. Estresse e Trabalho: Guia básico com abordagem Psicossomática. 4º Edição, São Paulo: Atlas, 2005 p. 192.

FARBER, B.a (1991) Crisis in Education – Stress and Burnout in the American Teacher. San Francisco, Oxford, Jossey-Bass Publishers.

HYPOLITO, Á.M. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. Teoria e Educação. Porto alegre: Pannonica, 2001.

LARA, Silvana de. A Síndrome de burnout em profissionais da área de saúde mental. Monografia de conclusão de curso de especialização de saúde do trabalho, UFPR, Curitiba, 1999.

MASLACH, C. The Measuramente of Experienced Burnout, Journal of Ocupational Behavior, 1981.

MASLACH, C. & LEITER, M.P. Trabalho: Fonte de Prazer ou desgaste? Guia para vencer o estresse na emtresa (M.S. Martins, Trad) Campinas: Papirus, 1997-1999.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA SAUDE DO BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: MS, 2001.

OLIVEIRA, W.S. O docente do ensino médio ES as tecnologias da informação e comunicação: análise de possíveis alterações no processo de trabalho. Belo Horizonte, 2007.

TARDIF, M. & LESSARD, C. O Trabalho Docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005.

A FUNÇÃO MORAL DAS FÁBULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andrade, Camila Pereira Garcia[2]
Ribeiro, Renata Nardy[3]

RESUMO:
O presente artigo tem por objetivo mostrar a importância e os benefícios que o gênero fábula pode proporcionar às crianças na Educação Infantil, e ser uma ferramenta fundamental para a construção de valores e o encantamento pela leitura. Por serem textos curtos, objetivos e conterem animais com comportamento humano, que atraem o interesse das crianças. Esse gênero pode ser uma ferramenta pedagógica importante para trabalhar a moralidade com o objetivo de contribuir para formação da criança e trazer a importância do manuseio dos livros e o ato de contar histórias.

PALAVRAS-CHAVE: fábulas, valores, moralidade, leitura.

INTRODUÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida pensando na função que a fábula tem na construção do sentido de moralidade dentro do cotidiano de aprendizagem da criança, trazendo uma visão geral do que é literatura e fábula - das origens à atualidade.

Para isso, temos de retroceder aos tempos antigos, desde o Tempo Vitoriano, passando pelas revoluções que esse gênero sofreu. Assim, chegando ao ponto principal, que é, de fato, abordar a moralidade intrínseca nas estórias infantis, bem como analisar a função que exerce na formação das crianças, constantemente levadas a refleti-la por meio das estórias contadas tanto em casa quanto na escola. Consequentemente, são naturalmente estimuladas a refletir também sobre seus efeitos, tanto no hábito que se cria ao ler, quanto na percepção por meio delas, do que é certo ou errado.

Sob essa perspectiva, está monografia é estruturada em 3 capítulos. O primeiro capítulo trata do surgimento da Literatura voltada para as crianças e adolescentes, sua chegada e aceitação no Brasil.

No segundo capítulo, abordamos o surgimento dos primeiros livros ilustrados e voltados para as crianças, sendo no final do século XVII e durante todo o século XVIII sua ascensão ao cotidiano de uma nova noção de família, outro acontecimento da época, em que as relações não estavam mais voltadas aos graus de parentesco, mas aos laços de afeto entre os membros da família e à procura da privacidade familiar.

No terceiro capítulo, abordamos a moralidade implícita nas estórias contadas para as crianças. O sentido da moral, como ela interfere nos

[2]Graduada em Pedagogia pela Universidade Ibirapuera – Unib; Pós Graduada em Educação Infantil pela Faculdade XVde Agosto – FAQ. camilapgandrade@gmail.com

[3] Bacharela em Química pela Universidade Federal de Viçosa; Especialista em Análises Clínicas e Microbiologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante; E-mail: professor03@faculdadesouza.com.br

costumes do grupo que é defrontado com o que é certo e errado. Finalizo com a conclusão e referências bibliográficas.

LITERATURA INFANTIL

Hoje, o gênero literário infantil ocupa lugar importante dentro da Literatura que se desenvolve em nosso país, não mais sofrendo com o preconceito de ser interpretado como um gênero menor, já que era comumente visto como uma releitura de obras adultas e não como o gênero independente que é, com características e formas próprias. Essa aceitação é muito recente, datando de aproximadamente 40 anos atrás. Antes dessa evolução havia certa limitação, com a obra de Monteiro Lobato sendo usada quase exclusivamente, as exceções eram algumas poucas fontes clássicas, ou seja, contos, fábulas, apólogos, produzidos para adultos, porém adaptados para crianças.

Não havendo tradição nesse gênero literário, muitos livros foram improvisados. A partir do momento em que se percebeu a importância de leituras voltadas ao público pueril, começaram a surgir grandes autores, com a Literatura Infantil ganhando real força, até chegar ao que é atualmente.

Com a criança tendo contato desde cedo com a realidade e o lúdico, ela crescerá como ser consciente, seguro, sabendo compreender e interpretar o mundo adulto. "Pode-se dizer que é nesse momento que a criança entra como um valor a ser levado em consideração no processo social e no contexto humano". (COELHO, 1985, p.108).

A Literatura Infantil se defronta com duas questões fundamentais: existe uma literatura infantil propriamente dita? Como deve ser conceituada? Para responder essas questões precisamos entender que existe de fato uma literatura infantil bem caracterizada. Sabe-se que fora do país a produção literária infantil é algo muito explorado, com grandes produções, em sua maioria voltada para a alfabetização e a escola, tendo uma gama muito mais ampla de obras especificando a "Literatura Infantil".

Porém, há livros direcionados para crianças que acabarão não despertando seu interesse, enquanto outros feitos para adultos que elas irão adorar. Carlos Drummond de Andrade escreve acerca do livro infantil:

> " o gênero literatura infantil tem, a meu ver, existência duvidosa. Haverá música infantil? Pintura Infantil? A partir de qual ponto uma obra deixa de construir alimento para o espírito da criança ou jovem e se dirige ao espírito adulto? Qual o bom livro para crianças que não seja lido com interesse pelo homem feito? (...)" (ANDRADE, 1964, p 56).

O que podemos entender é que literatura infantil, antes de tudo, é literatura, arte e emoção. O simples fato de ser voltada para o público infantil não a impede de emocionar e cativar adultos. Muitos autores se questionaram quando à denominação "Literatura Infantil" e ao conceito que esse gênero carrega, Cecília Meireles questiona se existe uma literatura Infantil:

> "Evidentemente que tudo é uma literatura só. A dificuldade está em delimitar o que se considera especialmente 'do âmbito infantil'. São as crianças na verdade que o delimitam com sua preferência. Costumase classificar literatura infantil o que para elas se escreve. Seria mais acertado talvez, assim classificar o que elas lêem com utilidade e prazer. Não haveria, pois, uma literatura infantil 'a priori', mas 'a posteriori" (MEIRELES, 1979, p. 66).

Claramente, as circunstâncias que envolvem o leitor causam diferentes interesses, essas circunstâncias influenciarão as escolhas de vida e isso não altera a necessidade do livro infantil. Até o livro de fantasias, com ações mais dirigidas às crianças por volta dos dez anos, poderá fazer com que adolescentes reflitam sobre vários assuntos e sobre eles mesmos.

LIVRO INFANTIL

John Newberry foi quem publicou o primeiro periódico infantil em língua inglesa, o The Liliputuan Magazine (1751-1752). Mas foi a Inglaterra que primeiro destinou uma publicação voltada para as crianças. Em 1798 foi publicado na Espanha o primeiro jornal infantil, demonstrando a tentativa de criação desse gênero literário, pois dessa vez escreveram especialmente para as crianças, não mais sendo usados textos adultos modificados para o público infantil.

Para outros estudiosos do assunto, a origem dos livros infantis vem bem mais tarde, no século XVII, com as publicações *Os Contos dos Contos*, *Os Contos da Mamãe Ganso*, ou *As Aventura de Telêmaco*.

O século XVII foi o divisor de águas para a Literatura Infantil, crescendo no século XVIII e tendo sido no século XIX a sua afirmação como gênero. No entanto, é datado de 1744, na Inglaterra, o aparecimento do primeiro livro com ilustrações para crianças, de autoria de John Newberry, o *Little Pretty Pocket Book*.

> "A literatura constitui uma arte, mas também representa um meio de educar o jovem leitor, desenvolver sua percepção estética do mundo, refinar suas qualidades, revelar sua inteligência, sua concepção do mundo, suas idéias, seu gosto". (MORIC, 1974, p. 75)

Com o auxílio do livro infantil e sua interferência na vida da criança, torna-se ainda mais especial o gosto pela leitura, pois reúne duas artes em um único lugar: palavra e forma, texto e ilustração, conferindo mais riqueza ao enredo, com seus mistérios que são pouco a pouco revelados através das duas abordagens.

> "Os livros infantis, além de proporcionarem prazer, contribuem para o enriquecimento intelectual das crianças. Sendo esse gênero objeto da cultura, a criança tem um encontro significativo de suas histórias com o mundo imaginativo dela própria. A criança tem a capacidade de colocar seus próprios significados nos textos que lê [...]". (OLIVEIRA, 2005, p. 125).

O livro traz o conhecimento do mundo, dos animais, da natureza e da vida humana, forma o gosto, possibilita as escolhas, que são aspectos essenciais para a vida adulta.

AS ILUSTRAÇÕES DOS LIVROS

Do século XIX até a década de 1930 delimita-se o período em que a ilustração se individualiza como arte, tomada como linguagem de massa. Esse tipo de ilustração voltada à criança antecede a era da rainha da Inglaterra Vitoria I (1819-1901) e de seu filho que a sucedeu, o Rei Eduardo VII (1841-1910). Podemos considerar que são três os motivos para o retratarmos como período de ascensão das ilustrações em livros. O primeiro é o aspecto industrial, com o livro, tal qual conhecemos hoje, tendo se popularizado na era vitoriana.

> "Outra questão que nos leva a tomar como referência a era vitoriana é o grande desenvolvimento ocorrido, naquela época, nos processos de captura e reprodução da imagem." (OLIVEIRA, 2008, p. 15).

O segundo aspecto que podemos perceber é que a ilustração começa a estabelecer códigos, os quais vemos até hoje. Importante ressaltar que nesse mesmo período outros países também produziam livros infantis.

Quando partimos para a análise dessas obras, percebemos que elas refletiam um conteúdo conservador, bastante caracterizado pelo período vitoriano, com inevitável influência nos costumes e, consequentemente, nas ilustrações.

Outro aspecto que ressaltamos no surgimento dos livros infantis, além do período industrial, é o processo educacional vivido naquela época. Com o conservadorismo, a criança passa a ser compreendida e aceita. Se formos comparar épocas anteriores, esse fato exerceu enorme influência para a ilustração infantil.

A questão social também é de bastante influência para o livro infantil através do surgimento de uma nova classe social, com trabalhadores assalariados. Essa nova classe média buscava, entre outras coisas, aumentar a oferta de leitura para seus filhos.

As ilustrações dos primeiros livros destinados às crianças eram produzidas por xilogravuras, transferidas para a madeira ou desenhadas sobre elas através da imagem original, que era entregue pelo artista e, em seguida, trabalhada pelo gravador. Dessa maneira, acabava ocorrendo a perda da imagem original, bem como o excesso de padronização das imagens, por serem feitas todas do mesmo modo.

As ilustrações são os principais elementos numa obra para crianças, através das imagens é possível fazer duas leituras, a compreensão da estória juntamente com as figuras. Por meio da fantasia e da magia, a criança se envolve totalmente com a estória e começa a viver esse momento. O faz de conta permite que, brincando, fazendo imitações ou desejando ser algum personagem, favoreça-se o processo de aprendizado, construindo sua autonomia e estimulando o conhecimento de si próprio.

> "A ilustração, para criança, tem enorme importância: como apoio ao aprendizado da leitura verbal, como linguagem autônoma, em diálogo com outras linguagens, e assim por diante." (GÓES, 2003, p.45).

O livro infantil deve contar uma boa estória e, além disso, encantar com as imagens, para que não seja somente mais um brinquedo para os pequenos. É preciso que tenha cores, seja bonito e bem ilustrativo. A leitura deve estar presente desde muito cedo no cotidiano infantil, com mamãe, papai, vovô, tio, entre outros, contando uma estória. Mesmo o simples ato de folhear um livro, ainda que com dificuldades, quando bebês já é importante para o contato e o manuseio com material escrito, contribuindo no processo de alfabetização.

> "Quando a criança conhece, ainda que oralmente, histórias escritas lidas por seus pais ela capitaliza na relação afetiva com seus pais – estruturas textuais que poderá reinvestir em suas leituras ou nos atos de produção escrita. Assim, o texto escrito, o livro, para a criança, faz parte dos instrumentos, das ferramentas cotidianas através dos quais recebe o afeto de seus pais. Isto significa que, para ela, afeto e livros não são duas coisas separadas, mas que são bem associadas". (LAHIRE, 2004, p. 20).

As imagens permitem comunicação mais rápida e direta do que a escrita, elas contam uma estória. São reconhecidas como linguagem internacional que pode ser compreendida por qualquer um, independentemente de sua cultura ou nacionalização.

Segundo Werneck (1986) cresce o número de ilustradores que estão abandonando a representação fiel do texto. O ilustrador prefere manter a dualidade do mundo imaginário e real na mesma imagem. A maneira mais fantástica de trazer um mundo lúdico para as crianças é dar a aparência de realidade. Há livros que acabam com essa percepção quando, por exemplo, manifestam preconceitos sem conter no texto, diversas formas de racismo e outros preconceitos foram encontrados em ilustrações. Ao produzir um material para as crianças é necessário ter cuidado quanto à noção da realidade nas ilustrações, pois podem favorecer vários pontos de vista.

Neste mesmo pensamento Wornicov (1986) também defende a interpretação fiel do texto em relação às ilustrações representadas nos livros. Desejo este das crianças, pois participam e identificam seus personagens favoritos, lugares e ambientes da estória.

> "As crianças são severos críticos, exigem que seja respeitada a verdade do argumento e contarão se, na realidade, são três gatinhos que brincam ou se a rainha da Bela Adormecida tem o espelho mágico". (WORNICOV, 1986, p.24).

Assim como as estórias infantis acompanham o desenvolvimento das crianças, as ilustrações também fazem parte desse processo, os desenhos que ilustram os livros devem ser como as palavras que entram na bagagem intelectual das crianças, servindo também como

um instrumento a mais para contribuir com o conhecimento e sua cultura.
Num livro, há três categorias de ilustrações: livros com muita ilustração e pouco texto ou até sem texto, livros em que a imagem faz parte da narrativa (na qual as crianças conseguem ler somente acompanhando os desenhos) e o livro em que há pouca ilustração, tendo assim um equilíbrio entre as imagens e o texto. Nota-se a importância das ilustrações nos livros infantis, pois, além de ser um meio de informação e formação, também são capazes de despertar a imaginação das crianças e dar vida aos personagens no papel. O livro tem que atraí-los para que cada vez mais tenham contato e despertem o hábito da leitura.

FÁBULAS E SUAS ORIGENS

As fábulas nasceram no Oriente, porém foi no Ocidente que tiveram seu desenvolvimento, pelo escravo Esopo que viveu no século VI A.C. Seu principal objetivo era convencer os ouvintes a agir com bom senso e na defesa dos seus próprios interesses através de estórias curtas, relatada por animais que se comportam como seres humanos, trazendo uma filosofia moralista.
Num período em que ocorriam severa exploração e humilhação dos escravos, mantidos sob o terror, medo e absolutismo dos senhores que criavam as leis em seu próprio favor, as fábulas foram criadas por Esopo sem expor claramente as personagens e os fatos, com o objetivo de fazer a população, objeto de bárbaras tiranias e muita pressão, despertar a desconfiança e pensamentos maléficos para com seus exploradores.
As fábulas foram criadas muito antes da escravidão, mas receberam os aperfeiçoamentos do escravo Esopo para retratar a "vingança" de um escravo em relação aos seus "donos".
Séculos depois, Fedro (I a.C.) um escravo latino aperfeiçoou, trazendo novos modelos, este gênero, tratando as estórias de forma engraçada, fazendo críticas à sociedade daquela época de maneira cômica, nunca deixando de lado o seu objetivo principal: a lição de moral.
La Fontaine, no século XVII, vem como um dos grandes fabulistas modernos, dando toque teatral às fabulas, despertava o interesse das pessoas ao seu verdadeiro sentido.
Buscando a etimologia da palavra Fábula, vale ressaltar que vem do latim *Fabula de fabla* que significa falar, narrar ou contar contos e lendas. É uma narrativa em prosa ou verso, que tem por objetivo trazer a moralidade através de animais, plantas, seres vivos com comportamentos humanos. Segundo Sosa (1978), os apólogos começaram a modificar as estruturas das fábulas, colocando principalmente animais e fazendo com que tivessem grande importância na sociedade.

> "O sentido de fábula, seja racional, que quer dizer, onde intervêm somente homens (que, aliás, passaram a ser chamadas de parábolas), seja em forma de apólogo, isto é,

> [...] em que se alteram homens, animais e seres inanimados". (SOSA, 1978, p.143).

Através dos animais como o lobo, a formiga, o cordeiro, pavão, leão, burro, corvo, entre outros, são trazidos de maneira lúdica e divertida os temas encontrados nos sentimentos humanos como a força, ingenuidade, vaidade, preguiça, adaptados num mundo zoológico que por disfarce de pelos dos animais traz o foco para o comportamento e hábito humanos e que encantam as crianças.

> "[...] As fábulas são muito atraentes, pois falam de animais, portanto estão muito próximas das crianças; são trabalhos densos, com excelente estrutura, ação rápida, diálogos vivos, suspense até o seu final". (GÒES, 1984, p. 149).

As fábulas têm o poder de distrair e, ao mesmo tempo, trazer uma lição de moral para os alunos, fazendo com que eles possam aprender a questão de costumes e hábitos julgados corretos com ilustrações atraentes e estórias encantadoras, possibilitando, assim, a formação para um cidadão melhor.

A FUNÇÃO MORAL DAS FÁBULAS

A fábula é ferramentas importantes na escola, por conter vantagens para a formação da criança. Ela aborda, através dos animais de comportamentos humanos como a esperteza, gratidão, ganância e a luta entre o "bem" e o "mal", fatores que contribuem para a construção dos valores para as crianças.

> "As fábulas sempre atraíram a atenção das crianças, por trabalharem com o imaginário infantil, pelo uso de personagens antropomorfizados (animais com sentimentos humanos), pela ludicidade que se pode haver em algumas fábulas, enfim, este gênero constitui uma forma, aparentemente "suave" de educar as crianças." (NASCIMENTO, 2011, p.3).

O ato de contar estórias é uma arte já praticada há muito tempo que surgiu muito antes da escrita, no momento em que se sentavam em volta da fogueira para contar e ouvir estórias de tradições, crenças, mitos, valores e ensinamentos para serem levados pela sociedade. Segundo Souza (2010, p. 09) "A arte primitiva de colher e narrar acontecimentos de forma fantasiosa adquiriu, ao longo da história, diversas formas, como fábulas, lendas [...] e um sem-fim de relatos orais".

> "Há muitos e muitos anos, ainda quando a vida amanhecia no planeta, o Homem já narrava. Primeiro, falava de seu cotidiano: seus hábitos e seus revezes. Depois, em determinado momento, sentiu necessidade de dar conta de acontecimentos que escapavam a seu entendimento racional. Precisava encontrar explicações tanto para fenômenos da natureza quanto para o fato de ser quem era e estar onde estava. Assim concebeu então, um conto maravilhoso que, com seus elementos mágicos, explicava o que a razão desconhecia." (CHEOLA, 2006, p.47).

A arte de contar estórias encantou também às crianças. Contar fábulas possibilita a utilização da capacidade de imaginação, a interação com os personagens e a diferenciação do justo e injusto. "A criança mistura-se com as personagens de maneira muito mais íntima do que o adulto." (Benjamin, 2002. p. 105). O ato de contar estórias deve se tornar constante na vida de uma criança e tornar-se um momento prazeroso, mas também tornar-se uma prática pedagógica que possa agregar na construção do conhecimento e valores das crianças.

> "Ler histórias para crianças sempre, sempre... É poder sorrir, rir, gargalhar com situações vividas pelas personagens, com a ideia do conto ou com o jeito de escrever dum autor e, então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de brincadeira, de divertimento. " (ABRAMOVICH 2005, p. 17).

A narrativa faz parte desde muito cedo no mundo das crianças. Vem desde as falas, cantigas, canções de ninar e historinhas no momento da mamadeira, ou antes de dormir. Seu primeiro contato com o texto também acontece nesse período em que mamães, papais, avôs, irmãos, entre outros, leem as estórias para as crianças. Elas demonstram o seu encanto e o apreço pelas estórias ainda pequenas, batendo palmas, sorrindo e imitando personagens. Hábitos estes que contribuem para a formação de um cidadão mais crítico e que possibilita a exploração da imaginação e o despertar do prazer pela leitura.

As fábulas são fundamentais para a formação e construção de conhecimentos do sujeito, representam um valor enorme na busca do homem que pode adquirir autonomia e ser um agente transformador, desempenhando papéis que podem colaborar para mudanças na sua vida e na própria sociedade. Possuem ligação com a sabedoria popular, são um gênero educativo, que tem o poder de formar cidadãos de bem, trazendo sempre uma lição ao leitor e mostrando em suas pequenas narrações condutas que surgem em nosso cotidiano. Estes fatores contribuem para o desenvolvimento da criança, para que ela possa refletir sobre seus atos e suas atitudes. As fábulas foram "criadas" com a intenção de ensinar, aconselhar, criticar, apontar atitudes incoerentes ou contraditórias das pessoas perante a sociedade.

> "A moral contida nas fábulas é uma mensagem animada e colorida. Uma estória contém moral quando desperta valor positivo no homem. A moral transmite a crítica ou o conhecimento de forma impessoal, sem tocar ou localizar claramente o fato. Isso levou a pensar que essa narrativa da moralizante nasceu da necessidade crítica do homem, contida pelo poder da força e das circunstâncias." (GÓES 1991, p. 144).

Antigamente, a moral nas fábulas era usada para integrar o indivíduo ao meio (sociedade), seja de forma a educar ou acusar. As fábulas em si já têm sintetizada a sua moral, não necessitando de um prolongamento chamado "a moral".

A fábula, como outros gêneros literários que trabalhados no ambiente escolar possibilitam a socialização, troca de informações e conhecimentos entre os colegas e educadores, facilita o aprendizado tornando-se mais uma opção de instrumento de ensino. A função educativa atribuída às fábulas enquanto trabalhadas com os alunos atinge diversos fatores importantes para a formação da criança e para seu desenvolvimento e conhecimento. Atrativas por serem leituras curtas e divertidas, ao se trabalhar com a fábula, percebe-se que ela tem um significado essencial na formação da personalidade das crianças.

> "A criança é criativa e precisa de matéria-prima sadia e com beleza, para organizar seu "mundo mágico", seu universo possível, onde ela é dona absoluta: constrói e destrói. Constrói e cria, realizando tudo o que ela deseja. A imaginação bem motivada é uma fonte de libertação, com riqueza. É uma forma de conquista de liberdade, que produzirá bons frutos, como a terra agreste, que se aduba e enriquece, produz frutos sazonados". (CARVALHO, 1989, p.21).

Além de seus efeitos morais e o despertar para a imaginação, devido a sua linguagem simples e objetiva, ainda trazem para o leitor benefícios na oralidade, no gosto pela leitura, no processo de alfabetização, na produção escrita e ampliação do vocabulário. "Comunicar é agir sobre o outro, quando se comunica não se visa somente a que o receptor receba e compreenda a mensagem, mas também que a aceite" (MICHELLI apud PLATÃO, FIORIN, 2007). Através da exploração das fábulas o educador pode trabalhar a construção moral da criança e ao mesmo tempo a sua autonomia, além de possibilitar um aprofundamento nas suas próprias reflexões e conhecer e compreender as de seus colegas.

> "[...] ao ler uma história, a criança também desenvolve todo um potencial crítico. A partir daí ela pode pensar, duvidar, se perguntar, questionar... Pode se sentir inquietada, cutucada, querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de opinião". (ABRAMOVICH, 1991, p.143).

Segundo Sosa (1978) não é a moral que se estabelece na criança como forma de conhecimento, mas sim os acontecimentos das fábulas que se registram nas almas das crianças como a astúcia e a esperteza que os personagens trazem nas estórias. A moral não acontece através da leitura das fábulas, mas através de suas próprias experiências cotidianas.

A função moral das fábulas está muito além de simplesmente contar uma estória e identificar a moralidade que ela traz, está ligada à construção da sua própria moral e o enfrentamento do que acreditam ser certo ou errado, bom ou mau, descobrir-se, realizar as suas próprias reflexões e a partir das experiências vivenciadas em seu meio e o entendimento das opiniões do outro, a criança inicia na construção de seus valores morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero fábula é ferramenta fundamental para a construção de valores e encantamento pela leitura. Esse gênero pode ser usado como auxílio pedagógico para trabalhar a moralidade com o objetivo de contribuir para a formação da criança. Estudar a trajetória das fábulas e acompanhar a sua origem foi uma viagem ao tempo de escravidão onde sua função era conduzir e ensinar a sociedade a agir com bom senso até os dias atuais em que as fábulas foram sofrendo adaptações até chegar ao universo infantil atraindo as crianças sem deixar seu ensinamento e sua lição de moral contribuindo para a construção de valores das crianças.

Cheguei à fase final da pesquisa e constatei que a literatura infantil tem fundamental papel no desenvolvimento cognitivo e emocional de cada criança, pois com ela podemos ver que a construção do senso moral e crítico infantis ficam muito mais prazerosas, pois envolvem a razão e a emoção, o imaginário e o real, conquistando as crianças com textos simples, estórias que, de maneira geral, trazem o mundo da fantasia e a magia da imaginação, transportando-as para um mundo no qual elas também podem sonhar e construir suas estórias agregando seus valores.

Cumpri todos os objetivos que tinha proposto, uma vez que consegui comprovar a importância da literatura na formação infantil, quando vemos que ela serve ao seu propósito como ferramenta cultural e de diversão, voltada para que a criança, através da leitura possa aprender a escrever corretamente, ampliar seu vocabulário, escrever bem, construir valores e criar o hábito de ler com frequência. Também são apresentados modelos de comportamento, como agir, estabelecer relações sociais com amigos e familiares, enfim, a sua integração com as pessoas.

Ressalto que a literatura em geral não pode ser utilizada somente para incentivar o hábito de ler, mas também como mediador de conhecimentos, que o aluno consiga aprender alguma lição para si mesmo. O contato com o livro deve ser algo iniciado o mais cedo possível, seja pelo seu manuseio, pela estória contada ou pelo diálogo que proporciona. Portanto, devemos fazer com que a criança ame a leitura para que possa se sentir protagonista de seus conhecimentos e aprendizados.

Compreendi através desse estudo que por trás de cada estória, conto, fábula, cada fantasia, pode sim existir uma comparação/ligação com o mundo real. O trabalho em sala de aula envolve muito mais do que uma simples leitura "para passar o tempo", pois através dele são transmitidas lições de moral de forma divertida e dinâmica.

Este trabalho foi muito vital para o aprofundamento deste tema, pois conheci o mundo fantástico da literatura e seus benefícios. Além de reafirmar minha crença no poder da leitura e na viagem que o livro possibilita para as crianças em busca do seu desenvolvimento, utiliza

a fantasia e o lúdico que trazem mais informação às crianças e contribuem na construção de sua formação.
Como o estudo teórico, foi possível buscar fontes sobre a origem e desenvolvimento das fábulas ao longo dos anos, ou seja, seus principais escritores, como e onde surgiram e qual utilidade desse gênero tanto usado na escola, em casa, no dia a dia das crianças, embora nossa sociedade seja diferente da época em que surgiu esse gênero.
Acredito que o objetivo principal deste trabalho foi mostrar que a partir das fábulas, a criança passa a aprender e praticar valores fundamentais na sua formação, levando-a a agir de forma crítica e questionadora, pode ajudar na iniciação da leitura, estimulando o imaginário infantil, conduzindo a praticar valores como respeito, generosidade, amizade, apontar atitudes incoerentes e o principal o valor do seu caráter. Contar história não é apenas mostrar figuras, mas estimular a imaginação, despertar sua curiosidade, desenvolver suas habilidades, pois os livros infantis ao mesmo tempo em que diverte, também pode favorecer o desenvolvimento de sua personalidade, desperta a imaginação, estimula a criatividade e facilita a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Literatura Infantil, in Confissões De Minas**. Literatura Obra Completa. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1964.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34. (2002).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos. **A literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica**. 6ª Ed. São Paulo: Global, 1989.

CHEOLA, Maria Laura Van Boekel. **Quem conta um conto**. In:
COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 1985.

FEDRO, Tito Júlio. **Fábulas**. 2 ed. Trad. Luiz Feracine. São Paulo: Escala 2008.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Olhar de descoberta: Proposta analítica de livros que concentram várias linguagens**. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. 1 ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

_____. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
LA FONTAINE, Jean. Biografia. Disponível na Internet via WWW URL: http://www.e-biografias.net/jean_de_la_fontaine/ - Capturado em 10/05/2020

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos meios populares - As razões do improvável** – São Paulo: Editora Ática, 2004.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura Infantil**. São Paulo: Summus Editora, 2 ed. 1979.

MICHELLI, Regina Silva. **A fábula e suas armadilhas. Congresso de Leitura do Brasil**. Campinas: São Paulo, 2007.

MORIC, Rudo. **O Livro como meio de informação**. Informe 4-22 de outubro/1974 – Secção Tcheca do IBBY.

NASCIMENTO, F. S.; SCARELI. G. **As fábulas na contemporaneidade: um estudo sobre "o Lobo e o cão" de Esopo. In: V Colóquio Internacional "Educação e 2º Semestre de 2012 – Edição IV Contemporaneidade"**, 2011, São Cristóvão – SE. Anais... São Cristóvão: V Colóquio Internacional, 2011.

OLIVEIRA, Ieda de. Organizadora. Vários autores. **O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil**. São Paulo: DCL 2008.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Leitura Prazer - Interação participativa da criança com a Literatura Infantil na escola**. São Paulo: Paulinas, 2005.

SOSA, Jesualdo. **A literatura infantil: ensaio sobre a ética a estético e a psicopedagogia da literatura infantil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Cultrix: ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SOUZA, Ana A. Arguelho. **Literatura infantil na escola A literatura em sala de aula**- coleção formação de professores Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

WORNICOV, Ruth. Vários autores. **Criança- leitura- livro**- São Paulo; Nobel, 1986.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
_____. **A literatura infantil na escola**. 5. ed. rev. Ampl. São Paulo: Global, 1985.

GESTÃO DE PESSOAS DIANTE DO AVANÇO TECNOLÓGICO

Rodrigues, Ezequiel[4]

RESUMO

A gestão de pessoas tem sido uma das áreas que mais tem apresentado constantes mudanças e rotineiramente vem sendo desafiada a estabelecer uma maior sintonia com as estratégias corporativas. Com um mundo de rápidos avanços tecnológicos e mercadológicos, as pessoas são o fator vital para a manutenção da competitividade das empresas. O objetivo deste artigo é através de um estudo exploratório qualitativo em forma de revisão de literatura analisar a gestão de pessoas diante do avanço tecnológico. Após a obtenção e análise de dados, foram incluídos neste artigo 9 obras acerca do tema, no idioma inglês e português, entre os anos de 2000 a 2020. Os estudos analisados demonstram que o contexto de gestão de pessoas no Brasil, atravessa uma importante fase de transição, pela qual a área de recursos humanos passa atualmente, de uma atuação predominantemente operacional para modelos mais orgânicos de gestão de pessoas, ocasionando uma grande necessidade dos recursos humanos de se transformarem de forma flexível e dinâmica, através de novos modelos de gestão de pessoas, pautada no fortalecimento de equipes multifuncionais de trabalho, com delegação de responsabilidades e constante aprendizado organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de pessoas; avanços tecnológicos; mudanças da gestão de pessoas.

INTRODUÇÃO

A gestão de pessoas tem sido uma das áreas que mais tem apresentado constantes mudanças e rotineiramente vem sendo desafiada a estabelecer uma maior sintonia com as estratégias corporativas. As políticas tradicionalmente adotadas nessa área não respondem mais às necessidades do mundo atual, pois tendem a condicionar os empregados a adotarem uma postura passiva e reativa, onde os recursos humanos atuavam de forma mecanicista, com a visão de um empregado que deveria apresentar competências apenas como obediência e execução de tarefa, tratado como um mero recurso produtivo.

Falar de pessoas é falar de mentalidade, vitalidade, cérebro, sentimentos e coração que devem ser respeitados e o que exige da gestão de pessoas mudanças nos aspectos tangíveis e concretos (CHIAVENATO, 2008; SILVA; OLIVEIRA, 2009).

[4] Graduado em Administração de Empresas – Faculdade Fundação Doutor Raul Bauab. E-mail: ezequielr@usa.com

Na atual sociedade e cenário, intensas inovações tecnológicas, uma nova postura é necessária de forma que as organizações possam usufruir do potencial criativo, inovador e variadas habilidades técnicas de seus funcionários (OLIVEIRA, 2003).

Os novos atributos profissionais ganham crescente importância, faz-se necessária a adoção de um novo direcionamento nos esforços de gestão de pessoas. A economia está em constante mudança, com intensa tecnologia e concorrência.

Com um mundo de rápidos avanços tecnológicos e mercadológicos, as pessoas são o fator vital para a manutenção da competitividade das empresas. Gerenciar os talentos de uma organização é, hoje, um grande desafio. À medida que a história do homem evolui, novas necessidades e recursos surgem para a sociedade, tornando-se indispensáveis e essenciais, consequentemente alterando as relações de trabalho. Historicamente, a partir de um determinado momento, a nova tecnologia decola, permitindo negociações e acesso a novos mercados, ou seja, o começo da chamada globalização (LANA; FERREIRA, 2007; MICHEL, 2007).

A arte da gestão de pessoas atualmente é então conceituada como a administração de conflitos e o gerenciamento de recursos.

Diante do exposto o objetivo deste artigo é através de um estudo exploratório qualitativo em forma de revisão de literatura analisar a gestão de pessoas diante do avanço tecnológico.

METODOLOGIA

Neste trabalho foi abordado a gestão de pessoas diante do avanço tecnológico. O trabalho foi desenvolvido com preceitos do estudo exploratório, através de uma pesquisa bibliográfica, onde a pesquisa é constituída a partir de material já existente, através de livros, monografias e artigos científicos.

OBTENÇÃO DE DADOS

O estudo foi realizado no formato de uma revisão de literatura, onde a obtenção de dados ocorreu através de bancos de dados online como: Google Acadêmico, *Scielo* e através de livros, os termos utilizados na busca foram: gestão de pessoas, avanços tecnológicos, gestão de pessoas no avanço tecnológico. Os critérios de inclusão foram: obras entre os anos de 2000 a 2020 acerca do tema.

A busca foi realizada através da leitura exploratória de artigos, livros e monografias referentes ao assunto. Após a leitura exploratória, foi realizada uma leitura mais aprofundada das partes de interesse para a elaboração do estudo e as informações e fontes foram extraídas.

ANÁLISE DE DADOS

Nesta etapa realizamos uma leitura analítica com o objetivo de ordenar as informações de acordo com sua relevância e uma síntese foi realizada de forma a construir esta monografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a obtenção e análise de dados, foram incluídos neste artigo 9 obras acerca do tema, no idioma inglês e português, entre os anos de

2000 a 2020 que serão referenciados a seguir. A descrição do banco de dados utilizados é demonstrada no gráfico 1 e o detalhamento dos trabalhos incluídos com base no ano no gráfico 2.

Gráfico 1: Obras incluídas no estudo de acordo com o banco de dados online utilizado.

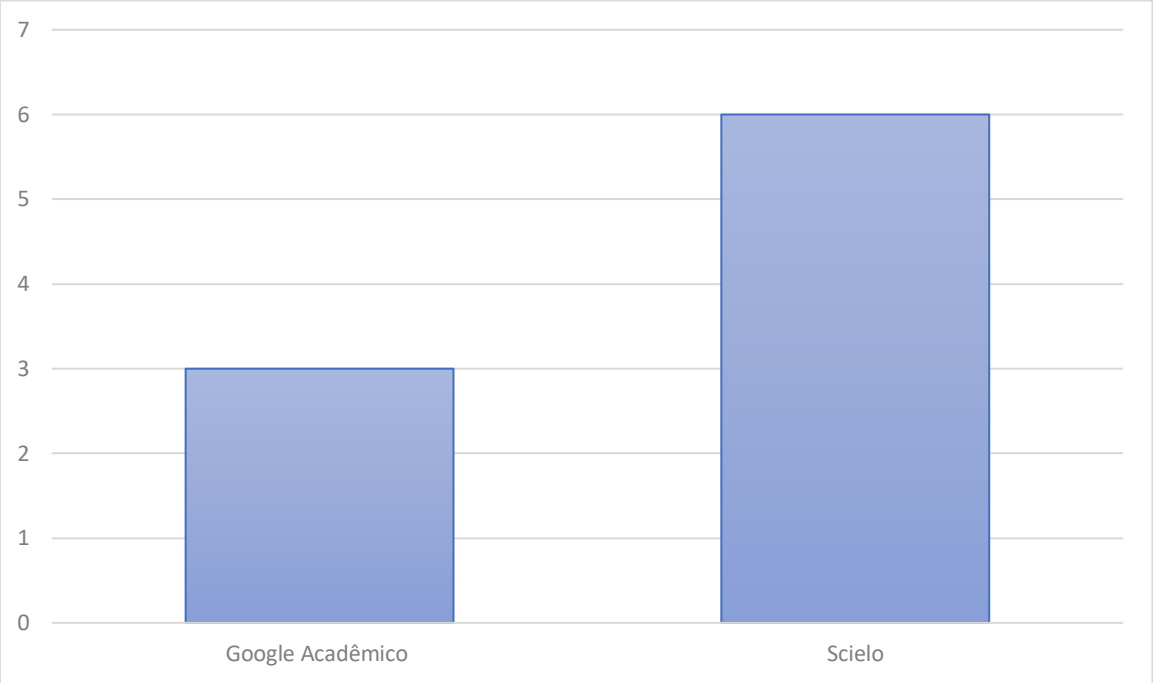
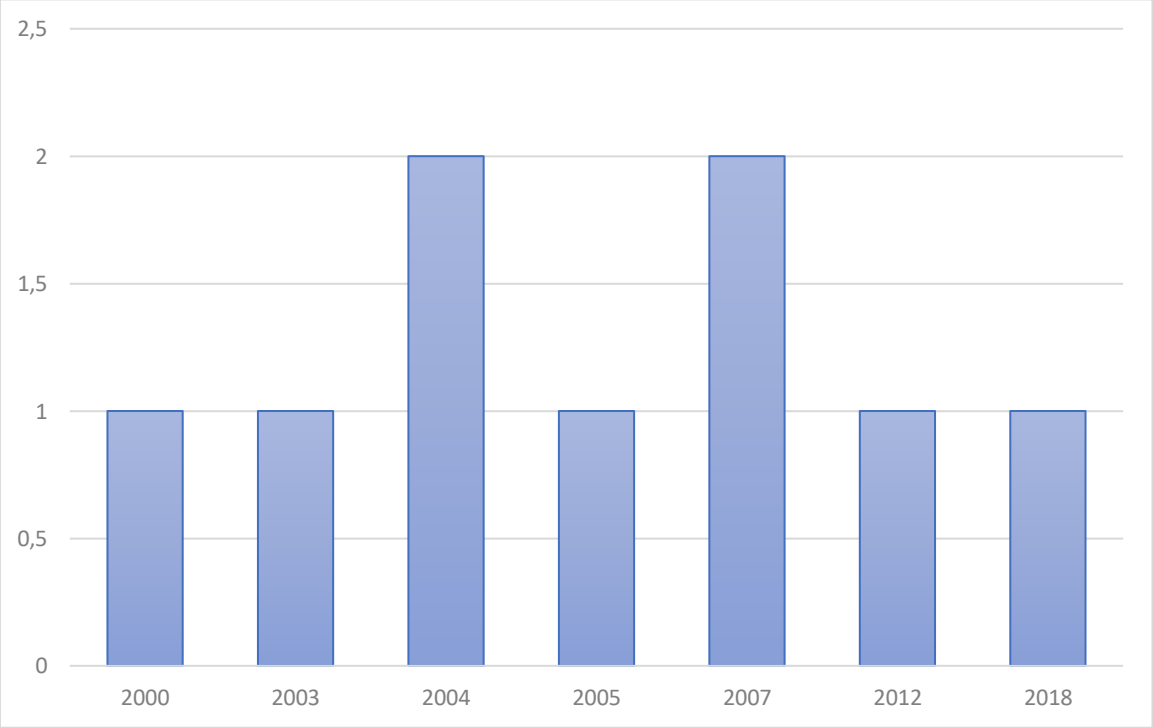


Gráfico 2: Descrição das obras incluídas de acordo com o ano de publicação.



Os estudos analisados demonstram que o contexto de gestão de pessoas no Brasil, atravessa uma importante fase de transição, pela qual a área de recursos humanos passa atualmente, de uma atuação predominantemente operacional para modelos mais orgânicos de gestão de pessoas. Josko et al. (2004) sugerem um descompasso significativo entre a identificação de tendências pelos diversos formadores de opinião na área de recursos humanos e a prática efetiva de gestão de pessoas nas empresas brasileiras.

O modelo de gestão de pessoas é conceituado como a maneira de uma organização se estruturar para gerenciar e orientar o comportamento humano no ambiente de trabalho, sendo formado por todos os elementos que interferem de alguma maneira no comportamento dos indivíduos no contexto organizacional, de forma a não se restringir ao caráter instrumental da gestão de pessoas e sim a diferentes lógicas que influenciam o comportamento na organização, sistematizando componentes políticos, ideológicos, sociais e comportamentais (JOSKO et al. 2004; MASCARENHAS; VASCONCELOS; VASCONCELOS, 2007; ROSSETTI; MORALES, 2007).

Nas últimas décadas, uma das principais características constitui-se na velocidade com que as inovações tecnológicas vêm sendo introduzidas nas organizações, demonstrando a necessidade de rever e reformular constantemente suas práticas e modelos de gestão adotados. As empresas devem ter ciência de que a capacitação do pessoal precisa estar alinhada com as demandas tecnológicas, pois não fará diferença em obter tecnologia avançada sem preparação.

Segundo Mascarenhas, Vasconcelos e Vasconcelos (2007) "as inovações tecnológicas correspondem à introdução no mercado de produtos, serviços ou processos novos ou significativamente melhorados". Vasconcelos, Motta e Pinochet (2003) complementam que a produção de novos conhecimentos tecnológicos começa com a percepção e a identificação de problemas ou oportunidades de ordem técnica ou econômica.

De forma consensual entre os autores analisados, é exposto que através das inovações tecnológicas é introduzido um novo produto ou processo. Rossetti e Morales (2007) expõem que para sustentar a inovação tecnológica é preciso que esta esteja aliada aos melhores recursos físicos e humanos, de forma que a organização deva acompanhar o ritmo de melhorias que resulta em uma vantagem competitiva, baseada em alguma característica operacional ou em flexibilidade no processo produtivo.

Cavalcante e Renault (2018) relatam em seu estudo que as inovações tecnológicas originam o aumento da competitividade das organizações, impactando o negócio e modificando as relações de trabalho, de forma que passam a definir o sucesso e o fracasso organizacional. As empresas então sofrem mudanças rotineira, diante da necessidade de se manterem inovadas e se adequando as mudanças em que estão expostas.

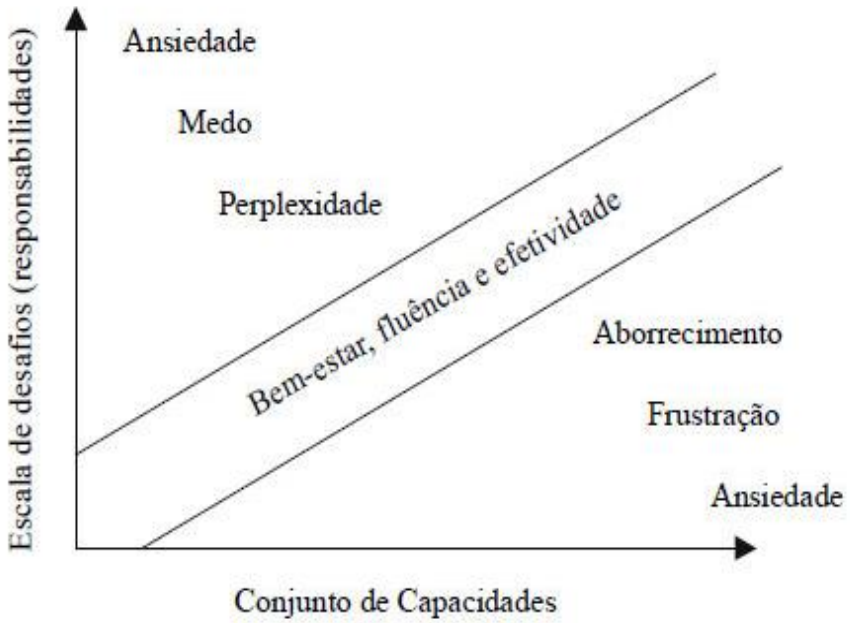
De Linhares Jacobsen et al. (2012) aborda que diante do aumento da competividade o setor de recursos humanos deve se posicionar de forma a compreender as capacidades de seus funcionários e influenciá-los através de estratégias competitivas. Os autores ainda expõem que é competência interna que a empresa exponha a seus funcionários o tipo de mercado em que quer atuar, o grau de concorrência deste mercado e o tipo de produto que produz, escolhendo suas prioridades e aproveitando os recursos que estão disponíveis.

Vasconcelos; Mascarenhas e De Vasconcelos (2004) exploram que as inovações tecnológicas proporcionam a possibilidade de uma automação de atividades, o que resulta no aumento de agilidade, redução do tempo e na facilidade para monitoração dos passos do processo e consequentemente melhora a qualidade do gerenciamento, dessa forma é necessário que as antigas regras sejam rompidas e novas formas de trabalho sejam desenvolvidas.

Diante disso é responsabilidade do setor de gestão de pessoas através dessas inovações e neste contexto, proporcionar oportunidade do indivíduo se relacionar com a sociedade, preencher a expectativa social e que os funcionários desempenhem um trabalho útil, de forma a atender as necessidades sociais de interação.

Dutra, Hipólito e Silva (2000) demonstram em seu estudo que quando ocorre uma boa relação entre o amadurecimento profissional e a ascensão a níveis mais complexos, ocorre uma tendência de um sentimento de bem-estar, fluência e efetividade na tomada de decisão, ao passo que um desequilíbrio destes fatores pode provocar de um lado sentimentos de ansiedade, medo e perplexidade e, de outro, sensação de aborrecimento, frustração e ansiedade, como é ilustrado na figura 1 pelos autores.

Figura 1:Relação entre capacitação e competência no trabalho



Fonte: Dutra, Hipólito e Silva, 2000.

O avanço tecnológico se traduz no meio pelo qual o capital tem amplas possibilidades de controlar o ritmo, a intensidade do trabalho e organizá-lo da maneira que melhor lhe convir. Em conjunto a este pensamento, os autores afirmam que a inovação tecnológica desempenha o papel de reafirmar o controle sobre o saber do operário e sobre a divisão do trabalho (DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 2000; VASCONCELOS; MASCARENHAS; DE VASCONCELOS, 2004).

Rossetti e Morales (2007) descrevem alguns efeitos positivos da inovação tecnológica nas relações de trabalho como: a realocação espacial dos locais de trabalho, o menor número de pessoas trabalhando por metro quadrado, novas direções dos fluxos na produção, além de melhores condições de ventilação, ruído e temperatura. No entanto os mesmos autores em conformidade com Dutra, Hipólito e Silva (2000) ressaltam que também provocam desvantagens como novos tipos de acidentes e maiores desgaste mental e físico devido ao maior ritmo de trabalho imposto.

Dessa forma os autores concordam ocorre uma grande necessidade dos recursos humanos de se transformarem de forma flexível e dinâmica, através de novos modelos de gestão de pessoas, pautada no fortalecimento de equipes multifuncionais de trabalho, com delegação de responsabilidades e constante aprendizado organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho o objetivo proposto inicialmente foi alcançado. As inovações tecnológicas ocasionam uma necessidade contínua de adaptação do modelo tradicional de gestão de pessoas, que deve se adaptar ao novo modelo de mercado, que apresenta maior

automação e competitividade. É necessário compreender que os autores analisados relatam desvantagens e vantagens ocasionadas pela introdução de tecnologias nas organizações, cabe aos recursos humanos de cada empresa, aprimorarem suas técnicas de forma a construir uma equipe multiprofissional, pautada na habilidade de cada funcionário, usufruindo das vantagens dos recursos humanos e das inovações tecnológicas existentes.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Fernando Victor; RENAULT, Thiago Borges. Gestão por competências: uma Avaliação das Práticas de Gestão de Pessoas em uma Instituição Pública de Ciência e Tecnologia em Saúde. **RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 2, p. 89-107, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Elsevier Brasil, 2008.
DUTRA, Joel Souza; HIPÓLITO, José Antonio Monteiro; SILVA, Cassiano Machado. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 161-176, 2000.

DE LINHARES JACOBSEN, Alessandra et al. Gestão de pessoas em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n. 2, p. 129-157, 2012.
JOSKO, João Marcelo Borovina et al. Gestão de Pessoas em Tecnologia da Informação: uma visão perspectiva das abordagens. 2004.

LANA, Manuela Sampaio; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. Gestão por competências: impactos na gestão de pessoas. **Estação Científica Online. Juiz de Fora**, n. 04, 2007.
MASCARENHAS, André Ofenhejm; VASCONCELOS, Flavio Carvalho de; DE VASCONCELOS, Isabella FG. Impactos da tecnologia na gestão de pessoas: um estudo de caso. **Revista de Administração contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 125-147, 2005.

MICHEL, Murillo. Tipos de recrutamento e sua importância para uma gestão adequada de pessoas aplicadas a empresas. **Revista Científica Electrónica da Administração**, 2007.

OLIVEIRA, Carlos A. de. **Inovação da tecnologia, do produto e do processo**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2003.

ROSSETTI, Adroaldo Guimarães; MORALES, Aran Bey Tcholakian. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 1, p. 124-135, 2007.

SILVA, Aline da; OLIVEIRA, Edilene. Gestão de Pessoas: Uma abordagem sobre os programas de incentivos nas organizações. **Revista Multidisciplinar da Uniesp. Saber Acadêmico**, v. 11, 2009.

VASCONCELOS, Isabella; MASCARENHAS, André Ofenhejm; DE VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Paradoxos organizacionais, gestão de pessoas e tecnologia na Souza Cruz. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2004.

VASCONCELOS, Isabella; MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; PINOCHET, Luis Hernan Contreras. Tecnologia, paradoxos organizacionaise gestão de pessoas. **Revista de administração de empresas**, v. 43, n. 2, p. 94-106, 2003.

REFLEXÕES E RESIGNIFICADOS DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ASPECTRO AUTISTA

Nicolini, Karen Fernanda Vieira[5]

RESUMO:
O presente artigo tem como objetivo abordar a importância de refletir sobre a alfabetização de crianças com autismo. A escola é uma instituição desafiadora para as crianças autistas, pois envolve socialização com outros educandos e professores para o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, este trabalho aborda a importância do papel do professor para o estabelecimento de vínculos com alunos autistas, além de propor reflexões referentes a alfabetização de crianças autistas. O presente artigo, também conceitua o que é alfabetização de acordo com Soares (2008) e Soares (2020). Também propõe discorrer sobre o que é autismo, de acordo com Surian (2010), uma vez que tornam-se cada vez mais presentes e inclusos alunos com o transtorno do aspectro autista nas salas de aula. A escrita deste artigo possibilita perceber que a prática docente está permeada por reflexões e questionamentos, que permitem delinear novos caminhos e pensares sobre as práticas educativas

PALAVRAS CHAVE: Autismo. Alfabetização. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intuito discutir a importância de refletir sobre a alfabetização de alunos com autismo, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Estas reflexões possibilitarão compreender a importância de atividades mais significativas e práticas mais prazerosas, tanto para discentes autistas quanto para os docentes. Práticas estas que estão para além de atividades mecânicas escolares, que nada contribuem para a apreensão da alfabetização.

Contemporaneamente, o fracasso na alfabetização permanece sendo um problema, ou seja, muitos alunos são promovidos de um ano ao outro, apenas codificando e decodificando palavras. Contudo, este trabalho aborda a importância de refletir sobre propostas significativas, que visem a formação de sujeitos alfabetizados. Nesse sentido, é necessário questionar e refletir, também, sobre práticas docentes, que pouco contribuem para o sucesso da alfabetização.

Ao longo do trabalho, o intuito foi pesquisar como é possível desenvolver práticas e compreender que toda criança pode desenvolver habilidades e conhecimentos no espaço da sala de aula. A discussão sobre o autismo também será de suma importância, pois

[5] Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rio Grande- FURG. Especialista em Atendimento Educacional Especializado. E-mail: ka_gondran@hotmail.com

será compreendendo este distúrbio, de acordo com Surian (2010), que será possível pensar em práticas que realmente auxiliem e sejam relevantes para estes alunos nos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O presente trabalho também abordará as reflexões sobre alfabetização e letramento, em que ambos serão conceituados, tendo como análise a qualidade da alfabetização no contexto atual. Nesse sentido, serão colocadas as contribuições de Soares (2008) e Soares (2020), referentes à alfabetização.

Por meio de todas as etapas deste estudo, é importante destacar a importância das múltiplas linguagens na alfabetização, a preocupação em considerar os interesses das crianças com autismo, a prática pedagógica e as estratégias dos professores para a construção de aprendizagens e a socialização destes alunos. Todas essas questões estão permeadas pela importância da reflexão da prática docente e a preocupação com a aprendizagem das crianças.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REFLEXÕES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO

Atualmente, é possível perceber que, apesar das crianças estarem inseridas com seis anos no Ensino Fundamental, a maiorias destes alunos chegam no terceiro ano do Ensino Fundamental com muita dificuldade na leitura e na escrita, apenas decodificando palavras. Por não reprovarem até o terceiro ano do Ensino Fundamental, ainda não há um esforço efetivo e coletivo para o sucesso escolar, tanto por parte do Poder Público, como da escola e/ou família. Soares (2020), demonstra que:

> Compara-se a taxa de universalização de acesso à escola com os resultados de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) em 2016: mais da metade (54,7%) das crianças no 3º ano do ensino fundamental foram avaliadas como estando em "nível insuficiente", quando já teriam pelo menos três anos de escolarização (" pelo menos" porque, não estamos considerando a frequência à educação infantil, fase inicial do processo de alfabetização) e deveriam já estar alfabetizadas, capazes de ler e interpretar pquenos textos, habilidades avaliadas pela ANA. (SOARES, 2020, p. 9)

Contudo, é válido verificar que o Ensino Fundamental de nove anos surge como necessidade de maior permanência dos sujeitos na escola. O MEC (Brasil, 2007), ao longo dos anos, vem efetivando medidas legais para a ampliação do ensino, considerando também sua universalização, ou seja, o acesso dos sujeitos na escola.

Em 6 de fevereiro de 2006, é instituída a Lei 11.274, que surge para ampliar o Ensino Fundamental para nove anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade. De acordo com o documento do MEC (Brasil, 2007), com a efetivação desta lei, acredita-se que aumentará o número de crianças nos sistemas educacionais de ensino, uma vez que este passa a ser obrigatório. Outro argumento existente, seria que as classes populares seriam as mais beneficiadas, pois as

crianças das camadas médias e altas já se encontravam inseridas nos espaços educativos, tanto na Educação Infantil como nas classes de alfabetização do Ensino Fundamental.

O inserimento de crianças de seis anos no Ensino Fundamental com a transgressão de séries iniciais para Anos Iniciais implica em toda uma reformulação acerca do currículo, bem como das práticas educativas. Sendo assim, não basta adaptar o currículo existente; e sim, questionar, desenvolver estratégias para que as crianças desenvolvam todas as suas potencialidades. Nesse sentido, ainda de acordo com o MEC (Brasil, 2007), o primeiro ano não tem como objetivo a alfabetização final, uma vez que essa acontecerá ao longo de três anos, contudo, este documento também propõe subsídios para práticas educativas que contemplem o letramento e a alfabetização.

Considerando os documentos do MEC, é possível compreender que cada ano tem a sua especificidade e a necessidade de novos olhares para aprendizagem na contemporaneidade. Para Soares (2008), alfabetização é um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita.

> (...) etimologicamente, o termo alfabetização ultrapassa o significado de "levar a aquisição do alfabeto", ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo do processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita na definição de competência em alfabetizar. (SOARES, 2008, p.15)

Soares (2008), traz o duplo conceito de leitura e escrita, questionando o ler e escrever como domínio mecânico da língua escrita. Nessa perspectiva, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita.

Considerando este ponto de vista, compreende-se que muitos discentes chegam no terceiro ano do Ensino Fundamental lendo e escrevendo sem compreensão. Com atividades e práticas pedagógicas mecânicas, o ler e escrever são instrumentos desprovidos de significados, ou seja, neutros e pouco atrativos para os alunos. Nessa perspectiva, o ler e escrever não são ferramentas necessárias para desbravar o mundo e para a construção de novos significados, para conscientização do papel político de cidadão. Para Soares (2008):

> Em seu sentido pleno, o processo de alfabetização deve levar a aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas a aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas-grafemas, de um outro código, que tem, em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de recursos de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/ compreensão. (SOARES, 2008, p.29)

Sendo assim, ler e escrever, implica compreensão e expressão de significados. Portanto, ao alfabetizar uma turma de crianças, deve ser levado em consideração não apenas o método, mas também o aluno.
Será conhecendo, tendo relação de trocas com o aluno autista, que será possível perceber qual assunto é relevante para aquele aluno e de que maneira a alfabetização pode acontecer, mesmo que sistemática, mas ainda de forma prazerosa.

Quando um aluno autista está incluído, é necessário refletir sobre como aquele aluno pode se beneficiar na escola, construir conhecimentos e relações. Portanto, é necessário repensar a inclusão não somente na escola, mas na sociedade, nos espaços públicos e cada vez mais em políticas que realmente incluam as pessoas com necessidades específicas.

Propor essa reflexão sobre a inclusão na sala de aula e estratégias que realmente possibilitem incluir pode ser considerado um avanço, um sonho de uma escola cada vez mais inclusa.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), diz que:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
> §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Dessa forma, as leis garantem a inclusão. Toda a criança tem direito a educação, sem diferença e sem desigualdade e, de preferência, considerando as necessidades do aluno, em salas de aula de ensino regular.

QUESTIONAMENTOS E PENSARES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS AUTISTAS

O direito à aprendizagem deve ser possibilitado, levando em consideração os interesses do aluno atípico, ou seja, observando suas peculiaridades, seus centros de interesse.

Em estudos na Declaração de Salamanca, ficou estabelecido que:

> Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem" e "toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de

> educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (MEC/SEESP, 2006: 33)

Dessa maneira, fica evidente que o papel do professor ao trabalhar com alunos autistas, deve ser flexível, ter autonomia, deve conhecer o seu aluno e suas necessidades. Logo, é importante refletir que o professor, nesse momento, ao alfabetizar o seu aluno, buscará no seu planejamento e fazer pedagógico, possibilidades que serão atrativas para o seu educando, levando em consideração a sua especificidade com relação ao seu desenvolvimento e interesse. A respeito disso, torna-se necessário abordar a importância das formações continuadas de professores, sejam elas propostas pela escola, sejam elas realizadas através de cursos e pós-graduações, uma vez que a inclusão é uma realidade cada vez mais presente nas escolas.

Como já mencionado anteriormente, a proposta deste artigo surge da necessidade de problematizar as dificuldades, os desafios encontrados na alfabetização de alunos autistas.

Para refletir sobre alfabetização de alunos autista, é necessário conceituar o que é autismo:

> O autismo é um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico que se manifesta através de dificuldades marcantes e persistentes na interação social, na comunicação e no repertório de interesses e de atividades. [...] As deficiências nas capacidades sociais impedem o desenvolvimento de amizades íntimas, mas não impedem a formação de relacionamentos duráveis e intensas relações de apego com algumas pessoas, como por exemplo os pais. (SURIAN, 2010 p. 10)

De acordo com as ideias de Surian (2010), a crinça autista tem comportamentos atípicos, que são característicos do distúrbio autista. Dessa maneira, entender o autismo e suas características é imprescindível não só para as famílias dessas crianças, mas também para os profissionais da educação e da saúde.

O professor é um sujeito complexo, que constrói os seus conhecimentos através de uma realidade social materializada em programas, saberes, currículos; e esta, ao mesmo tempo, é atrelada aos seus saberes, que dizem respeito a sua vida e a sua história (TARDIF, 2002). Logo, a busca do conhecimento pelo professor, não deve encerrar-se após sua formação pedagógica. Seu interesse deve ser constante e fluído, na busca dos saberes. Nas universidades, o autismo é abordado de forma muito vaga ou superficial, tornando-se necessário buscar o conhecimento que auxilie o professor para sua prática.

Será compreendendo o que é o autismo, observando, interagindo com o aluno autista, que o professor conseguirá propor atividades que realmente façam sentido na alfabetização do indivíduo. Nesse sentido, Soares (2020), colabora com a ideia de que ao planejar, o professor

deve escolher assuntos e temáticas compatíveis com interesse, nível linguístico e cognitivo das crianças.

Destaca-se aqui uma proposta para a realização de práticas pedagógicas que envolvam a metodologia de projetos. Para Xavier (2001), as aprendizagens por meio de projetos de trabalho possibilitam planejamentos cooperativos, uma vez que estes oportunizam conhecimentos e aprendizagens que sejam de real interesse dos alunos, além de permitir uma grande flexibilidade nos planejamentos e participação das crianças.

Os projetos de trabalho possibilitam assuntos que podem desencadear centros de interesse nas crianças autistas, uma vez que a soma da rotina escolar com projetos de aprendizagem possibilita que o aluno autista se sinta seguro no ambiente escolar. Nesse momento, além da professora desenvolver uma relação com o aluno, é necessário destacar a importância da família na escola, auxiliando e fazendo com que os alunos autistas se sintam protegidos e seguros para se desenvolver enquanto educandos.

Torna-se importante lembrar que a criança, na sociedade contemporânea, constrói constantemente uma série de conhecimentos devido ao fácil acesso as informações existentes na atualidade. A autora Kincheloe aponta que, "enquanto os professores e a cultura escolar tratam tais crianças como se elas não soubessem nada no mundo adulto, as crianças consideram a escola irremediavelmente arcaica, fora de sintonia com o tempo" (2001, p.77 apud MOURÃO, 2001, p.224). Nesse sentido, o professor em sua prática de sala de aula pode, de alguma maneira, possibilitar ao aluno autista outros meios de acesso a leitura e a escrita. Uma possibilidade são os recursos tecnológicos, como tablets, celulares, computadores.

Logo, além da reflexão sobre a importância de assuntos por meio de projetos de trabalho que possam chamar a atenção desse aluno e desencadear outros centros de interesse, os diversos recursos tecnológicos podem ser atrativos para alunos autistas, uma vez que as possibilidades de atividades podem ser inúmeras. Porém, não devem limitar-se a somente o uso de recursos tecnológicos, mas eles podem enriquecer e auxiliar na alfabetização, uma vez que os celulares, por exemplo, são cada vez mais acessíveis e presentes nas famílias.

Torna-se necessário mencionar a importância de oportunizar às crianças autistas diálogos entre o que vivem na escola com a complexidade real de suas vidas. Proporcionar aos discentes, diferentes possibilidades de observar o mundo existente em sua volta, e isso é uma forma de desenvolver as potencialidades dessas crianças, que vão para além do espaço da sala de aula.

É importante destacar que, de acordo com as indicações do MEC (BRASIL, 2007), as múltiplas linguagens são cruciais e de extrema importância na alfabetização, uma vez que possibilitam a música, a pintura, a dança, dentre outras. Desta forma, é possível realizar

propostas que contemplem as múltiplas linguagens, sem para isso deixar de manter a intencionalidade pedagógica. Logo, sendo o aluno autista, de acordo com Surian (2010), com interesses restritos em diversas atividades, conhecê-lo, convidá-lo a experimentar, respeitando suas peculiaridades, pode ser algo interessante e prazeroso para o próprio aluno.

Uma criança que escreve, faz o exercício de imaginar e de criar. Portanto, essa atividade não deve ser uma atividade sem importância ou mecânica para os alunos, deve ser significativa e atrativa, principalmente para os alunos autistas, pois quanto mais significado é atribuído à sala de aula, maior será a sua tranquilidade, e ali poderá desenvolver suas potencionalidades.

O autor Arroyo (2000) colabora com esta ideia, ao destacar que:

> Sabendo que na escola convivem sujeitos totais e não apenas mentes sem histórias, sem corpo, sem identidades, também são equacionados como conteúdos da docência formar a curiosidade, a paixão de aprender, a emoção e vontade de conhecer, de indagar a realidade que vivem, sua condição de classe, raça, gênero, sua idade, corporeidade, memória coletiva... (Arroyo, 2000, p. 120)

Será a partir de uma sala de aula mais atrativa e significativa, que o aluno autista conseguirá se alfabetizar e verá a escola como um local prazeroso, considerando que essa alfabetização não se encerra no primeiro ano. Assim, é necessário abordar que além de conhecer o que é o autismo, o professor deve observar, entender e compreender que seu aluno também é uma pessoa que tem uma história, tem direitos e que deve ser respeitada e escutada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de todas as etapas deste estudo possibilitou refletir acerca da importância da reflexão sobre a prática docente na alfabetização com alunos autistas e o quanto a escola tem um importante papel social, que está para além de aprendizagens de conteúdos formalizados e institucionalizados.

Logo, é preciso salientar que não bastam práticas pedagógicas que visem apenas codificar e decodificar letras e palavras, ou aquelas que devem ser realizadas de forma mecânica. Pelo contrário, é preciso oportunizar a constituição de conhecimentos significativos, ampliar a visão de mundo do educando e contribuir na formação do sujeito autista em sua alfabetização.

Este estudo também possibilita novas pesquisas sobre reflexões acerca da alfabetização e propostas que superem atividades mecânicas escolares existentes e que pouco contribuem na formação de sujeitos leitores. Faz-se mister a busca constante de conhecimento, na procura de refletir sobre a inclusão e realmente fazer com que ela exista na escola e nas salas de aula.

Logo, a prática docente envolve desafios diários, reflexões e questionamentos, que apontam para novas possibilidades, que permitem delinear caminhos e pensares e que visem o desenvolvimento das potencialidades infantis de alunos autistas.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricelia Ribeiro do Nascimento. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei 9394/96. São Paulo: Saraiva, 1996.
Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais de Salamanca (Espanha). **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Genebra: UNESCO, 1994.

MOURÃO, Bernadete**. Produção Corporativa e Construção da Infância.** In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº 22: 223-226, jun. 2004. Resenha de STEINBERG, Shirley R. & KINCHELOE, Joe L. (orgs.). 2001. Cultura Infantil: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 5. ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

SURIAN, Luca. **Autismo: Informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde**. São Paulo: Paulinas, 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

XAVIER, Maria Luisa M**. Introduzindo a questão do planejamento: globalização, interdicisplinaridade e integração curricular**. In: Planejamento em destaque: analises menos convencionais / Maria Isabel h. Dalla Zen; Maria Luisa M. Xavier (orgs). Porto Alegre: Cadernos da Educação Básica, 2001.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL: CONFLITOS E DILEMAS ENFRENTADOS NA GARANTIA DOS DIRETOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Silva, Letycia de Sousa[6]
Ribeiro, Renata Nardy[7]

RESUMO:
O objetivo principal deste trabalho é o de investigar as lutas e as conquistas da educação especial inclusiva no Brasil, bem como analisar os marcos legais que norteiam a sua oferta. Nesse aspecto, a luta da sociedade civil por assegurar às pessoas com deficiência direitos importantes, como aqueles que lhe conferiram espaço e certo reconhecimento, principalmente nos campos educacional, social, político e cultural é fundamental. Para tal, considerou-se relevante abordar a gênese da desigualdade e exclusão histórica vivenciada pelo público-alvo da educação especial ao longo dos anos e no convívio entre os pares. A pesquisa em questão é de natureza predominantemente bibliográfica. Evidenciou-se que, durante o desenrolar da história, os movimentos sob a liderança da sociedade e os marcos legais proporcionaram conquistas usufruídas pelos portadores de deficiência na sociedade contemporânea, mas ainda há um longo percurso a caminhar a fim de que de fato possa chamar a educação brasileira de inclusiva. Dessa maneira, ao passo que se afirmam como cidadãos e sujeitos de direito, as pessoas com deficiência hodiernas podem lutar por novos objetivos, superando os conflitos e dilemas aos quais foram expostos ao longo da história.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial inclusiva. Lutas e conquistas. Dilemas e conflitos. Marcos legais.

INTRODUÇÃO
Com efeito, a temática educação especial é muito relevante e que precisa ser debatido na hodiernidade, a fim de que possa contribuir para a melhoria do atendimento desse público tão discriminado e excluído historicamente. Nesse sentido, é mister a criação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidade e equidade numa perspectiva inclusiva para os alunos da educação especial.

Dessa forma, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva visa garantir aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação à inclusão escolar, nas instituições regulares de ensino. Contudo, no Brasil, apesar da lei da Inclusão, nº 13. 146 de 06 de julho de 2015 ainda há muito o que se caminhar nesse sentido para tornar da educação brasileira uma educação inclusiva. À vista disso, romper com a lógica excludente historicamente constituída é fulcral.

[6] Pós-graduanda em Educação Especial Inclusiva pelo Instituto Souza.
[7] Bacharela em Química pela Universidade Federal de Viçosa; Especialista em Análises Clínicas e Microbiologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante; E-mail: professor03@faculdadesouza.com.br

Ademais, no Brasil, as pessoas com deficiência sofreram anos com discriminação, segregação e exclusão, sendo atendidos separadamente e com escolas especiais. Dessa maneira, o estudante não tinha acesso às mesmas oportunidades e eram vistos como "anormais". Ainda assim, quando muito tinha classes especiais para estes estudantes.

Nesse sentido, a segregação se materializou na presença de uma organização paralela de ensino, de maneira que esses alunos eram atendidos separadamente dos ditos "normais". Ao longo dos anos, por meio de muitas lutas e discussões essa realidade está em transfomoção. Assim, essa realidade não é linear ou estática. No movimento da história, diversos elementos contribuem para que a realidade esteja em mudança. Uma dessas mudanças diz respeito a Lei Brasileira da Inclusão.

Assim, o presente estudo visa contribuir para a promoção da educação especial na perspectiva inclusiva, a fim de que a mesma seja uma realidade efetiva. Dessa forma, possa romper com anos de uma educação excludente e segregadora. Logo, conhecer os conflitos e desafios enfrentados pelo público-alvo da educação especial inclusiva é vital, se configurando assim nesse objeto de estudo.

DA EXCLUSÃO À IGUALDADE ENTRE ESTUDANTES: UM PROCESSO HISTÓRICO EM MARCHA LENTA

No Brasil, a educação especial foi marcada por uma história de exclusão e desigualdades sociais, econômicas e, no campo educacional não foi diferente, acarretando uma série de transtornos e dificuldades acadêmicas, às pessoas com deficiência.

As desigualdades sociais têm sua origem a partir da propriedade dos meios de produção e do surgimento das classes sociais. Além disso, essas desigualdades se acentuaram na economia ditada pelo capital (MARX; ENGELS, 1997). Dessa forma, esses fatores influenciam também na educação, uma vez que não é do interesse das elites promover igualdade, autonomia e senso crítico. Além disso, às elites ao longo da história tem se preocupado apenas com os seus próprios interesses, ficando as minorias destituídas de suas ações e políticas.

Outrossim, a educação especial no Brasil, se configurou num cenário de poucas ações e políticas públicas para romper com a segregação educacional. Esse processo nos remonta ao século XIX, quando as pessoas portadoras de deficiência recebiam apenas ações isoladas no atendimento às suas necessidades. Esse processo era baseado nas experiências europeias e norte americanas.

Nesse sentido, para que as pessoas com deficiência fossem atendidas em suas necessidades educacionais, se configurando em um sistema educacional, passou-se mais de um século, e ainda assim, a passos lentos. Dessa forma, essa modalidade de ensino foi oficializada nos anos 60, denominada de educação dos "excepcionais" e marcada de discriminação.

À vista disso, pode-se assegurar que a educação especial no Brasil pode ser separada em três períodos longos, sendo o primeiro que foi do ano de 1854 a 1956 com iniciativas do setor privado, carregando marcas desse setor. O segundo período foi de 1957 até 1993, sendo marcado por intervenções nacionais com ações oficiais. O terceiro período foi de 1993 até os dias atuais, tendo como sua principal marca, os movimentos de luta em prol da educação inclusiva.

Com efeito, a educação especial no Brasil foi estruturada nos moldes assistencialistas, marcados por segregação e com visão das deficiências de forma segmentada, potencializando à marginalização social e acadêmica dos alunos com deficiência.

Apesar das diversas campanhas segmentativas ao longo dos anos, visando atender as particularidades de cada deficiencia, esse fator contribuiu para intensificar a exclusão. Isso se deve pelo fato de que ao dividir as deficiencias se separou às pessoas e aumentou as desigualdades que esses estudantes vivenciavam.

Com a criação do Ministério da Educação e Cultura-MEC, no ano de 1972 foi criado o primeiro órgão para gerir a educação especial no Brasil, CENESP- Centro Nacional de Educação Especial, apresentando assim a primeira proposta estrutura-la. Atualmente esse órgão é o SEESP- Secretaria de Educação Especial.

Ao longo desse processo histórico da constituição da educação especial inclusiva brasileira, pode-se contar com a influência de diversas personalidades dentre elas estavam celebridades, pais, políticos e educadores, que tiveram papel fundamental para o desenvolvimento dessa modalidade ao longo dos anos. Dentre essas pessoas, os pais foram uma enorme influência para a melhoria do atendimento de seus filhos com deficiência, compondo uma liderança relevante nessa luta.

Por outro lado, não se pode ignorar as ações beneficentes do setor privado, comandadas pelos pais dos alunos com deficiência com a finalidade de melhorar o atendimento desses estudantes. Contudo, a despeito dos bons intuitos em grande parte do tempo, eram ações que tinham respaldo de grande protecionismo e de caráter discriminatório. Um exemplo dessas ações foi a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com mais de 1000 em todo o Brasil. As APAEs se organizaram para melhorar o atendimento das crianças e adolescentes com deficiência e buscaram para isso parcerias com todas as esferas governamentais e a sociedade civil.

Não obstante à Constituição Federal demonstrar preferência pela educação inclusiva, os pais no Brasil não tomaram posicionamento em favor da inclusão escolar, diferentemente dos outros países. Dessa maneira, eles costumam se organizar em associações na garantia dos direitos educativos dos filhos portadores de deficiência. Há pouco tempo, as próprias pessoas portadoras de deficiência têm lutado pelos seus direitos e se organizado em prol do reconhecimento e de respeito.

Ademais, as pessoas portadoras de deficiência precisam ter vez e voz. Nesse sentido as vozes das minorias são relevantes numa sociedade dita democrática.

Todavia, apesar das conquistas dos movimentos sociais, no campo educacional ainda precisa se consolidar para que possa realmente garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e com equidade. Tendo em vista que a educação inclusiva no Brasil caminha em marcha lenta. Garantir acessibilidade, segurança, transporte, adaptações prediais, dentre outros aspectos são imprescindíveis nesse processo.

OS MARCOS LEGAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA BRASILEIRA

A legislação brasileira continuamente tem dedicado atenção a temática da educação dos estudantes com deficiência objetivando garantir especialmente o atendimento no ensino regular preferencialmente. Dessa forma, desde os anos 50 a educação dos estudantes com deficiência tivera muitos planos e marcos legais até a sua situação na atualidade.

Nesse sentido, a educação inclusiva de início assistencial, onde visava somente a satisfação das pessoas com deficiência, foi progressivamente caminhando para às instituições escolares e posteriormente integradas ao sistema de ensino, chocando com a atual proposta de inclusão dos estudantes ao ensino regular em sua totalidade.

A educação especial no Brasil é composta por técnicas, recursos e métodos especiais para promover a educação inclusiva aos educandos que não conseguem responder às expectativas do ensino regular, necessitando de um olhar específico para essa modalidade.

O parecer de 10/08/72 compreendeu a educação dos "excepcionais" sob o viés escolarizante, sendo seguido por diversos documentos normativos, como portarias que definiram o ensino especial, diferindo do Parecer, sem intuito de promoção do ensino escolar, elegendo fatores preventivos e corretivos dessas intervenções.

Além disso, a LDBEN, Lei nº 4.024/61, assegurou em seu Artigo 88, o direito dos estudantes "excepcionais" à integração desses alunos ao sistema geral da educação quando possível. Nesse sentido, quando o ensino dos deficientes não se comportasse no sistema regular, se tornariam um ensino à margem. O questionamento daquele período era se a lei tratava de um sistema educacional especial ou comum? Nos dias atuais acontece da mesma forma com a integração ao ensino regular dos alunos com deficiência.

Um fato que se afigura entre aqueles que fazem as leis é o estabelecimento de uma estrita ligação entre educação especial e estudantes com deficiência, tendo dificuldades ainda nos dias atuais de separar o molde educacional/escolar do médico/pedagógico, sendo um impasse que atrapalha o desenvolvimento da educação especial inclusiva no Brasil. Pois, tendo em vista que inserir todos os estudantes em escolas regulares, que estão voltadas às diferenças é vital.

Por outro lado, ainda não há um consenso sobre o público alvo da educação especial., nem mecanismos legais que confirmem o alunado dessa modalidade, bem como a clientela que o mesmo abarca. Contudo, nas diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs, assim como nos planos e discursos oficiais, a clientela da educação de estudantes com deficiência é bem delineada.

Ademais, garantir aos alunos com deficiência o convívio com seus pares, o respeito à diversidade, bem como assegurar a equidade de oportunidades a esses estudantes, valorizando assim suas conquistas, bem como diminuindo a exclusão. Dessa forma a inclusão escolar tem sido prejudicada por interpretações tendenciosas da legislação e pelo desconhecimento dos princípios da Magna Carta.

Outro fator relevante na história da educação especial no Brasil, numa perspectiva inclusiva é a alteração do termo alunos "excepcionais" para alunos com "necessidades educacionais especializadas" em 1986, entretanto no que diz respeito à demarcação dos estudantes nas escolas, nada modificou. Desse jeito, o termo PNEE- Portadores de Necessidades Educacionais Especializadas ainda é utilizado para referir-se aos estudantes do ensino especial.

Tendo como base a Constituição Brasileira de 1988, em seu capítulo III, intitulado: Da Educação, da Cultura e do Desporto, no Artigo 205 indica que: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Além disso, no Artigo 208, prevê entre outras coisas que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". No entanto, na realidade isso ainda não acontece efetivamente.

A atual lei da educação, conhecida como LDB 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais recente, determina todo o capítulo V à educação especial, determinando no Artigo 58º como uma modalidade da educação escolar que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para os alunos que apresentam necessidades especiais, nesse caso foi um avanço em relação à Lei 4.024/61, pois indubitavelmente a educação dos 'excepcionais" pode ajustar-se à educação regular. Contudo, ainda estamos ligadas às interpretações subjetivas no que se refere ao termo preferencialmente.

É sabido que a fragmentação e a dicotomização dos sistemas de ensino em diferentes modalidades não é o que determina o ensino especial tornando-o qualitativo, mas o respeito às diferenças e a maneira com que a escola lida com elas no contexto escolar, desde o planejamento, as atividades e até a avaliação sem discriminar é o que o qualifica o ensino verdadeiramente especial.

Visto que, se por um lado a educação especial se mostra temerosa de uma transformação radical, se protegendo dessa forma, por outro. Ela está se omitindo completamente, sob a alegação de que não tem

condições estruturais e funcionais para o atendimento desse público, bem como o despreparo dos professores.

Nessa perspectiva, a abertura às diferenças, a convivência entre os pares, a justiça, são benefícios que uma educação inclusiva pode proporcionar e que fica prejudicada no jogo político-institucional. Dessa forma quem sai perdendo são sempre os estudantes e a população, perpetuando essas privações ao longo da história.

À vista disso, em vez de tornar amplo o ensino inclusivo, especializando-o para todos os alunos e em benefício de todos, a educação inclusiva tem dividido sistemas, leis, professores e alunos, não sendo dessa forma um consenso de todos os atores envolvidos.

OS DILEMAS E CONFLITOS ENFRENTADOS PARA A GARANTIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o envolvimento da sociedade civil organizada, surgiu também o novo ordenamento jurídico, com o intuito de garantir os direitos dos cidadãos. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 surgiu para assegurar esses direitos e a proteção social da população.

Desde a década de 90, com a ampliação do sistema capitalista na era da globalização, o governo começou a se adequar a esse sistema. A partir do governo Fernando Collor do ano 1990 até 1992, por meio de manifestações a fim de modernizar a economia, constantes críticas foram direcionadas ao Estado, ligadas, especialmente à proteção social, necessitando mudanças.

Nesse sentido, a partir da reforma sustentada pela criação do "terceiro setor" e da aprovação do Plano Diretor do Aparelho do Estado, setores fundamentais como a saúde e a educação tiveram ações advindas de instituições públicas não estatais de forma mais direcionada.

Nesse período também com o estabelecimento de políticas sociais voltadas à saúde e a educação, foram estabelecidas tensões com respeito à internação em asilos de pessoas com deficiência. Assim, esse processo se deu por meio de um discurso voltado à solidariedade e a participação do terceiro setor.

Por outro lado, a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos na Conferência Mundial sobre Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990, o Brasil firmou o pacto para garantir a universalização da educação a todos e a melhoria da qualidade do ensino também, firmando compromisso que culminou com a criação do PDE, Plano Decenal de Educação para Todos, garantindo até o final de sua vigência não só a universalização de acesso, mas condições mínimas de aprendizagens e o atendimento das necessidades básicas, atingindo as pessoas com deficiência.

Entretanto, após três décadas essa garantia não foi totalmente efetivada e a luta das pessoas com deficência de ter assegurado o mínimo possível para a dignidade humana e o aprendizado ainda é um dilema a ser solucionado.

Em 1994, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, resultou na conhecida Declaração de Salamanca, que enunciou que o acolhimento de todas as crianças deve ocorrer nas escolas comuns, independentemente de suas limitações.

Já em 1996, dois anos após a Declaração de Salamanca, foi promulgada no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 e com ela adequações das escolas para atenderem todas as crianças satisfatoriamente, independente das limitações. Dessa forma, o respeito à diversidade, o debate sobre as diferenças culturais, sociais, étnicas e educacionais passam a nortear o discurso sobre a educação inclusiva.

Ademais, os impactos causados por esses documentos e discussões culminaram em políticas sociais voltadas à educação inclusiva, de forma que os profissionais que trabalhavam na educação especial passaram a utilizar no lugar do termo integração, o termo inclusão. Mudança ocorrida em diversos países.

Contudo, essa política de educação inclusiva deve ser observada levando em consideração que vivemos em sociedades capitalistas e para que ocorra de fato a inclusão, novos olhares precisam ser vistos a fim de vencer com a segregação e a exclusão histórica.

Já no governo Lula entre 2003 e 2006 e de 2007 a 2010, pressionado para ofertar às pessoas com deficiência a universalização do acesso e a qualidade no atendimento às suas especificidades, a educação inclusiva começa a ser implantada. Dessa forma, o governo optou pela matrícula desses alunos em classes comuns das escolas públicas, com ou sem atendimento educacional especializado, realizado com prioridade em salas de recursos multifuncionais para os educandos com deficiência.

Com a elaboração do Decreto nº 6.571/2008, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação passaram a ter asseguradas as suas matriculas no ensino regular, em salas comuns e no AEE- Atendimento Educacional Especializado em salas multifuncionais ou centros especializados. Cabendo aos sistemas de ensino matricular e garantir esse atendimento para esse público, assegurando condições dignas de acesso e igualdade de oportunidades para essas pessoas portadoras de deficiência.

Outro fator desafiador para a qualidade do ensino e efetivação da educação especial inclusiva é a formação de professores voltadas para o atendimento especializado. Tendo em vista que para atender as demandas desse público-alvo é preciso preparo, disposição e investimentos.

No Brasil, os professores não têm na maioria das vezes condições básicas de desenvolver seu trabalho de forma eficiente, devido às poucas políticas públicas voltadas para a melhoria da educação efetivadas. Quando se trata de educação inclusiva, isso se torna mais

desafiador, pois além de formação adequada, precisa deixar à disposição dos docentes uma série de recursos que auxiliem na qualidade de ensino e oportunize a esses educandos equidade.
Embora houvesse assegurado o acesso à educação regular, é imprescindível que a mesma ocorra com qualidade. Contudo, após essas políticas pode-se perceber um aumento significativo no número de matriculas dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, como aponta o MEC:

> "Os resultados do Senso Escolar da Educação Básica de 2008 apontam um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matriculados passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano passado. Estão em classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
> Esse crescimento é reflexo da política implementada pelo Ministério da Educação, que inclui programas de implantação de salas de recursos multifuncionais, de adequação de prédios escolares para a acessibilidade, de formação continuada de professores da educação especial e do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na escola, além do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. O propósito do programa é estimular a formação de gestores e educadores para a criação de sistemas educacionais inclusivos" (BRASIL, MEC, 2010).

A realidade do Brasil em aumentar a matricula da educação especial no ensino regular foi um avanço para a promoção da educação especial inclusiva. Essa foi uma das razões por que houve a necessidade de se impor novos padrões de comportamento na sociedade e, naturalmente, a necessidade de algo próximo a um sistema público de educação voltado às diferenças, rompendo com o sistema excludente.
De qualquer forma, embora aumentou a oferta e matrícula no ensino regular da educação especial, é importante destacar se o sistema está preparado para essa demanda, pois não se pode tratar os portadores de deficiência tão excluídos ao longo da história como números. Além de propor a oferta, é mister que os recursos tecnológicos também estejam à disposição dos alunos com deficiência a fim de melhorar o ensino e a aprendizagem.

> Em relação à aprendizagem, uma das múltiplas barreiras que pode impossibilitar a sua obtenção pelo aluno com deficiência são as barreiras nas comunicações e na informação, considerando ser elementar para o aprendizado dos alunos nos tempos atuais, acessos às mais diversas tecnologias da informação, como computadores, celulares e semelhantes (CURITIBA, 2020, p.60).

Assim, apenas lançá-los ao convívio geral, sem antes promover políticas que garantam a qualidade e a equidade é preocupante. Nesse sentido, é relevante analisar se as escolas estão preparadas para essa

demanda e, caso não estejam, fazer os devidos ajustes para que cumpra seu papel de verdadeira inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esteja claro que a educação especial inclusiva tem o objetivo de romper com o passado histórico de exclusão, segregação discriminação que as pessoas com deficiência sofreram ao longo dos anos, ela não é um fim de si mesma. Desse modo, se faz necessário vários olhares, discussões e reflexões a fim de que possam não só garantir o acesso à educação, mas oportunizar a equidade de todos os cidadãos.

Por outro lado, destaca-se a importância que as reivindicações públicas têm alcançado, embora a inclusão ainda se esteja distante e a promoção da igualdade entre os pares também. Igualmente, merece destaque a compreensão de que as conquistas da sociedade civil, dos pais, dos movimentos e declarações na promoção de uma educação especial inclusiva foram fulcrais para os avanços que percebemos na atualidade, apesar de ainda se ter um longo caminho a trilhar para que a educação seja de fato inclusiva.

Os marcos legais, as LDBs, especialmente a LBD 9394/96, a Declaração de Jomtien, a Declaração de Salamanca, dentre outros movimentos potencializaram melhorias no atendimento às pessoas com deficiência. Nesse sentido asseguraram o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação no ensino regular, bem como propiciou o AEE- Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais.

Por outro lado, percebe-se que a luta contra a exclusão e segregação, está intrinsecamente relacionada à luta contra as desigualdades sociais. Apesar dos marcos legais assegurarem a educação especial inclusiva, ainda há discriminação contra a pessoa portadora de deficiência, fato que precisa ser rompido.

Não que a legislação seja infrutífera ou devesse resolver sozinha esse problema, é que combater elementos culturais exige tempo e mecanismos diversos. Por isso, a importância de se compreender que esse é um processo histórico de construção.

Não obstante o agravo que os portadores de deficiência ainda sofrem, que possuem muitos desafios e dilemas a serem rompidos, as conquistas ao longo da história mostram a importância da luta e do reconhecimento como sujeito de direitos e protagonistas de sua construção.

Além disso, em determinados tempos e tipos de sociedade, as conquistas são menos difíceis de serem alcançadas do que em outros. Porém, essas conquistas só ocorrem quando há uma construção histórica para tal.

Portanto, a realidade não vem pronta, é construída por cada povo em seu contexto histórico. No Brasil, país extremamente desigual e

excludente, esse processo se deu em marcha lenta e, aos poucos, com muita luta vem rompendo com a exclusão e promovendo a educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Declaração De Salamanca1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. <Acesso em 18 novembro 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política de Educação Inclusiva**. 2010.
Disponívelem:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&>. Acesso em 18 novembro 2020.

_____. ____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 1990.
_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996.
CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas:** o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CURITIBA. J. A. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2020.

DOLENKSO, André Luis. **O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS:** articulação entre as políticas nacionais de educação especial e inclusiva e a saúde Dissertação (Mestrado) Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. História. *In*: **A ideologia alemã.** Trad. BRUNI, J. C.; NOGUEIRA, A. N. São Paulo: Grijalbo, 1997, p. 39-53.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)** Brasil, 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990. Acesso em 18-11-2020.

A AFETIVIDADE NO PERÍODO DA ALFABETIZAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

Freitas, Luciana Aparecido[8]

RESUMO:
A presente pesquisa bibliográfica tem como tema, a afetividade no período da alfabetização como contribuição no processo de ensino aprendizagem. Os objetivos desta pesquisa estão pautados em compreender a importância da afetividade e suas contribuições na relação professor/a e aluno/a, no processo de ensino/aprendizagem durante a alfabetização. Uma vez que o processo de ensino/aprendizagem precisa favorecer os conhecimentos prévios do/a aluno/a e suas múltiplas vivências. O afeto neste contexto proporciona não somente um ambiente agradável para professor/a e aluno/a, mas sim uma educação humanizada voltada para a transformação. O desenvolvimento textual deste trabalho foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Almeida (2008), Antunes (2008), Lopes (2014), Mahoney e Almeida (2004), Neto (2012), Saltini (1997, Vygotsky (1994), Wallon (1975), Wallon (1979) e Wallon (1986). Após a análise das informações obtidas através da pesquisa teórica, verificou-se a importância das relações afetivas para o processo de ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividade; Alfabetização; Ensino/Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a temática da afetividade no período de alfabetização como contribuição no processo de ensino/aprendizagem. A escolha do tema ocorreu em função de tomar conhecimento de que a afetividade é um dos fatores que auxilia como facilitador no processo ensino/aprendizagem.

Becker (1993, p. 35) buscou compreender se docentes, durante sua prática pedagógica, adotam uma das diferentes abordagens teóricas referentes à concepção de conhecimento, fundamentando teoricamente sua atuação ao refletir em como se dá a aprendizagem do/a aluno/a nos diferentes processos da construção do seu conhecimento. Este autor ainda salienta que alguns/algumas professores/as vivem as situações da separação entre teoria e prática, justificando seu trabalho no senso comum, não sabendo da importância da fundamentação teórica que seja condizente para sustentar sua prática no processo de ensino aprendizagem. "Neste

[8] Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Nacional do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Alfabetização da Faculdade Souza. E-mail: lucianalufrap2014@bol.com.br

contexto de ausência de reflexão epistemológica, o professor acaba assumindo as noções do senso comum" (BECKER, 1993, p. 37).

Na teoria Walloniana o desenvolvimento humano está relacionado a diversos fatores que o influenciam, como o social, intelectual, corporal e as questões dos sentimentos e emoções. Segundo Wallon (2005, p. 47), a afetividade é um dos principais componentes para o desenvolvimento humano. Esse autor defende que o processo evolutivo depende tanto da capacidade biológica do ser humano, quanto do ambiente em que está inserido e as relações afetivas que nele estabelece, sendo que ambiente e relações o afetam necessariamente.

Nesse contexto, pesquisar esse tema torna-se relevante, pois ao investigar a afetividade do ponto de vista teórico, o trabalho poderá propiciar maior compreensão sobre a relação entre professor/a e aluno/a no período da alfabetização, como contribuição para o processo de ensino/aprendizagem. Esta proposta, então, teve como objetivo analisar a importância da afetividade no processo de aprendizagem na alfabetização. Conhecer algumas teorias de aprendizagem e a sua importância no processo de ensino/aprendizagem na alfabetização e compreender as contribuições da afetividade na relação professor/a e aluno/a.

Este estudo pode ser relevante tanto do ponto de vista social, quanto acadêmico, pois poderá, do ponto de vista social, contribuir com uma atuação mais consciente de profissionais da educação quanto à importância da escolha de uma teoria da aprendizagem e a utilização de uma metodologia condizente, o que poderá contribuir também com maior efetividade no processo educativo. E, do ponto de vista acadêmico, este trabalho poderá contribuir com informações para as pessoas que tem interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre psicologia da aprendizagem. Como entender melhor o fazer profissional mediador e o seu papel diante dos desafios presentes no processo de ensino/aprendizagem, durante a alfabetização.

Foi realizada abordagens teóricas e algumas considerações como; contextualização das teorias de aprendizagem, e a afetividade na relação professor/aluno.

CONTEXTUALIZANDO AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

A Educação se constitui como um vasto campo de conhecimento, com interconexões com outras áreas do saber, como a Psicologia Escolar e Educacional. Essas áreas estão profundamente relacionadas desde seu início, que remonta à Antiguidade Clássica, como aponta Antunes (2008, p. 17). A psicologia escolar e educacional apresenta diversas teorias da aprendizagem e as práticas pedagógicas delas decorrentes, de forma a contribuir para o processo de ensino/aprendizagem. "A psicologia da aprendizagem surgiu como campo do saber encarregado de auxiliar profissionais da área educacional no aprimoramento de suas

competências relacionadas ao processo de ensinar e aprender". (GOULART, 2010, p. 18).

Para Mizukami (1986, p. 30), o surgimento de diversas teorias se deu como forma de explicar como se dá a aprendizagem humana e elas se baseiam em três posições epistemológicas: a Empirista, a Inatista e a Interacionista. O empirismo tem foco no objeto da aprendizagem, considerando o sujeito que aprende como uma "tábula rasa" que vai receber as informações transmitidas por alguém que detém o conhecimento. O inatismo considera que toda a possibilidade de conhecimento é inata, já nasce com o sujeito, e quem ensina apenas irá fazer com que essas possibilidades floresçam. Já a interacionista aposta na interação entre sujeito e objeto da aprendizagem, considerando que é dessa relação entre quem aprende e sobre o que se aprende que se dá o processo de aprendizagem, levando-se em conta ainda, o meio social, a cultura e a história. Mizukami (1986, p. 32) aponta que:

> Baseando-se nessas posições epistemológicas, podemos identificar cinco abordagens distintas sobre a aprendizagem que são mais frequentes no Brasil: a abordagem tradicional, comportamentalista, cognitivista, a humanista e a sócio histórica. Diferenciando essas posições epistemológicas e suas abordagens teóricas decorrentes, ela reforça que, na teoria comportamentalista, por exemplo, o processo de aprendizagem é considerado a partir do comportamento observável, não levando em consideração o que ocorre na mente durante esse processo. Já na abordagem cognitivista considera-se prioritariamente o funcionamento da mente humana, como se forma sua percepção, como processa as informações e, por fim, como se dá a compreensão. A abordagem humanista dá ênfase no sujeito, leva em consideração a pessoa como um todo de forma integrada para a construção do conhecimento (MIZUKAMI, 1986, p. 32).

Diante dessas considerações, podemos perceber que o/a educador/a precisa adotar uma prática pedagógica que seja coerente com uma das diversas abordagens teóricas e que esta prática seja decorrente da teoria escolhida, haja vista que as abordagens se fundamentam em posições epistemológicas distintas e até mesmo divergentes. Conforme Goulart (2010, p. 25), as abordagens de uma das teorias da aprendizagem exercem fundamental importância na prática pedagógica, visto que dá suporte no processo ensino/aprendizagem.

Já Telma Weisz (2006, p. 19) aponta que, muitas vezes sem ter consciência disso, profissionais da educação, ao adotar uma prática pedagógica, estão também adotando uma teoria, mesmo que atuem baseando-se no que está posto pelo senso comum.

Segundo Galvão (1995, p. 32), levando em consideração a perspectiva Walloniana, a abordagem sócio interacionista leva em consideração todos os aspectos que constituem a pessoa, pois seu desenvolvimento vai depender dos fatores biológicos e das condições em que vive.

Portanto, esse desenvolvimento vai depender das condições favoráveis (ou não) em que a pessoa se encontra.

De acordo com as propostas apresentadas, a teoria Walloniana como descreve Galvão (1995, p. 65) "[...] defende o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura humanizada abordando a pessoa como um todo, levando em consideração, a afetividade, o movimento, as emoções e esses elementos devem ser trabalhados em conjunto". Entretanto, as relações desses elementos ajudam a desenvolver a pessoa em sintonia com o meio.

Conceituando a afetividade, Wallon (1954, p. 288) *apud* Almeida (2008, p. 21), afirma que:

> A afetividade é um domínio funcional, cujo desenvolvimento depende da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência onde a escolha individual não está ausente (WALLON, 1954, p. 288 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 21).

Entretanto, Almeida aponta, na teoria de Wallon, uma evolução progressiva da afetividade, de forma que as manifestações se distanciam do orgânico, e torna-se cada vez mais relacionadas ao meio social. Para Wallon, a afetividade é de suma importância no desenvolvimento da criança, e esse desenvolvimento se dá entre dois fatores, o orgânico e o social, manifestando-se em interações de reciprocidade e se modificando. Vejamos em Wallon (2005, p. 141) esta evolução:

> As influências afetivas que rodeiam a criança desde o berço não podem deixar de exercer uma ação determinante na sua evolução mental. Não porque criem inteiramente as suas atitudes e as suas maneiras de sentir, mas, pelo contrário, precisamente porque se dirigem, à medida que eles vão despertando, aos automatismos que o desenvolvimento espontâneo das estruturas nervosas mantém em potência e, por seu intermédio, a reações de ordem íntima e fundamental. Assim se mistura o social com o orgânico (WALLON, 2005, p. 141).

Nesta perspectiva, a afetividade, que de início se determina pelo fator orgânico, passa a ser influenciada pelo meio. Portanto, ainda se fundamentando nos conceitos de Wallon (2005, p. 98), podemos dizer que a afetividade se constitui em uma influência importante para a vida social e emocional de uma pessoa, permitindo, de tal forma, demonstrar os seus sentimentos e emoções a outro ser.

Permeando uma outra visão de afetividade, conforme Vygotsky (1994, p. 75), este autor frisa a importância das interações sociais, afirmando que:

> A construção do conhecimento ocorre a partir de um grande e importante processo de interação, pois além da importância da socialização no processo de construção do conhecimento, a afetividade tem um importante papel na construção do próprio sujeito e em suas ações (VYGOTSKY, 1994, p. 75).

Ou seja, o ser humano é movido pela afetividade, seja ela positiva ou negativa, uma vez que quando se recebe um elogio enaltecedor, isso o afeta positivamente, porém quando é reprimido ou criticado isso o atinge negativamente.

De acordo com Almeida e Mahoney (2007, p. 83), no que se trata da afetividade seguindo as contribuições de Henri Wallon:

> A afetividade refere-se à capacidade, disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por meio de sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis. A teoria apresenta três momentos marcantes, sucessivos, na evolução da afetividade: emoção, sentimento e paixão. Os três resultam de fatores orgânicos e sociais e correspondem a configurações diferentes e resultantes de sua integração: nas emoções, há o predomínio da ativação fisiológica; no sentimento, da ativação representacional; na paixão, da ativação do autocontrole (ALMEIDA; MAHONEY, 2007, p. 83).

Conforme Almeida (2008, p. 20), "a afetividade é um campo amplo, utilizado para identificar um domínio funcional abrangente, nesse domínio funcional, aparecem diferentes manifestações, no caso o sentimento, a paixão e as emoções". A afetividade deve ser distinguida de suas manifestações, temos que considerar as emoções, que são manifestações da vida afetiva e que são acompanhadas de reações e sentimentos.

Para Almeida (2008, p. 30), as emoções constituem-se em reações instantâneas e efêmeras que se diferenciam em alegria, tristeza, cólera e medo, "[...] é uma forma de exteriorização da afetividade que evolui, com as demais manifestações, sob o impacto das condições sociais". Podemos perceber a relação entre a emoção e o meio social, e o papel que ela exerce na transformação das suas manifestações.

De acordo com Almeida (2008) a afetividade na perspectiva Walloniana é de fundamental importância para o desenvolvimento da pessoa, tanto que privilegia a relação entre afetividade e inteligência. Diante desta questão será abordado com maior ênfase como categoria de análise a afetividade como contribuição no processo de ensino/aprendizagem.

AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR/A ALUNO/A

Muitos fatores podem influenciar o processo de ensino/aprendizagem (Lopes 2014, p. 9). As distintas teorias da aprendizagem, segundo Carvalho (2003, p. 17), podem contribuir para a compreensão do processo ensino/aprendizagem. O/a professor/a, embasando-se em uma teoria da aprendizagem, pode contribuir de maneira significativa

para o desenvolvimento do conhecimento. Visto que tendo o/a professor/a a consciência da importância do seu papel para o desenvolvimento do/da aluno/a na sala de aula, ele/a definirá a melhor forma de trabalhar e verá com maiores chances de acerto as novas possibilidades para atuar com coerência, embasando-se em uma teoria**.**

Saltini (1997), salienta que através da interação afetiva entre professor/a aluno/a e seus colegas de classe, nas trocas de informações e na influência das atividades, ela se desenvolve intelectualmente, facilitando a aprendizagem.

Na perspectiva de Wallon, a interação social torna-se determinante durante o processo de desenvolvimento humano, busca valorizar a importância da afetividade no desenvolvimento da pessoa. Wallon (1979, p. 189) aponta:

> O estudo da criança exigiria o estudo do ou dos meios onde ela se desenvolve. É impossível de outra forma determinar exatamente o que é devido a estas e o que pertence ao seu desenvolvimento espontâneo. É aliás verosímil que não se trata de contributos distintos que se justaporiam, mas de realizações em que cada um dos dois fatores atualiza o que existe em potência no outro (WALLON, 1979, p. 189).

Dessa forma, o âmbito escolar pode ser considerado essencial para o desenvolvimento social e intelectual. Ainda fundamentando-se da teoria Walloniana, Lopes (2014, p. 6) relata que a relação professor/a aluno/a, torna-se relevante para alcançar o sucesso no processo de ensino/aprendizagem e afirma que:

> Entende-se que cada ser humano, ao longo de sua existência, constrói um modo de relacionar-se com o outro, baseado em suas vivências e experiências. Dessa forma, o comportamento diante do outro depende da natureza biológica, bem como da cultura que o constituiu enquanto sujeito. Nessa perspectiva, é de fundamental importância entender que a sala de aula é um espaço de convivências e relações heterogêneas em ideias, crenças e valores (LOPES, 2014, p. 6).

Diante dessa perspectiva, a escola pode ser considerada um dos espaços propícios para o desenvolvimento intelectual e social. A relação entre professor/a e aluno/a é considerada como ferramenta primordial para o desenvolvimento e a construção do conhecimento. Nesse sentido, acredita-se que as práticas pedagógicas da escola devem acontecer no sentido de promover uma formação continuada, possibilitando melhorias no processo de ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, o ambiente escolar deve estar comprometido com o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos motor, intelectual, afetivo e social, considerando a criança como um todo, que seja capaz de aprender e conviver consigo mesma e na sociedade. Wallon (1979, p. 207), fala sobre o dever da escola; "Cabe o papel de emancipação da criança e reduzir a influência exclusiva da família e promover o seu

encontro com outra criança da mesma idade". Portanto, podemos entender que o papel da escola é de promover um ambiente social e afetivo, promovendo uma socialização e integrando as crianças.

> As ligações da criança com o meio, não são baseadas no raciocínio ou na intuição lógica, mas na participação nas situações em que se encontra ou poderia estar implicada, e em tudo o que pode motivá-las. A criança confunde-se com elas, por assim dizer. Insisti frequentemente na importância que assumem, desde os primeiros meses, as reações emocionais da criança e as das pessoas que as rodeiam (WALLON, 1979, p. 194).

Levando em consideração a teoria Walloniana, ao pensarmos na escola, enquanto grupo social, sendo o/a professor/a o/a mediador/a da aprendizagem, podemos compreender que, quando este/a propicia relações saudáveis, relação de afeto, impulsiona o desenvolvimento de habilidades sociais, como também de habilidades emocionais, dando continuidade no processo de desenvolvimento em todos os seus aspectos.

De acordo com Neto (2012, p. 40), o/a professor/a fundamentando-se de estudo teórico, pode ter novas concepções de ensino que favoreçam a aprendizagem dos/as alunos/as. Quanto mais conhecimento sobre teoria de desenvolvimento, maior vai ser a produtividade de ensino/aprendizagem, podendo o/a professor/a pôr em prática na sala de aula os conteúdos aprendidos.

Lopes (2014, p. 58) reforça que na teoria de Henri Wallon, podemos encontrar subsídios importantes na questão afetiva e seu significado na construção da pessoa e do conhecimento. Para Wallon, a afetividade e a inteligência são inseparáveis, uma complementa a outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a educação está relacionada com várias áreas do saber, como a psicologia escolar e educacional. Essas áreas explicam em como se dá a aquisição do conhecimento, assim como podemos compreender que o processo de ensino/aprendizagem está relacionado com vários fatores que o influenciam, como explica a teoria sócio interacionista de Wallon, sendo que a afetividade, é um dos fatores centrais que contribui para esse processo. Wallon ainda defende a ideia de que há uma influência entre a afetividade, o cognitivo e o ato motor.

Portanto, tendo o/a professor/a embasado teoricamente em uma das teorias de aprendizagem, durante sua prática pedagógica terá a possibilidade de atuar com mais clareza, sendo que a afetividade proposta, influência de forma positiva no processo da construção do conhecimento. Assim, é possível os/as professores/as considerar necessário estudos mais aprofundados sobre a afetividade, abrangendo toda sua complexidade, para que possam compreender de forma mais clara todo o contexto da sala de aula propiciando maior segurança no desenvolvimento de suas atividades na alfabetização.

Nesta perspectiva, pode-se considerar que a afetividade é de extrema relevância para o desenvolvimento da aprendizagem. O ambiente escolar deve proporcionar ao discente o desenvolvimento da sua afetividade, considerando-o como um todo. O/a professor/a exerce um papel fundamental durante esse processo através das interações afetivas facilitando a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A afetividade no desenvolvimento da criança.** Contribuições de Henri Wallon. Aracajú - SE, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/interacao/view/5271/4688 > Acesso em: 28 set. 2020.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga. **Afetividade e aprendizagem:** contribuições de Henri Wallon. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia Escolar e Educacional:** história, compromissos e perspectivas. In: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 12, Número 2. Julho/Dezembro de 2008.

BECKER, Fernando. **A Epistemologia do Professor:** o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1993.

BLEGER, José. **Temas de Psicologia:** entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BRASIL. ***Resolução 196/96 de 10 de outubro de 1996*.** Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 10 de out. de 1996. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CENCI, Ângelo Vitório. ***O que é ética?*** Elementos em torno de uma ética geral. Passo Fundo, 2000.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência:** Novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

DANTAS, Heloisa. **A infância da razão.** São Paulo: Editora Manole, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 43 ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon:** Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GERHARDT. Tatiana Engel; SILVEIRA. Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da

SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, Camila Itikawa. **Um estudo sobre a epistemologia da formação de professores de ciências:** indícios da constituição de identidades. Dissertação (Mestrado) em educação – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011.
GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOULART, Maria Inês Mafra. **Psicologia da aprendizagem I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LOPES, Rita de Cássia Soares. **A relação professor x aluno e o processo ensino/aprendizagem**. Ponta Grossa, 2014. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>. Acesso em 04 set. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRE Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NETO, Giuseppe Bruno. **Uma breve visão sobre a afetividade nas teorias de Wallon, Vygotsky e Piaget.** São Paulo 2012. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduaçao/.../GIUSEPPE_BRUNO_NETO.pdf. Acesso em 02 nov. 2020.

ROGERS, Carl Ransom. **Liberdade de aprender em nossa década.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão**. Cadernos de Pesquisa, n. 107, julho/1999.

SALTINI, Cláudio João Paulo. **Afetividade e inteligência.** Rio de Janeiro: DPA, 1997.

SILVA, Dener Luiz. **Do gesto ao símbolo**: a teoria de Henri Wallon sobre a formação simbólica**.** Curitiba, 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a10n30.pdf> Acesso em: 26 jul. 2020.

TARTUCE, Terezinha de Jesus Afonso. **Métodos de pesquisa.** Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. – 19 Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed., São Paulo: Atlas, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich**. A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1986.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa, Edições 70, LDA. 2005.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança.** Lisboa: Editorial Vega, 1979.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

A INFLUÊNCIA DA GESTÃO TRIBUTÁRIA DO PIS E COFINS NAS MICROEMPRESAS DO SETOR DE AÇOUGUE DE ARACATI-CEARÁ SOB A GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO.

Silva, Moacir Ribeiro da[9]

RESUMO:
O presente artigo discute de maneira prática a influência tanto no aspecto econômico e financeiro da gestão tributária, mormente PIS e COFINS, nas microempresas do setor de açougue de Aracati-Ceará na gestão financeira. A complexidade das normativas que regulam o PIS e Cofins, bem como a ausência de um planejamento e monitoramento das obrigações tributárias resultam, na maioria dos casos, num declínio da capitalização das entidades. No caso do setor de açougue o PIS e Cofins tem alíquota zero sobre a grande maioria do seu portfólio, contudo algumas empresas mesmo assim pagam o tributo sem saber deste tratamento especial, resultando num dispêndio tributário indevido que ataca de forma direta o caixa destas entidades. Ver-se que se as microempresas, sobretudo do setor de açougue, implantar e realizar de maneira periódica atos de controle de mercadoria e transações comerciais, separando os produtos pelos seus ônus ou bônus tributários provoca imediatamente uma redução de saídas de caixa, principalmente de caráter indevido. Assim, uma gestão tributária adequada para além do cumprimento legal pode denotar, neste caso, uma melhora na saúde financeira do caixa dos pequenos açougues.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão financeira; PIS; Cofins; Açougue; Microempresa.

INTRODUÇÃO

Há inúmeras variáveis que influenciam a gestão financeira, entretanto tornar-se imperioso enumerar alguns quesitos preponderantes no fluxo de caixa das microempresas. Tachizawa e Faria (2007) elencam três fatores influenciadores, sobretudo, na (sobre) vivência dos pequenos negócios: ausência de capital de giro, recessão econômica e a carga tributária. Este último é o foco deste trabalho, analisando os impactos financeiros da gestão tributária do PIS e Cofins na atividade de açougue das microempresas com um respaldo científico de um estudo de caso com a empresa Alfa[10].

Destaca-se que a escolha do PIS e da Cofins não tem nada de aleatório, a principal razão assenta-se no fato de ambos os tributos representarem uma importantíssima fonte de arrecadação fiscal para

[9] Graduado em Ciências Contábeis, graduando em Direito e pós-graduando em Gestão Empresarial. E-mail: moacir_morran@hotmail.com.

[10] A empresa estudada exigiu o sigilo de seu nome neste artigo, por isso se preferiu colocar alcunha de Alfa, somente para fins didáticos.

a União, conforme o relatório: Análise da arrecadação das receitas federais do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo montante apurado no período de Janeiro a Dezembro de 2019 do binômio fiscal PIS/Cofins foi de mais 325,6 bilhões, perdendo tão somente para as receitas previdenciárias. Ou seja, tais tributos têm tanto uma relevância para União com fins arrecadatórios como também para as empresas por sua onerosidade fiscal e sua influência nas movimentações financeiras destas.

Antes é relevante desbravar as características dos tributos: PIS e Cofins, sobretudo dentro do ramo de atividade objetivado. Assim, compreender de maneira cristalina as suas mecânicas, as incidências e a constituição ou não do ônus fiscal de maneira fidedigna são caminhos imprescindíveis para uma gestão exemplar dos negócios sob o prisma tributário. Além do mais, contribui também na extinção de erros tributários, reduzindo drasticamente a ocorrência de pagamentos indevidos e/ou a maior, bem como a constituição errônea de passivo com exigibilidade a curto prazo que pode causar na maioria das vezes uma descapitalização perniciosa do caixa da empresa. E mais, dentro da perspectiva do fluxo de caixa, o espectro tributário mexe diretamente com as taxas de liquidez, solvência e capacidade econômica das entidades.

Crocco e Guttmann (2005) afirmam de forma categórica que os tributos guardam uma relação direta com a lucratividade das empresas, consequentemente impactando na gestão financeira, exaltando ainda a importância ímpar de uma consultoria especializada no ramo para prover melhores e o máximo de benefícios às entidades. Afinal as variáveis: preço e tributos, sobretudo PIS/Cofins, tem uma ligação íntima, sintetizada por Ross *et al* (2013):

> Todos esses tributos são repassados para o preço, ou seja, é o consumidor quem paga. É verdade que o consumidor também paga o imposto de renda das empresas, pois afinal, ao calcular as suas margens, as empresas já incluem um cálculo para o imposto de renda e contribuição social sobre os lucros. Portanto, pense duas vezes antes de propor aumento de impostos para empresas: é você quem vai pagar! Os impostos sobre o faturamento passam a existir pelo simples fato de uma nota fiscal ser extraída, de forma que a empresa que vende é meramente um caixa do erário público nas diferentes instâncias: federal, estadual e municipal. Ela cobra os tributos e os repassa para o erário. O consumidor vê preço e as empresas veem tributos.

Diante disso, a mensuração e a análise dos reflexos dos tributos, em nosso caso PIS e Cofins, no âmbito do fluxo de caixa tem o escopo de conhecer o tamanho da influência e os seus efeitos dentro dos pequenos negócios de açougue, sobretudo entre aqueles que não constituem uma acompanhamento adequado e periódico de sua gestão

tributária, como é o caso da empresa Alfa que será utilizada como exemplo de estudo.

A gestão tributária como um todo se constituí em grande cipoal de determinações, obrigações e onerosidade. Se não vista sob o prisma da gestão empresarial se torna um óbice ao crescimento e sobretudo a existência das empresas.

CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DO SOCIAL – PIS- PIS E COFINS: ASPECTOS GERAIS.

Tanto a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins quanto o Programa de Integração Social – PIS são tributos de competência da União previstos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 195, inciso I, item b. Neste sentido ambos são tratado como contribuição social sobre receitas ou faturamentos. Carrer (2019) apresenta-nos uma síntese das características de ambos:

> Assim sendo, as contribuições para o PIS/Pasep e para o Cofins são classificadas como tributo, sendo tratadas como contribuições sociais. As contribuições para o PIS/Pasep, respectivamente pela Lei Complementar nº 7 (BRASIL, 1970ª) e pela Lei Complementar nº 8 (BRASIL, 1970b), tendo sido recepcionadas pelo artigo 239 da Constituição Federal do Brasil de 1988. [...] a Cofins foi autorizada pelo artigo 149 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) [...].

Salienta-se que o termo PIS/Pasep, aqui por questões legais e técnicas, será denominado somente PIS, haja vista que o Pasep se destina a administração pública consequentemente não sendo o foco deste trabalho. Dito isso, os mencionados tributos são doutrinariamente denominado por tributos indiretos, ou seja, o seu ônus fiscal é passado a terceiros por meio de determinações legais, condições contratuais, preço ou outro mecanismo previsto (CÔELHO, 2020).

Harada (2018, p. 406) diante desta natureza fiscal do PIS e Cofins ensina-nos que *"o valor do tributo integra o custo dos serviços ou das mercadorias, tanto quanto as despesas com a folha ou a margem de lucro do agente econômico"*. Consequentemente, tais contribuições interferem diretamente nos preços de compra e venda, pois seus valores estão refletidos em sua composição e sendo suportado geralmente pelo consumidor final.

Os dois tributos incidem sobre o faturamento e/ou receita, entendido assim por Harada (2018) como:

> [...] a fatura como peça escrita em que se relacionam mercadorias vendidas, remetidas ou entregues ao comprador com designação de espécies, quantidade, marca, peso ou medida, preço e despesas feitas até o momento da expedição. A sua emissão está regulada na Lei no 5.474, de 18 de junho de 1968, constituindo-se em papel de crédito, sempre que representativa de venda. Faturamento é o ato de faturar podendo, significar, também, o somatório de diversas faturas, conforme ficou consagrado na prática comercial, quando se diz

> que o faturamento mensal de determinada empresa é de tantos reais, expressando o volume de vendas realizadas. É nesse último sentido que deve ser entendida a palavra faturamento utilizada pelo texto constitucional.

No sentido de mitigar maiores dúvidas acerca do faturamento ou receita bruta e tendo por base a Lei nº 12.973/2014 a composição do faturamento compreende: *"o produto da venda de bens nas operações de conta própria; o preço da prestação de serviços em geral; o resultado auferido nas operações de conta alheia; as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III"*. Entende-se assim que qualquer faturamento que não orbite em seu objetivo social estará fora do campo incidência, numa interpretação exegética do referido dispositivo. Além disso, a legislação específica também exclui da base de cálculo dos tributos por obviedade os descontos concedidos e as devoluções de vendas, os tributos incidentes da operação (ainda que só hodiernamente o Supremo Tribunal de Justiça – STF firmou entendimento) e valores decorrentes do ajuste a valor presente, de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das operações vinculadas à receita bruta.

Aqui apenas a cumulatividade e não-cumulatividade instituídas respectivamente pelas leis nº 9718/1998 e 10.637/2002, por razões práticas e científicas, terão uma atenção maior neste trabalho. Entende-se por regime cumulativo a incidência sucessiva nas inúmeras operações de uma dada cadeia econômica seja comercial, industrial ou de serviço que culmine na geração de ônus fiscal em cascata, ao passo que a não-cumulatividade consiste na proibição de incidências repetidas sobre uma mesma cadeia econômica, independente de suas variáveis operacionais. (PAULSEN, 2020). Ou seja, na cumulatividade a cada operação o tributo volta a ser cobrado até o fim da cadeia, sendo irrelevante a cobrança/pagamento de ônus fiscal na etapa anterior. Já na não-cumulatividade há uma mecânica de compensação por meio de débito e crédito no decorrer da realização da cadeia, isto é, o ônus fiscal gerado numa etapa poderá ser abatido do montante devido na etapa seguinte e assim sucessivamente. O regime das micro e pequenas empresas optantes pelo simples nacional inserem-se no regime cumulativo, cuja mecânica se processa conforme o tipo de empresa (se comercial, industrial ou de serviços), faturamento mensal e/ou anual que, por conseguinte, se sujeitarão aos Anexos do I ao V da Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Estatuto da Microempresa e da empresa de pequeno porte.

Além disso, o PIS e o Cofins também subdividem-se em: tributada, substituição tributária, monofásica, isenção, não-incidência, **alíquota zero** e entre outras. Tais institutos fiscais são particularidades inerentes aos dois tributos, trazendo à baila uma complexidade gigantesca que as entidades precisam conhecer de forma

pormenorizada e identificar cada fenômeno em suas operações, como e quando ocorrer. A inobservância de tais particularidades, além de sujeitar o contribuinte às sanções previstas em lei, provoca em alguns casos o pagamento do tributo de forma indevida, o que pode gerar sanções tributárias.

Neste sentido, o instituto fiscal da alíquota zero tem uma atenção maior por estar presente no ramo de atividade de açougue e por conta disso reservou-se para isso o item a seguir.

PIS E COFINS – ALÍQUOTA ZERO A COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES, FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS.

O fenômeno da alíquota zero é antes de tudo uma situação especial de tributação que não se confunde com a isenção ou imunidade, ainda que haja resultante – logicamente da aplicabilidade de sua já mencionada alíquota sobre uma dada operação – da ausência de oneração pecuniária.

No que tange a isenção é importante pontuar que conforme as lições de Machado (2010) ela se realiza através de lei (princípio da legalidade e da reserva legal) e traz em seu teor a "exclusão, por lei, de parcela de hipótese de incidência, ou suporte fático da norma de tributação, sendo objeto da isenção a parcela que a lei retira dos fatos que realizam a hipótese de incidência da regra de tributação" (MACHADO: 2010, p. 280), Na seara do PIS e Cofins a sua incidência é estribada no art. 9 da Lei nº 10.865/2004, na qual é descrita as circunstâncias cabíveis e adequadas para este fenômeno. A imunidade trata-se de um óbice, estribado na Constituição Federal, a hipótese de incidência de algum tributo acerca de um fato, pessoa, produto ou serviço, consequentemente impedindo em qualquer circunstância a constituição de um crédito tributário (MACHADO: 2010, p. 300).

Na alíquota zero acontece o fator gerador em sua plenitude e o contribuinte a aplica sobre o montante disciplinado em lei, resultando aritmeticamente na ausência de crédito tributário constituído. A diferença entre isenção e a imunidade praticamente é a mecânica de sua aplicação determinada em lei, apesar de que os valores dos tributos a serem pagos dimanarem em resultados idênticos. Este instituto jurídico alberga as operações de comercialização de carnes (caprina, suína, bovina, peixe e frango), frutas, legumes e verduras, nascendo de uma miscelânea normativa, composta da Lei 10.865 de 2004, art. 28 inciso III e Lei 10.925 de 2004, art. 1º, incisos: XIX e XX. Que trazem as respectivas e seguintes redações legais:

> "Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: (Vide Lei nº 11.727, de 2008) (Vigência)
> [...]
> III - produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI [...]".

> "[...] XIX - carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal classificados nos seguintes códigos da Tipi: (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> a) 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.10.1; (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> b) 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1 e carne de frango classificada nos códigos 0210.99.00;
> c) 02.04 e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos classificadas no código 0206.80.00; (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> d) (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> XX - peixes e outros produtos classificados nos seguintes códigos da Tipi: (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> a) 03.02, exceto 0302.90.00; (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> b) 03.03 e 03.04; (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013)
> c) (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.839, de 2013) [...]".

O rol de mercadorias apontadas nas leis em questão e que se submetem a alíquota zero de PIS e Cofins são bastante significativa dentro do setor de açougue, representando muitas vezes cerca de 80% de todas as mercadorias ofertadas a venda. Assim, a desoneração de tais tributos se realizados conforme a legislação vigente e específica representa uma desoneração fiscal direcionado ao setor varejista destes tipos específicos de produtos.

Acontece que para o usufruto deste benefício o estabelecimento varejista, neste caso o açougue, precisa de um controle ainda que rudimentar de suas operações comerciais, sobretudo separando preferencialmente pelos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) que se trata de um código número que indica uma espécie de produto. Inclusive, como já vimos à lei estriba os códigos NCM dos produtos com suas respectivas especificidades fiscais. O que nos leva a crer que tais classificações e separações com o intuito de controle tributário sejam a maneira mais racional, ainda que se trate de um sistema rudimentar de acompanhamento e monitoramento das operações.

Neste artigo optamos por trabalhar com este tipo de classificação, através de ferramenta do excel, realizando-se assim a separação somente dos produtos tributados e alíquota zero, compulsando notas fiscais de entrada e saída.

GESTÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

Gestão ou administração financeira são termos sinônimos e neste sentido Gitman (2010) ensina-nos que o seu campo de atuação estar relacionado a todos os negócios financeiros das organizações, ou seja, todo o ato que decorrer ou convergir numa transação monetária com impacto no passado, presente e futuro, sobretudo nas contas registradas e que compõe o grupo contábil das disponibilidades. Este mesmo autor sintetiza a função do administrador financeiro que também não deixa da própria gestão financeira: "Ele mantém a

empresa solvente, planejando os fluxos de caixa necessários para que ela honre suas obrigações e adquira os ativos necessários para realizar suas metas" (GITMAN: 2010, p. 10). Consequentemente, o seu papel precípuo atrela-se aos ideais de o uso racional dos recursos financeiros, o acompanhamento minucioso dos ganhos e gastos com intuito de decifrar tendência e controlar os recursos financeiros contribuindo com subsídios preponderantes no processo decisorial. Assim, a gestão ou administração financeira cuida de avaliar as decisões dentro de seu âmbito de atuação, mas sempre direcionado à totalidade organizacional e sua solidez mercadológica. Assaf Neto (2015, p. 31), dentro desta mesma linha de raciocínio, vai propalar que:

> [...] as decisões financeiras devem estabelecer a atratividade econômica da empresa provendo a sua continuidade e valorização. O retorno dos investimentos realizados deve, no mínimo, satisfazer as expectativas de remuneração dos proprietários de capital (credores e acionistas) de maneira a viabilizar economicamente a empresa.

No que se refere à gestão ou administração tributária atinente à organização logicamente o seu campo de atuação se restringe a constituição, mensuração, apuração e acompanhamento aos tributos incidentes na cadeia econômico-produtiva da entidade, alicerçando-se em valores como *compliance*. Ante o grande cipoal tanto do ponto de vista jurídico e econômico acerca dos tributos no Brasil, à gestão tributária ganha contornos ainda mais destacados por que a sua carência pode extinguir qualquer negócio, por mais promissor que aparenta ser. Isso acontece do ônus exagerado que se origina das obrigações acessórias e principais na seara fiscal. Leme Júnior, Rigo e Cherobim (2010, p.478) levantam questões que devem ser considerada na gestão tributária:

> Como se não bastasse essa elevada carga tributária, temos a complexidade e o alto custo de conformidade, da manutenção, dos registros fiscais nas empresas. Quanto se gasta em equipamentos, sistemas, impressos e outros recursos para o atendimento das obrigações formais? Quantos colaboradores da sua organização, internos ou externos, são contratados para esse fim?

Apesar de serem mecanismos de gestão abordados, muitas vezes, de maneiras totalmente distintas. Tanto a gestão financeira como a tributária guarda uma reciprocidade que vai além da ideia de embolso, reembolso ou desembolso. Os tributos como se sabe afetam diretamente os índices de solvência ou insolvência de uma empresa por influenciar os saldos das disponibilidades.

GESTÃO TRIBUTÁRIA E OS SEUS IMPACTOS NA SAÚDE FINANCEIRA DAS EMPRESAS.

As gestões financeiras e tributárias têm uma relação, metaforicamente, uníssona. Leme Júnior, Rigo e Cherobim (2010, p. 477) exemplifica isso ao dizer que:

> A capacidade de gerenciamento eficaz da incidência tributária sobre as operações da empresa é característica essencial na gestão financeira das organizações. Por vezes, a "eficiente" gestão financeira é literalmente "engolida" pelos erros involuntários ou pela ausência de planejamento na determinação dos tributos (35,79% do PIB em 2008).

Ou seja, é irrelevante ter uma administração financeira em consonância com os preceitos e princípios da Administração, se a área fiscal da organização estiver sob um padrão inadequado de gestão tributária. A dinamicidade das alterações legislativas, o conteúdo exagerado de regulamentações existentes e o alto custo para se adequar e gerir tributos no Brasil, colocam a gestão tributária na linha de frente para quem quer empreender. Muitas empresas não sabem que os tributos flagelam as taxas de lucratividade, influenciando a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o *payback* só para citar aqui dois tipos de medida econômico-financeira de um empreendimento. Consequentemente, atacando de maneira letífera os fluxos de caixa e capacidade produtiva. Os tributos tratados de maneira incorreta funcionam como supressor de oxigênio que, paulatinamente, vai matando a organização por asfixia.

Os efeitos danosos de uma má gestão tributária têm, na maioria das vezes, características assintomáticas. Os males não são sentidos de imediato e demoram algum tempo para se aflorar. A maioria dos autos de infrações decorre de eventos ou fatos passados que as organizações desconheciam ou não previam em seus relatórios informacionais. Há os casos de ingerência tributária, cujas consequências desaguam em ônus fiscais de valores exorbitantes e o pior de altas cifras pagas ao Fisco de modo indevido ou a maior.

O nosso caso dedicou-se a perscrutar os pagamentos indevidos ou a maior, restringindo-se aos produtos sob a incidência de alíquota zero de PIS e Cofins da empresa Alfa do setor de açougue. Destaca-se que este tipo de erro, sem desmerecer os demais, causa um desembolso financeiro desnecessário por parte da empresa, reduzindo a sua capitalização, a margem de contribuição e lucro dos seus produtos, entre outros. A empresa cria um ônus tributário, ainda que reversível, que pode coloca-la no rol de negócios extintos.

ESTUDO DE CASO – EMPRESA ALFA- 4.1. BREVE HISTÓRICO

A empresa Alfa trata-se de uma empresa de pequeno porte - EPP com a natureza jurídica de empresário, optante pelo Simples e consta em seus atos constitutivos os seguintes Cadastros Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE's): 47.22-9-01 – Comércio varejista de carnes; 47.21-1-03 – Comércio varejista de laticínios e frios; e 47.24-5-00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros. A sua fundação tem origem

no dia 15 de Fevereiro de 2011, conforme registro na Jucec – Junta Comercial do Estado do Ceará, sua sede social situa-se na Rua Coronel Pompeu, ([11]), Centro, CEP: 62.800-000, Aracati-Ceará. Atua no mercado aracatiense há mais de nove anos. As funções ligada a gestão estão centralizadas e de responsabilidade de seu proprietário.

MÉTODO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

O método empregado para o desenvolvimento deste estudo de caso levou em consideração os preceitos legais tributários. Optou-se pela análise de um período anual com início em Outubro-2019 a Setembro-2020. Os valores acerca do faturamento da empresa foram extraídos, com a devida autorização do gestor, no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS). No que se refere à separação fiscal dos produtos e seus respectivos valores realizou-se em duas etapas: a primeira foi a extração de tais informações através do programa de automação comercial da empresa e posteriormente em um segundo momento, utilizando-se do excel, a separação por NCM e através da fórmula de "procv" calcular o percentual de mercadorias tributadas, substituição tributária e alíquota zero.

Após isso, criou-se uma tabela dos faturamentos e pagamentos do simples nacional como vinha sendo feito e uma tabela dos faturamentos e pagamentos do simples nacional, expurgando valores sob a incidência fiscal da alíquota zero. Ambas as tabelas serviriam de confronto analítico para se mensurar se havia ou não pagamentos indevidos ou maior de tributo e qual seria os seus respectivos valores, tendo por fundamentação legal a Lei Complementar nº 123/2006, art. 18, § 5º-C; Resolução CGSN nº 140/2018, art. 25, § 1º, inciso IV.

LEVANTAMENTO DOS PAGAMENTOS DE PIS E COFINS NOS ÚLTIMO 12 (DOZE) MESES (2019-2020).

Como dito anteriormente o interstício selecionado preambula no mês de outubro de 2019 e finda no mês de setembro de 2020. Assim, colheram-se os dados referentes ao faturamento e seus respectivos pagamentos registrados no PGDAS, aqui representados:

Tabela 1 – Faturamentos e Pagamentos de Impostos

EMPRESA ALFA - DADOS PGDAS		
PERÍODO	**FATURAMENTO**	**PAGAMENTO SIMPLES NACIONAL**
out/19	87.502,60	7.487,78
nov/19	90.346,43	7.731,13
dez/19	93.282,69	7.982,39
jan/20	96.314,38	8.241,82

[11] A supressão do número de endereço é apenas para não ocorrer a identificação da empresa objeto de estudo.

fev/20	99.444,59	8.509,68
mar/20	102.676,54	8.786,24
abr/20	106.013,53	9.071,80
mai/20	109.458,97	9.366,63
jun/20	113.016,39	9.671,05
jul/20	116.689,42	9.985,35
ago/20	120.481,83	10.309,88
set/20	124.397,49	10.644,95
TOTAL	1.259.624,86	107.788,70

Fonte: O Autor.

Sabe-se que os valores tributários apresentados na tabela acima são miscelânea de vários impostos e contribuições (IRPJ, CSLL, Cofins, PIS, CPP e ICMS) pagos em uma guia de pagamento única, conforme determinação da Lei Complementar nº 123. Em nosso caso, apenas o Cofins e o PIS nos interessam, destaca-se em separado os seus respectivos valores devidamente quitados:

Tabela 2 – Valores pagos de Cofins e PIS

EMPRESA ALFA - COFINS / PIS	
COFINS	**PIS**
953,94	**206,66**
984,95	**213,38**
1.016,96	**220,31**
1.050,01	**227,47**
1.084,13	**234,87**
1.119,37	**242,50**
1.155,75	**250,38**
1.193,31	**258,52**
1.232,09	**266,92**
1.272,13	**275,60**
1.313,48	**284,55**
1.356,17	**293,80**

13.732,29	**2.974,96**

Fonte: O Autor.

Acontece que os valores de Cofins e Pis encontram-se mensurados como se todos os produtos vendidos fosse de origem tributada incidente de alíquota básca. Contudo, a empresa Alfa por conta de suas atividades de hortifrutigranjeiro e açougue possui uma enorme quantidade de produtos com incidência tributária de alíquota zero, conforme a Lei nº 10.865 de 2004, art. 28 inciso III e Lei 10.925 de 2004, art. 1º, incisos: XIX e XX o que já foi explicado aqui (vide o item 2.1.1.). Neste sentido sob a obediência da lei nº 10.637/2002, art. 1º, § 3º, inciso I que traz a seguinte redação: "§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo, as receitas: I - decorrentes de saídas isentas da contribuição ou **sujeitas à alíquota zero**" [grifamos]. Consequentemente os valores relacionados à tributação de alíquota zero em nosso caso devem ser expurgados para que não haja o fenômeno do pagamento indevido ou a maior. Diante disso, fez-se a separação dos produtos vendidos, através dos NCM elencados em lei sujeitos a alíquotas zero. Calculou-se mês a mês os valores que deveriam ser expurgados do cálculo da Cofins e do PIS.

CORREÇÃO DOS VALORES LEVANTADOS DE PIS E COFINS DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MÊS (2019-2020), CONSIDERANDO OS REFERIDOS TRIBUTOS EM ALÍQUOTA ZERO.

Incialmente calculou-se os valores que deveriam ser expurgados e suas respectivas novas bases de cálculo para que posteriormente se pudessem calcular os valores tributários sobre estas. Porém para isso houve uma averiguação minuciosa das notas fiscais mês a mês tanto de entrada e saída, segregando os produtos de alíquota zero através de seus NCM, desta forma conseguiu-se chegar aos valores tanto percentuais e numéricos que seriam suprimidos do faturamento total e assim proceder ao recálculo dos tributos, conforme a legislação vigente.

Tabela 3 – Valores referente à Alíquota Zero do PIS e Cofins.

PERÍODO	FATURAMENTO	PERCENTUAIS DE EXPURGOS	VALORES EXPURGADOS
out/19	87.502,60	75%	65.626,95
nov/19	90.346,43	76%	68.663,29
dez/19	93.282,69	70%	65.297,88
jan/20	96.314,38	65%	62.604,35
fev/20	99.444,59	73%	72.594,55
mar/20	102.676,54	78%	80.087,70
abr/20	106.013,53	81%	85.870,96

mai/20	109.458,97	70%	76.621,28
jun/20	113.016,39	77%	87.022,62
jul/20	116.689,42	78%	91.017,75
ago/20	120.481,83	69%	83.132,46
set/20	124.397,49	81%	100.761,97
TOTAL	**1.259.624,86**		**939.301,75**

Fonte: O Autor.

Consequentemente, fazendo-se o expurgo conforme os valores encontrados, os faturamentos corrigidos para fins de mensuração do PIS e Cofins são:

Tabela 4 – Faturamentos corrigidos e valores deveriam ser pagos

FATURAMENTO CORRIGIDO	**VALORES DEVIDOS AO SIMPLES NACIONAL**
26.250,78	6.657,36
31.621,25	6.952,21
25.186,33	7.079,18
21.189,16	7.245,38
18.894,47	7.441,29
30.802,96	7.832,93
24.383,11	7.989,08
24.080,97	8.234,20
35.035,08	8.636,74
22.170,99	8.731,69
37.349,37	9.207,24
23.635,52	9.308,47
320.600,00	**95.315,77**

Fonte: O Autor.

Os valores referentes ao Simples Nacional, como dito anteriormente, é resultado de um conjunto de tributos contidos numa guia única de pagamento. Assim, tornar-se oportuno demonstrar os valores tributários referentes ao PIS e Cofins após esta correção.

Tabela 5 – Valores de PIS e Cofins após o expurgo dos produtos de Alíquota Zero.

COFINS	PIS
268,18	62,00
344,73	74,68
274,58	59,48
231,00	50,04
205,99	44,62
335,81	72,75
265,82	57,59
262,53	56,87
381,95	82,75
241,71	52,36
407,18	88,21
257,67	55,82
3.477,15	**757,17**

Fonte: O Autor

ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO SOB O PAGAMENTO DE VALORES INDEVIDOS OU A MAIOR DE PIS E COFINS DOS ÚLTIMO 12 (DOZE) MESES.

De maneira direta e didática se confrontado os valores pagos sem os expurgos dos produtos de alíquota zero do faturamento e valores tributários calculados com os expurgos, chega-se ao seguinte demonstrativo:

Tabela 6 – Demonstrativo dos valores de PIS e COFINS sem e com os expurgos dos produtos Alíquota Zero.

	SEM EXPURGO		COM EXPURGO		DIFERENÇA		TOTAL DIFERENÇA
	COFINS	PIS	COFINS	PIS	COFINS	PIS	
out/19	953,94	206,66	268,18	62,00	685,76	144,66	830,42
nov/19	984,95	213,38	344,73	74,68	640,22	138,70	778,92
dez/19	1.016,96	220,31	274,58	59,48	742,38	160,83	903,21
jan/20	1.050,01	227,47	231,00	50,04	819,01	177,43	996,44
fev/20	1.084,13	234,87	205,99	44,62	878,14	190,25	1.068,39
mar/20	1.119,37	242,50	335,81	72,75	783,56	169,75	953,31
abr/20	1.155,75	250,38	265,82	57,59	889,93	192,79	1.082,72
mai/20	1.193,31	258,52	262,53	56,87	930,78	201,65	1.132,43
jun/20	1.232,09	266,92	381,95	82,75	850,14	184,17	1.034,31
jul/20	1.272,13	275,60	241,71	52,36	1.030,42	223,24	1.253,66
ago/20	1.313,48	284,55	407,18	88,21	906,30	196,34	1.102,64

set/20	1.356,17	293,80	257,67	55,82	1.098,50	237,98	1.336,48
TOTAL	**13.732,29**	**2.974,96**	**3.477,15**	**757,17**	**10.255,14**	**2.217,79**	**12.472,93**

Fonte: O Autor

O dispêndio fiscal no âmbito do PIS e Cofins realizado pela empresa Alfa, logicamente sem considerar os expurgos de alíquota zero previsto em lei, é na ordem de R$ 16.707,25. Quando na verdade, considerando os expurgos legalmente aceitos, deveria ser na ordem de R$ 4.234,32. Assim, a empresa Alfa pagou a maior ou indevidamente o valor de R$ 12.472,93 no interstício de um ano. Este valor representa aproximadamente 1% do faturamento anual, com este gasto desnecessário a empresa quitaria dois meses de folha de pagamento de seus funcionários que hoje estar por volta de R$ 6.000,00. Ou então poderia usá-la para pagar custos fixos ou variáveis como energia, água, insumos de limpeza ou acondicionamento de produtos, manutenção de equipamentos, entre outros. Além disso, esta diferença impacta na lucratividade ou rentabilidade do negócio, isto é, os valores indevidos ou pagos a maior reduzem o lucro e, por conseguinte, os dividendos dos proprietários, neste caso, do proprietário.

A economicidade financeira desta operação tributária, haja vista que a empresa Alfa sairá do valor de R$ 16.707,25 para o valor de R$ 4.234,32 representam em termos percentuais cerca de 394% de redução fiscal. O que denota um descompasso clarividente no gerenciamento tributário com claros reflexos financeiros.

Na seara da gestão financeira ainda pode enfatizar outro aspecto também preponderante: a descapitalização. Fenômeno econômico-financeiro que ocorre quando do dispêndio ou perecimento de recursos, bens ou capital, que causam uma redução da capacidade solvência de uma entidade. A perda de R$ 12.472,93, no nosso caso em dinheiro, tem uma importância significativa para obrigações de imediata exigibilidade, impedindo com que a entidade ou empresa recorra ao limite de crédito rotativo do cheque especial ou outras modalidades de empréstimo, o que certamente impactaria nos índices de solvência da entidade e logicamente afligindo diretamente a sua saúde financeira.

Outro fator importante é que as informações fiscais são declaratórias, ou seja, o contribuinte informa ao Fisco o seu ônus tributário. Neste sentido, a empresa Alfa se por ventura não conseguir no futuro quitar o seu crédito tributário por ela mesmo constituído, isso se tornará uma dívida que o Fisco em algum momento poderá executar judicialmente. Ou seja, a empresa Alfa - se persiste nesta mecânica de apuração de impostos - estar constituindo um passivo contingencial a maior e indevido que pode comprometer a sua capacidade econômico-financeira e, quiçá, a sua existência como entidade. Haja vista que o nosso foco foi o PIS e Cofins, mas certamente deve haver outras incorreções tributária como por exemplo no Imposto sobre a Circulação

de Mercadoria e Serviços (ICMS) o que aumentaria exponencialmente os valores pagos a maior e de maneira totalmente indevida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Conclui-se, precipuamente, que a gestão tributária não pode ser vista de maneira autônoma das outras perspectivas gerenciais. Sobretudo, quando se fala sobre a gestão financeira. A política fiscal brasileira tanto pela sua complexidade jurídica como pela sua influência econômica sobre os negócios colocam os tributos na linha de frente para qualquer empresa ou entidade. Dentre os tributos, destacamos o PIS e o Cofins pela sua incidência sobre produtos e serviços das mais variadas naturezas, afetando os preços, os custos e os lucros diuturnamente. Sem uma gestão minimamente adequada, estes tributos podem comprometer mais que as margens de contribuições, afligindo de maneira contundente a própria existência dos negócios.

Em nosso caso, a empresa Alfa não realizou de modo recomendável os expurgos de seu faturamento total os produtos de alíquota zero, presente em suas operações de venda. Destarte, os seus créditos tributários encontravam-se inflados indevidamente. Este erro gerencial pode causar descapitalização, redução de lucratividade ou rentabilidade, passivo contingencial, mitigação das margens de contribuição, constituição errônea dos preços dos produtos e etc.. Com a correção das bases de cálculo, a empresa Alfa pôde conhecer o tamanho dos valores que se pereciam na ausência de uma gestão fiscal e percebeu o seu impacto financeiro.

Desse modo, entendeu-se que gastar um tempo na gestão tributária, apesar do trabalho hercúleo e dos custos iniciais elevados, o custo-benefício no presente e no futuro se reflete beneficamente nas projeções de fluxo de caixa dos negócios, trazendo maior solidez e longevidade as entidades ainda que num cenário de tantas incertezas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. [e-book]. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 26 ago. 2020.

BRASIL. Código Tributário Nacional (1966). Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1966. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm >. Acesso em 30 ago. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm >. Acesso em 03 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.637 de 30 de Dezembro de 2002. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm >. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.865 de 30 de Abril de 2004. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.865.htm >. Acesso em 08 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.925 de 23 de Abril de 2004. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: < https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10925&ano=2004&ato=c3eUTW61UeRpWTfff >. Acesso em 08 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.973 de 13 de Maio de 2014. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm >. Acesso em 31 ago. 2020.

CARRER, Giovana. **Governança Tributária de indiretos: PIS e Cofins**. [e-book]. São Paulo: Editora Senac, 2019.

CÔELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito brasileiro.** 17ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CROCCO, Luciano; GUTTMANN, Erik. **Consultoria empresarial.** – São Paulo: Saraiva, 2005.

GITMAN, Lawrence J. **Princípio de administração financeira**. [e-book]. Tradução: Allan Vidigal Hastings. 12ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 27ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

LEME JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira:** princípios, fundamentos e práticas financeiras. [e-book]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 31ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. [e-book]. 11ª ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Receita Federal do Brasil (RFB). **Análise da arrecadação das receitas federais –** dezembro de 2019. Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria Receita Federal do Brasil, 2019. Disponível em: < https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/dezembro2019/analise-mensal-dez-2019.pdf> Acesso em 03 set. 2020.

ROSS, Stephen A. *et al*. **Fundamentos de administração financeira** [recurso eletrônico]. Tradução: Leonardo Zilio e Rafael Guimarães Barbosa. 9ª ed. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

TACHIZAWA, Takeshy; Faria, Marília Sant'Anna. **Criação de Novos Negócios: Gestão de micro e pequenas empresas** – Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Miranda, Rayanne Barreto[12]

RESUMO:
A crescente violência no Brasil chegou a patamares alarmantes. O legislador acabou por incluir no Código Penal o Feminicídio. O artigo 2º da Lei nº 13.104 de 2015 alterou o Código Penal e incluiu ao artigo 121, § 2º o novo inciso VI, ou seja, passou a ser homicídio qualificado matar mulher por razão da condição de sexo feminino, tratando-se, portanto, do feminicídio.
A violência contra mulher é embasada em um fenômeno cultural que remete sua origem e tem como alicerce o sexismo, a sociedade patriarcal, o machista e em outras figuras subjugadoras que alimenta a violência e buscam justificar seus atos delimitando, restringindo e violando os direitos básicos da mulher. Compreendendo esse contexto, a edição da Lei nº 13.104/2015 se mostra como uma vitória aos direitos da mulher, vez que reforça sua luta por respeito, espaço, integridade física, dentre inúmeros pontos que delineiam a luta por igualdade da mulher.
O presente artigo tem por objetivo analisar a inclusão legal do feminicídio no ornamento jurídico Brasileiro, apresentando entendimentos legais, apontando as conquistas da inclusão normativa e trazendo os desafios sociais a serem superado frente a matança indiscriminada das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE- Feminicídio. Violência de gênero. Homicídio. Crimes contra dolosos contra vida. Lei nº 13.104/2015.

INTRODUÇÂO

A busca por espaço respeito e igualdade de gênero são batalhas travadas ao longo dos anos pelas mulheres de todo o mundo. Esse diálogo retoma temas como preconceito, igualdade salarial, liberdade e violência. O debate pela repressão da violência de contra as mulheres deve ser exaustivamente pregado e difundido na sociedade como um todo, uma vez que os dados de violência de gênero são preocupantes. Os posicionamentos machistas, sexistas, os cenários de medo e discriminação devem ser duramente enfrentados como uma problemática social, vez que têm ligação direta com o direito a vida das mulheres e sua condição de dignidade como pessoa humana.
Mesmo após a inclusão do feminicídio no Código Penal é possível observar que estatisticamente a violência de gênero não se encontra superada e que as lutas em prol da dignidade e da integridade física da mulher são desafios a serem superados dia após dia.

[12] Graduada em direito pelo Centro Universitário de Brasília-UNICEUB. E-mail do autor: rayanne@mpjurico.adv.br.

Embora se reconheça as vitórias alcançadas como, por exemplo, a Lei Federal nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha e também a própria Lei nº 13.104 de 2015 que acabou por incluir Feminicídio no Código Penal, é perceptível que o enfrentamento da violência de contra mulher tem uma longo longa caminhada.

A legislação que trata sobre o feminicídio, surgiu como uma conquista em prol das mulheres que são todos os dias coagidas e enfrentam o medo puro de sofrer violência exclusivamente por serem mulheres.

O presente trabalho visa dialogar sobre os desafios a serem enfrentados pela violência de gênero, aprofundando no conceito de feminicídio suas implicações legais e suas atuais conquistas.

FEMINICÍDIO: ASPECTOS SOCIAIS

A violência física, psicológica, sexual contra a mulher está presente com grande peso na história da humanidade, vez que está ligada a relação de poder, posse e força na sociedade. A história nos conta que na Grécia antiga as mulheres sequer eram consideradas cidadãs. Com a evolução social, a mulher por meio de lutas conquistou várias garantias e direitos, que ante a sociedade patriarcal, machista muitas vezes não são levados a sério.

A luta por garantias, por igualdade de gênero, por liberdade e por integridade física ainda é uma realidade para as mulheres do mundo inteiro que, embora tenham seus direitos reconhecidos em leis e tratados, enfrentam sofrimentos e medos por ausência de amparo social, por uma cultura que subjuga suas esperanças e escraviza suas vontades, onde o agressor, o ceifador de seus direitos, muitas vezes encontra-se em sua própria residência, revestido de um familiar, parente ou conhecido.

As estatísticas sobre os casos de assassinatos de mulheres, em razão do sexo feminino, são altíssimas e o Brasil chegou a ocupar o 5º lugar no Ranking mundial de feminicídio, conforme relatório ACNUDH:

> "O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Feminicídio, segundo o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). O país só está atrás de: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se matam 48 vezes mais mulheres que no Reino Unido, 24 mais que na Dinamarca e 16 vezes mais que na Escócia ou Japão. "(PIZZOLITO, 2020).

Como é possível observar, a luta conta a violência de gênero é uma bandeira que deve ser sempre divulgada, espalhada e suas conquistas devem ser difundidas e ratificadas juridicamente e socialmente. Na luta pela integridade física, as mulheres brasileiras conquistaram a Lei nº 13.340 de 2006 mais conhecida como Lei Maria da Penha, esta lei marcou a sociedade como um todo, pois aprofundou o debate da violência familiar e da violência doméstica.

O artigo 5º da Lei nº 13.340/06 deixa claro que violência doméstica trata-se de qualquer ação ou mesmo omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, psicológico e até mesmo dano moral e patrimonial (Brasil, 2006). A lei tornou-se um marco no

combate à violência contra o gênero feminino e garantiu a muitas mulheres a tutela do Estado. Influenciou diretamente no diálogo social, uma vez que a lei prevê medidas integrativas de prevenção da violência, assistência a mulher vítima de violência doméstica ou familiar, além de prever um atendimento diferenciado pelo policial nestes mesmos casos.

No entanto, embora a promulgação da Lei Maria da Penha seja reconhecida como uma vitória da luta em favor da mulher, o fator violência que resulta em homicídio ou mesmo na tentativa de homicídio contra o gênero feminino sempre foi alarmante. Neste sentido, tem-se o entendimento de Barstes (2016, p. 18) quanto à violência no Brasil e no mundo:

> "A violência contra as mulheres continua sendo uma triste realidade no Brasil e no mundo. A cotidianidade dessa violência tem o poder de ofuscar sai visibilidade e descriminaliza-la no imaginário social e ate mesmo, especificamente no imaginário das mulheres."

Nesse contexto, Barros & Souza (2019, p. 16) entendem que:

> "A história da tutela penal da mulher é indissociável da própria evolução histórico cultural do seu papel social, o que explica o contexto em leis de enfrentamento à violência contra mulher como a Lei nº 13.104/2015, forma editadas, fruto de conscientização do valor da mulher enquanto pessoa humana, direito a uma vida livre de violência (domestica, familiar e sexual) justificada na proteção mais eficiente por parte da legislação penal".

Fruto do diálogo com a luta pelos direitos da mulher, visando trazer um rigor à legislação e até mesmo visando a proteção da mulher de forma preventiva foi promulgada a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como a Lei do Feminicídio.

A Lei nº 13.104/2015 trouxe algumas alterações ao Código Penal, dentre elas incluiu, no artigo 121, paragrafo 2º, o inciso VI que traz o feminicídio como uma qualificadora ao crime de homicídio.

Além da qualificadora para homicídios no contexto de feminicídio, a lei também trouxe uma maior punibilidade ao infrator, vez que a pena para crime é de reclusão de 12 anos a 30 anos.

FEMNICÍDIO: ASPECTOS JURÍDICOS

Em virtude da extrema violência que muitas mulheres são submetidas tornou-se necessário uma punição mais gravosa aos agressores que praticam o crime de homicídio contra o gênero feminino. Neste sentido, complementando as leis já vigentes, em março de 2015 foi sancionada a Lei n.º 13.1045, que foi criada a partir da recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência Contra a Mulher (CPMI-VCM), que investigou a violência contra a mulher no Brasil e elaborou um relatório trazendo aspectos importantíssimos:

> "Passados 20 anos da realização da CPI da Violência Contra a Mulher e tendo em vista a crescente violência letal contra mulheres, o Congresso Nacional julgou pertinente a instalação

> de uma CPMI para investigar a atual situação da violência contra mulher. 20 Por conseguinte, a CPMI nasce no contexto em que a mais grave forma de violência – o homicídio - aumentou nos últimos 30 anos. Conforme o Instituto Sangari, nos últimos 30 anos foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, sendo que 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses trinta anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%, mais que triplicando. Dentre os 84 países do mundo, o Brasil ocupa a 7ª posição com uma taxa de 4,4 homicídios, em 100 mil mulheres, atrás apenas El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia e Colômbia."

Embora já tenha passado pouco mais de 5 anos da promulgação da Lei 13.104/2015, muitas são as dúvidas quanto ao feminicídio e seus reflexos no ordenamento jurídico Brasileiro.

Feminicídio é homicídio contra mulher por razão da condição de sexo feminino, conceito encontrado na própria lei. Esse conceito se diferencia de femicídio que se trata de homicídio de qualquer mulher, ou seja homicídio de uma mulher:

> "As violências contra as mulheres compreendem um amplo leque de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que ocorrem em um continuum que pode culminar com a morte por homicídio, fato que tem sido denominado de femicídio ou feminicídio12. No seminário internacional realizado em 2005, Feminicídio, Política e Direito, Diana Russel considerou adequada a tradução do inglês "femicide" para o espanhol "femicídio", para evitar a feminização da palavra homicídio. Porém, autores como Marcela Lagarde13 diferenciam femicídio, ou assassinato de mulheres, de feminicídio, ou assassinato de mulheres pautado em gênero em contextos de negligência do Estado em relação a estas mortes, configurando crime de lesa humanidade."(Meneghel & Portella, 2017)

Desta forma a Lei nº 13.104/2015 alterou o Código Penal e criou uma qualificadora para o crime de homicídio, sendo assim não foi criado um novo crime, uma vez que o crime continua sendo homicídio cujo feminicídio é uma qualificadora.

A violência contra mulher tem várias facetas, seja ela física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial, assim como pode ser cometida em vários setores sociais, tanto em âmbito doméstico quanto familiar.

A Lei do Feminicídio também incluiu ao artigo 121 o paragrafo 2º-A que considera crime contra o gênero feminino quando envolve violência doméstica, familiar ou mesmo menosprezo ou discriminação de mulher.

No tocante à violência doméstica e familiar, o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2020) traz o seguinte conceito:

> "A violência doméstica e familiar é a principal causa de feminicídio no Brasil e no mundo. Trata-se da violência que mata, agride ou lesa a mulher. Esse tipo de violência pode ser

> cometido por qualquer pessoa, inclusive por outra mulher, que tenha uma relação familiar ou afetiva com a vítima. Com isso, os agressores geralmente moram na mesma casa que a mulher em situação de violência. Pode ser o marido, o companheiro, pai, mãe, tia, filho..."

Já o crime de homicídio praticado contra mulher por razão de menosprezo ou discriminação, Barros &Souza (2019, p. 21) nos esclarece que se trata da contemplação de outra categoria jurídica aplicável ao feminicídio, vez que abarca mortes ocorridas em uma esfera não intima, sendo que a norma considera a condição sexo feminino como apta a caracterizar o feminicídio, ou seja a mera condição de ser mulher, buscando atingir outras condutas discriminatórias em razão do gênero feminino.

Observa-se que o legislador procurou tutelar o gênero feminino dentro e fora do contexto familiar ou doméstico, com a inclusão do artigo 121,§2º-A, do Código Penal, abrangendo situações mais genéricas, onde o ódio e preconceito motivadores do homicídio contra mulher possa ser tratado com maior rigor.

Ressalta-se que o feminicídio pode ser tentado ou consumado.

Salienta-se que a Lei nº 13104/2015 criou uma nova majorante ao crime de homicídio, qual seja, Artigo 121, § 7º Código Penal:

> § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:
> I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
> II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
> III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima."

Ocorrerá aumento da pena nos casos de feminicídio quando o delito for praticado durante a gravidez ou menos 3 meses após o nascimento da criança, independente se o resultado for morte da criança ou da mulher, aqui a lei resguarda o período em que a criança é mais dependente de sua genitora, como já esclarecido o crime pode ser tentado.

O inciso II do artigo 121,§7º do CP se fundamenta na proteção a menores de 14 anos, maiores de 60 anos e/ou deficientes, vez que nestes casos as vítimas possui uma fragilidade, debilidade frente a conduta do agressor.

Quanto ao inciso III do dispositivo legal, ocorrerá aumento em razão do intenso sofrimento que o agente provoca nos descendentes e/ou ascendentes da mulher. Tal conduta pode acarretar um grande transtorno, trauma psicológico, visto a ligação da vítima a seus familiares. Ressalta-se que a lei em questão não prevê causa de aumento se o homicídio for praticado na presença de parente colateral, ou mesmo na presença do cônjuge.

Barros &Souza (2019, p. 64) esclarece que havendo uma ou mais causas de aumento pode o Magistrado levar em consideração para

dosar o aumento da pena até o limite legal. Deixa claro também que aumento de pena previsto no artigo 121, §7º do Código Penal não pode ser cumulada com as agravantes genérica do artigo 61, inciso II alíneas "e" e "h" do Código Penal, sob pena de afrontamento do principio *non bis idem*.

A Lei nº 13.104/2015 também trouxe mudanças à Lei nº 8.072/90, passando a prever o homicídio qualificado por razão do gênero feminino como crime hediondo.

Sendo assim, o agente que praticou feminicídio não terá direito a fiança, anistia, graça ou indulto, além de que somente haverá progressão de regime após o cumprimento de 2/5 da pena, no caso de réu primeiro, e 3/5 no caso de reincidente.

Em 10 de março de 2015 entrou em vigor as disposições legais contidas na lei nº 13.104/2015, e por se tratar de normatização mais gravosa para o réu, não possui efeitos retroativos, sendo assim o agente que praticou homicídio contra mulher em razão da condição de sexo feminino até a data de 09 de março de 2015 não responderá por feminicídio, devido o Princípio Constitucional da Irretroatividade da Lei Penal que esclarece que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, esse princípio encontra-se positivando no artigo 5º XL da Constituição Federal.

É importante frisar que a qualificadora do Feminicídio não viola o Princípio Constitucional da Igualdade, o Superior Tribunal Federal, ao se manifestar sobre o tratamento diferenciado entre homem e mulher frente aos dispositivos legais trazidos pela Lei nº 11.340/2006, afirmou que no caso em questão não há inconstitucionalidade tanto na ADIn 4.424 como na ACD 19/DF.

Na ADIn 4.24 o Ministro Marco Aurélio em seu Voto destacou:

> "Sob o ângulo constitucional explícito, tem-se como dever do Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Não se coaduna com a razoabilidade, não se coaduna com a proporcionalidade, deixar a atuação estatal a critério da vítima, a critério da mulher, cuja espontânea manifestação de vontade é cerceada por diversos fatores da convivência no lar, inclusive a violência a provocar o receio, o temor, o medo de represálias." (STF - ADI: 4424 DF, 2012)

NA ADC 19/DF o Superior Tribunal Federal novamente ratificou a constitucionalidade dos dispositivos que trazem um tratamento diferenciado entre homem e a mulher:

> "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI Nº 11.340/06 – GÊNEROS MASCULINO E FEMININO – TRATAMENTO DIFERENCIADO. O artigo 1º da Lei nº 11.340/06 surge, sob o ângulo do tratamento diferenciado entre os gêneros – mulher e homem –, harmônica com a Constituição Federal, no que necessária a proteção ante as peculiaridades física e moral da mulher e a cultura brasileira. COMPETÊNCIA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI Nº 11.340/06 – JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E

> FAMILIAR CONTRA A MULHER. O artigo 33 da Lei nº 11.340/06, no que revela a conveniência de criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, não implica usurpação da competência normativa dos estados quanto à própria organização judiciária. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER REGÊNCIA – LEI Nº 9.099/95 – AFASTAMENTO. O artigo 41 da Lei nº 11.340/06, a afastar, nos crimes de violência doméstica contra a mulher, a Lei nº 9.099/95, mostra-se em consonância com o disposto no § 8º do artigo 226 da Carta da Republica, a prever a obrigatoriedade de o Estado adotar mecanismos que coíbam a violência no âmbito das relações familiares." (STF - ADC: 19 DF,2012)

Ante esta linha de raciocínio, as mesmas questões envolvem a Lei nº 13.104/2015, uma vez que a legislação traz tratamento favorável para mulheres visto o histórico social de indiferença, submissão que a mulher viveu ao longo dos anos e ainda vive.

Pode ser vítima de feminicídio, via de regra, a mulher, no entanto a doutrina esclarece:

> "Via de regra, a uma mulher, ou seja, pessoa do sexo feminino, desde que o crime tenha sido cometido por razões de sua condição de gênero, ou que ocorra em situação caracterizadora de violência doméstica ou familiar. O substantivo mulher abrange, logicamente, lésbicas, transexuais e travestis, que se identifiquem como do sexo feminino. Além das esposas, companheiras, namoradas ou amantes, também podem ser vítimas desse crime filhas e netas do agressor, como também mãe, sogra, avó ou qualquer outra parente que mantenha vínculo familiar com o sujeito ativo." (BITENCOURT, 2017)

O sujeito ativo do feminicídio tanto pode ser um homem quanto uma mulher. Para se enquadrar como agressor o sujeito deve cometer o crime nos termos do artigo 121, §2º-A do Código Penal, que destaca que são razões para prática de homicídio contra o gênero feminino o crime é praticado mediante violência doméstica familiar, ou questão de menosprezo ou discriminação da condição de mulher.

O Código de Processo Penal traz em seu artigo 74, § 1º a seguinte redação: "§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados" (Brasil, 1941). Neste sentido, está dentro do rol de crimes dolosos contra a vida o homicídio qualificado em razão da condição de sexo feminino, ou seja, o feminicídio.

Quanto à competência para julgar os homicídios no contexto de feminicídio Barros &Souza (2019, p. 38) esclarecem:

> "Depende da organização judiciária de cada Estado, pois existem alguns entes federativos nos quais há na lei de Organização Judiciária previsão para julgar, em casos de crimes dolosos contra a vida praticados no contexto de violência domestica, a Vara de Violência Domestica. Assim, a

> Vara de Violência Domestica passa a instruir o feito ate a fase de pronuncia e depois faz seu encaminhamento para o Tribunal do Júri."

Mesmo a competência sendo fixada na Vara do Tribunal do Júri serão aplicadas todas as disposições de proteção à mulher trazidas pela Lei Maria da Penha.

E, se fixada na Vara de Violência Doméstica, não existe usurpação da competência do Júri, visto que somente o julgamento é obrigatório pelo Tribunal do Júri:

> "(...)2. Tanto a anexação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher à 3ª Vara Criminal da Capital quanto a instalação da Vara do Tribunal do Júri da Capital, ambas por meio de Resoluções do TJ/SC, se deram em conformidade com a Constituição Federal, que, em seu art. 96, I, "a", autoriza aos Tribunais alterar a competência dos seus respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, desde que observadas as normas de processo e as garantias processuais das partes, como ocorreu no caso. Precedentes(...)"(STF - HC: 102150, 2014)

A violência contra a mulher deve ser combatida em todas as frentes e a inclusão da proteção ao gênero feminino na legislação trata-se de uma resposta a possíveis agressores que antes da edição da Lei nº 13.104/2015 não tinha uma punição mais severa, mesmo que o motivador para o homicídio fosse a razão da condição de sexo feminino, ou seja, anteriormente o sujeito ativo poderia responder por homicídio qualificado por motivo torpe, fútil ou ainda em virtude da mulher não poder se defender, o que é fato, é que não existia uma previsão legal de uma pena maior para o crime contra a mulher pela de condição de sexo feminino.

Atualmente o sujeito ativo que responde por homicídio no contexto de feminicídio terá como pena reclusão de 12 anos a 30 anos. Ora, na previsão de pena já se observa um maior rigor aos casos enquadrados como feminicídio.

AUMENTO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO NO PERÍODO DE PANDEMIA

Atualmente, o Brasil e o mundo vêm enfrentando a existência de uma pandemia em virtude do COVID-19. Esse vírus se tornou um desafio a ser superado. Como providência visando a contenção, o Brasil adotou o isolamento social, fechamento de comércio, proibição de aglomeração de pessoas, dentre inúmeros outras medidas.

A realidade é que a necessidade de evitar o alastramento do COVID-19 levou inúmeras famílias a se recolherem a seus lares, adotando trabalho *home office,* tendo seus contratos de trabalho suspensos ou recebendo adiantamento de suas férias. Assim, a família, que em muitos casos passava apenas um período em conjunto, ampliou a convivência.

Neste período, os casos de feminicídio cresceram consideravelmente:

> "Na primeira atualização de um relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) destaca que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março e abril deste ano, em 12 estados do país, comparativamente ao ano passado. Intitulado Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19, o documento foi divulgado hoje (1º) e tem como referência dados coletados nos órgãos de segurança dos estados brasileiros."(Bond ,2020).

Vários são os fatores que contribuíram para essa situação preocupante, dentre elas está a convivência mais contínua com o agressor que muitas vezes acabam impedindo a vítima de buscar socorro, de realizar denúncias, além de fatores como desemprego, situação de baixa renda entre outras questões culturais e sociais que ampliam os casos de violência.

Por questões como essa, a bandeira contra violência praticada contra a mulher deve ser difundida, o diálogo não deve cessar. É preciso lutar por uma mudança cultural, social; é preciso cultivar o respeito; é preciso ampliar a rede de apoio a mulher; dizer não à violência; e lutar pela compreensão social que não deve permitir cenários de agressões, violência seja de qualquer espécie.

A promoção de lei de combate à violência contra mulher deve e tem vindo aparelhada com mecanismos estatais de proteção à mulher, como se observa na Lei Maria da Penha, mas é necessária a criação de políticas públicas que disseminem de forma mais ampla o respeito à integridade física da mulher. Trata-se de um compromisso social onde se amplia o repúdio a qualquer ato de violência contra o gênero feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante de tantas conquistas é perceptível que a violência contra mulher trata-se de uma questão cultural, e precisa ser combatida em muitas frentes, não apenas por meio da legislação. No entanto, trata-se de um grande avanço a promulgação da Lei nº 13.104/2015 que passou a tratar com mais rigor o homicídio em razão do sexo feminino. As estáticas ligadas ao feminicídio, mesmo após a lei, continuam sendo uma bússola, guiando os movimentos sociais em prol da luta das mulheres a buscar mais respostas, mais políticas públicas e mais comprometimento estatal e social em defesa da mulher.

Os avanços alcançados pela lei de combate a violência doméstica e familiar, assim como a inclusão no Código Penal da qualificadora no crime de homicídio em contexto de feminicídio, demostram um crescimento do Estado no sentido de conter a supremacia masculina, o sistema patriarcal e o sexismo. Ainda há muito o que ser feito a título de políticas públicas, mas devemos reconhecer os alcances até o presente momento.

Ressalta-se ainda que as mudanças no ordenamento jurídico contribuem para novas realidades sociais e são vetores de extrema impotência na coibição do medo e na punição dos infratores.

REFERÊNCIAS

BARROS, Francisco Dirceu; SOUZA Renee do Ó. **Feminicídio: controvérsias e aspectos práticos**. São Paulo. J.H.Mizuno; 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Qualificadora do feminicídio pode ser aplicada a transexual,** 2017. Disponível em https://www.conjur.com.br/2017-nov-15/cezar-bitencourt-feminicidio-aplicado-transexual. Acesso 29/10/2020.

BOND, Letycia. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia**, 2020. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia, acesso em 29/10/2020.

BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941**, Código de Processo Penal.. Brasília, DF, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm, Acesso em 29/10/2020.

BRASIL. COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. **Relatório Final sobre a Violência Contra a Mulher (CPMI)**. Brasília, DF: Congresso Nacional, jul. 2013. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violenciacontra-as-mulheres>. Acesso em: 29/10/ 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstancia qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm, Acesso em 28/10/2020.

GOVERNO FEDERAL, **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Ligue 180 e tudo o que você precisa sabe**r, 2020. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher. Acesso em 29/10/2020

MENEGHEL, Stela Nazareth e PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários, 2017.** Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077 &lng=pt&tlng=pt. Acesso 28/10/2020.

PIZZOLITO, N. **Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Feminicídio**, 2019. Disponível em: https://onovo.com.br/noticia/editorial-603. Acesso em 27/10/2020.

SARDENBERG, C.M.B., TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]**. Salvador: EDUFBA, 2016, 335 p. Bahianas collection, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7.Disponivel em https://doi.org/10.7476/9788523220167; acesso em 29/10/2020

STF **- ADC: 19** DF, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 09/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 28-04-2014 PUBLIC 29-04-2014

STF - **ADI: 4424** DF, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 09/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-148 DIVULG 31-07-2014 PUBLIC 01-08-2014

STF - **HC: 102150 SC**, Relator: Min. TEORI ZAVASCKI, Data de Julgamento: 27/05/2014, Segunda Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-112 DIVULG 10-06-2014 PUBLIC 11-06-2014

A FACE OCULTA DA ALMA

Carvalho, Estrelado Rosineide Maria de[13]

RESUMO:
O presente artigo tem por objetivo demonstrar um diálogo entre a Literatura e Psicologia, refletindo através da história do livro "O retrato de Dorian Gray" escrito na época simbolista, mas que traz características modernistas da literatura inglesa e as alternâncias do comportamento humano através de influências exteriores. O autor Oscar Wilde como excelente escritor criativo utiliza-se dos poderes que a literatura possui para exprime os devaneios da alma, da personalidade humana com suas próprias escolhas descrevendo em sua obra a magia de um retrato, reflexo de alguém que deseja manter-se perfeito para sempre, porém é traído pela sua própria perfeição.

PALAVRAS CHAVE: comportamento, fantasia, ficção, realidade.

INTRODUÇÃO

O ser humano é construído pelas relações sociais, uma vez que, a razão, suas virtudes, conceitos morais, atitudes racionais impulsionam os sentimentos e as emoções constituindo a essência humana. As inquietudes dos indivíduos, suas decisões, os mantém vivos, e o resultado adequado do ser humano com esses atributos que são estritamente humanos constitui uma essência humana não alienada.
O escritor Oscar Wilde ao escrever O Retrato de Dorian Gary brinca com a língua e consegue ultrapassar suas submissões e usa a literatura como um antídoto contra os conflitos da razão e as manifestações da alma. Busca no mais profundo de seu ser, as fantasias, sofrimentos e aflições ao qual tenta esconder da vida real, mas que a arte literária lhe permite viver e declarar para o mundo. Percebe-se o quanto a literatura é importante para o ser humano. É um remédio para curar as mazelas da vida em sua forma física e espiritual. É através da escrita que o ser humano internaliza sua existência. A literatura permite ao homem evitar à mentira e a falsidade tornando-o verdadeiro.
Para Freud a brincadeira da criança é determinada por desejos que auxiliam no seu crescimento, quando esta está em crescimento e para de brincar começa a fantasiar o que denominam-se de devaneios já os escritores criativos são fantasiosos, sonhadores em qualquer momento, pois a literatura é uma arte que ao se entrar em contato com ela pode-se enriquecer o conhecimento, adquirir mais sabedoria, educar e sensibilizar. É no momento de fruição, catarse que os devaneios tornam-se vivos em folhas e mais folhas de livros para os profissionais da escrita.

[13] Graduada no curso de Letras com Inglês. Faculdade Unime. Lauro de Freitas/ BA. E-mail: roseestrelado@hotmail.com

A elaboração do artigo caracteriza-se em pesquisa de caráter qualitativo do tipo explicativo dissertativo do livro "O retrato de Dorian Gray" e de biografias do autor Oscar Wilde em que se utilizou a pesquisa bibliográfica envolvendo autores que discorrem sobre o tema, como uma forma de analisar e explicar a personalidade humana através do diálogo entre a literatura e a psicologia.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Mosquera (1994), a criatura humana se desenvolve desde o nascimento até a morte e este crescimento não é apenas de aprendizado, ou maturação, mas de um produto resultante da mistura desses dois aspectos e é o ser na fase adulta que alcança esse resultado, ou seja, a personalidade como fruto de uma vida cheia de traços físicos, manifestações emotivas e estilos de comportamentos. Tudo isso determina o que cada indivíduo é.

A criança nos primeiros anos de vidas ao praticar suas escritas (garatujas) debruça sua alma através daqueles traços imperfeitos e incompreensíveis a olhos alheios. Contudo, ao ser questionada, àqueles rabiscos criam formas e magicamente se transformam em palavras, frases e histórias (textos) completas. Nessa faixa etária a criança já é alfabetizada e letrada? Não, mas ela inconscientemente utiliza a literatura imaginária, sendo que, para ela esse imaginário é o mundo real.

Segundo Sigmund Freud em Escritores Criativos e Devaneios (1908), a criança ao brincar fantasia e desenvolve os traços imaginativos, de um mundo de brincadeira séria, sendo que esse mundo não é o que é sério, mas o que é real, se distinguindo da realidade, pois liga seus objetos e situações imagináveis a coisas visíveis do mundo real. Isso é o que diferencia o brincar infantil do fantasiar adulto. Os adultos geralmente reprimem suas fantasias, ou praticam as de forma escondida, porém, o escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria um mundo de fantasias que ele leva muito a sério.

Enquanto as crianças o fazem por meio da brincadeira, os escritores utilizam para tanto a criação literária. Para Freud, os devaneios dos outros tendem a nos causar repulsa, pois manifestam seu desejo de grandeza e invulnerabilidade. Entretanto, os desejos do artista, sendo morais ou não, ganham forma em sua obra e tornam-se algo belo. Em um prefacio Oscar Wilde fala sobre a arte e o artista, em que a arte é bela por si só, não é moral ou imoral, o artista é quem exprime nela aquilo o que ele é.

Oscar Wilde, escritor irlandês do período Simbolista possuía esse hábito de inserir porta-vozes em suas obras, através de aforismos cínicos pelos quais é conhecido, costumava colocar o mundo material e o espiritual dentro de seus livros, sem se esquecer da valorização do Eu, que é uma característica marcante do Simbolismo, mas suas ideias e pensamentos iam muito além de sua época. Poderia ser que Wilde sofresse de devaneio excessivo mal adaptado, ou simplesmente "imaginação hiperativa"? Não, pois de acordo com as pesquisas Oscar

Wilde não sofria desse transtorno psicológico ele apenas utilizava os poderes da literatura em sua escrita para declamar as manifestações da alma. É seu estilo literário que permite perceber esses poderes, pois a leitura torna o homem completo, alerta e preciso.

A sua escrita e suas escolhas íntimas lhe custaram dois anos na prisão, e quando O Retrato de Dorian Gary foi lançado era impossível não perceber o quanto tinha de Wilde no personagem-título quanto no perverso Lorde Harry, assim como as diversas insinuações de homossexualidade explicita na narrativa. Por isso a primeira versão da obra foi censurada e diversas passagens do livro foram alteradas ou amenizadas quando seu autor foi levado a julgamento, pois naquela época era crime o homossexualismo na Inglaterra e o seu romance transparecia esse crime.

A literatura é atemporal e tem poderes de transformar o individuo. Em Literatura para quê? Antônio Conpagnon descreve os quatros poderes da Literatura. O primeiro é o poder de guiar e educar melhor que as regras estabelecidas rigidamente, pois ela instrui e deleita ao mesmo tempo; o segundo poder age no indivíduo como um remédio de libertação da submissão aos posicionamentos autoritários; o terceiro poder permite que o ser ultrapasse os limites da linguagem ordinária no sentido mais amplo que a língua permita e o quarto poder ensina o ser humano a não ser enganado pela língua e sim exercer influência sobre ela. Através da literatura é possível conhecer o mundo sem sair de casa, dar opiniões sem ofensas e viver a vida do outro sem roubá-la.

Oscar Wild recorre à arte poética da literatura para insere todas as suas fantasias, devaneios em sua escrita. Com obras recheadas de humor, realidade, drama e ousadia, o autor deixa transparecer o primeiro poder da Literatura através da descrição das alternâncias do comportamento humano em reflexo de suas escolhas. Faz com que o eu poético transcreva sua vida real através de sua escrita criativa e desta forma omite da sociedade da época seus desejos e ações que o momento não lhe permitiria viver. O escritor criativo possui essa capacidade de transportar os devaneios, lembranças de épocas outroras.

> Uma poderosa experiência no presente desperta no escritor criativo uma lembrança de uma existência anterior (geralmente de sua infância), da qual se origina então um desejo que encontra realização na obra criativa. A própria obra revela elementos da ocasião motivadora do presente e da lembrança antiga (p.156).

Para Conpagnon (2009) a Literatura deleita e instrui ao mesmo tempo e Wilde demonstra esse poder, pois ele estava bem além de sua época, vivia no simbolismo, mas demonstrava as características marcantes do chamado Modernismo que ainda não estavam no auge, mas esse costume de misturar-se com os personagens e usar a literatura como meio para comunicar suas próprias opiniões, não foram anunciados por

ele mesmo, mas por personagens em suas peças de teatro. Foram seus personagens que lhe permitiram viver as experiências alheias ao qual a moral e a ética inibem e impossibilitam.
O segundo poder relata que a literatura faz à libertação do indivíduo da sua submissão as autoridades, tanto política como religiosa. O Retrato de Dorian Gary é uma narrativa com ares de conto fantástico que traz influências góticas como as grandes histórias vitorianas. Wilde cobriu sua história de terror, ironia e acidez, mas a maior ironia é o retrato que ele faz da sociedade da época. Sem piedade ele constrói um maravilhoso jogo em que os personagens da vida real são expostos sob a fachada da ficção. Traz homens e mulheres corretos, mas fascinados por um belo jovem que nunca envelhece.
A obra é sem dúvida espetacular e nela percebe-se claramente o terceiro poder da literatura que é ultrapassar os limites da linguagem ordinária em que o autor usando a violência verbal tem a ousadia de apontar a hipocrisia de uma época que tinha a mentira como respiração que os mantinham vivos, a época Vitoriana. Por isso, é uma história universal sobre a natureza humana, sobre as faces ocultas da alma escrita sem tons moralizantes, com uma escrita leve, fluida e agradável de ler. Nela são abordadas várias questões filosóficas e existenciais, que a cada página nos mostra por que foi tão censurado, a cada frase nota-se o sofrimento da alma do autor em falar de suas escolhas sexuais, de seus desejos excêntricos, da homossexualidade.
Os sofrimentos da alma causam somatização, geram problemas de ordem física e psicológica. Quando a pessoa está sofrendo na alma, mergulhando na angústia, parece que tudo vai mal, nada funciona, até mesmo a fé se torna difícil de viver. Wilde nos demonstra através do livro (O retrato de Dorian Gary) que algo está errado com sua alma. Na narrativa, quando Dorian provoca a primeira morte percebe que algo mudou no retrato, a fisionomia já não era mais a mesma, havia traços de cinismo e maldade. O retrato mostra para Dorian que ele nada menos é que a figura de sua alma. Mas a alma de Dorian Gary seria a transparência da alma de Wilde?
Quem ler o livro e se interessa pela história de vida de Oscar Wilde percebe que o autor se faz vivo no decorrer de toda a trama, ele não quer apenas demonstrar suas escolhas sexuais, é possível que a maior intenção do escritor fosse mostrar para o mundo o quanto o ser humano é vulnerável, quanto pode mudar em função da opinião dos outros, o quanto são corruptíveis, o quanto a posição e o discurso muda quando é o indivíduo que vive a situação.
A mudança gritante da personagem principal, de moço ingênuo para um homem cruel e sem moral nos faz perceber que a alma humana é delicada e que não é a criança, mas é o adulto que pode alcançar a personalidade como fruto de uma vida cheia, orientada para determinado fim. Wilde mistura o belo e o feio, trata o sexo de forma diferente para os padrões da época, escreve Dorian como um indivíduo com sentimentos imediatista, e Lorde Henry com um alto poder de

persuasão sobre o seu semelhante, uma psicopatia insana. Há partes no livro que nos choca, mas ao mesmo tempo vão se encaixando e fazendo sentido.

A literatura filosófica que Wilde traz de forma meio embaralhada ao comportamento humano nos remete ao quarto poder da literatura e demonstra o quão grande ela é poderosa e quanto o ser humano é capaz de dominá-la, brincar com as palavras ir além do que ela oferece se colocar no exercício sobre ela, e assim, consertar ou reunificar a língua. É como se o escritor estivesse relatando suas próprias angústias e aflições, usando os personagens para representar a sua vida. A vida certinha da época da juventude, e esposo perfeito que amava sua família, assim como Dorian no início do livro era um rapaz atencioso, graciosa, afável, e com um caráter sutil e cativante, tamanha simpatia e beleza que acabou fascinando o pintor Basil Hallward. Mas ao conhecer Henry deixa se influenciar e muda completamente seu jeito de ser e de pensar. Wilde também passou por mudanças ao tentar viver suas escolhas sexuais de uma hora para outra.

A história é muito densa e abala o lado psicológico do leitor, que entra em conflito em admirar Dorian Gray e odiá-lo por suas atitudes e fraquezas. Um jovem na sociedade da Inglaterra Vitoriana no século XIX pertencente à burguesia inglesa, de extrema beleza que serve de modelo para o pintor Basil Hallward, resultando num quadro que retrata Dorian com extrema semelhança e beleza, como se o pintor conseguisse captar a própria alma do jovem ao quadro. Isso é exercer a literatura, pois ela pode não permitir andar, mas permite respirar, divertir, inovar e criar novas vidas.

O pintor tinha por Dorian um sentimento que sobrepujava qualquer interesse financeiro, era idolatria e amor. Basil tecia tantos elogios e falava tanto sobre Dorian que acabou deixando Lorde Henry intrigado sobre o modelo de Basil. Então, Dorian é apresentado a Henry que com sua astúcia logo adquire um interesse pelo rapaz e sua formosura. Sua natureza destrutiva, hedonista e a capacidade de persuasão acabaram por corromper a natureza crédula e quase pueril de Dorian. Diante desses relatos do livro percebe-se que a literatura atribui valores às coisas, permite ao ser ver o próximo e a si mesmo de forma diferente e encontrar as proporções da vida.

Dorian passa a ver o lado fútil da vida e deseja ardentemente que a sua beleza física dure eternamente. Quando Basil finaliza o quadro, ele coloca todo o ímpeto, o desejo de nunca ficar velho e feio, de nunca perder a beleza etérea e frágil que tanto lhe faz ficar famoso e bem quisto aos olhos da sociedade que agora ele pertence. Tal ideia da aparência estética como mais importante é uma crítica aos padrões sociais da época. E essa busca incessante pelo belo contradiz com o puritanismo moral da época Vitoriana, mas esse puritanismo é apenas fachada, são apenas aparências, na verdade as pessoas levam uma vida de fingimento. É nessa sociedade em que Wilde insere Dorian Gary.

A literatura é complexa, talvez inexplicável, pois através dela o indivíduo morre e renasce do meio das cinzas como uma bela fênix, voa até o céu e adentra ao inferno de Ades, constrói e descontrói mundos como a moça tecelã. Mas como tudo isso é possível? Como os escritores conseguem descrever a literatura através de seus devaneios? Freud em tons modestos se coloca como "leigo e curioso" se pergunta: *de que fontes esse estranho ser, o escritor criativo retira seu material [...].*

> Nós, leigos, sempre sentimos uma intensa curiosidade - como o Cardeal que fez uma idêntica indagação a Ariosto - em saber de que fontes esse estranho ser, o escritor criativo, retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes (FREUD).

Ao analisar a vida e algumas obras de Wild percebe-se o quanto ele é um escritor criativo cheio de devaneios, pois consegue transcrever as manifestações da própria alma por meio de sua escrita criativa, uma vez que, segundo Freud as fantasias surgem a partir de desejos insatisfeitos, devaneios que envergonham por serem proibidos e infantis e todo fantasiar é uma correção da realidade, dessa forma, Oscar Wild consegue utilizar os poderes da literatura para corrigir a realidade insatisfatória ao qual vive sem causar maiores impactos á sociedade vitoriana da época.

Henry, maquiavélico que é, torna-se amigo de Dorian e com os conselhos e suas ideias autoritárias, acaba seduzindo e conduzindo o moço a um caminho sem volta, ao qual seu desejo é atendido, e sua alma é dada em troca da juventude eterna e Gray perde completamente a noção de moral e aquele moço que chega à cidade com índole quase infantil se enterra no mais profundo abismo da podridão humana. Nem o amor e as virtudes de Sibyl são capazes de libertá-lo dessa prisão. Fazem é com que ele a despreze cruelmente a ponto de provocar um desespero tão grande na jovem que se suicida de desgosto.

Wilde demonstra sua inteligência em torno da literatura ao dominar a língua descreve com tanta maestria todo o fervor das palavras de Dorian que quem as lê acaba criando certa rejeição ao personagem por ser tão frio e insensível. A derrota completa de Dorian se dá no momento em que, outra vez, se deixa levar pelos argumentos absurdos de Henry e sem qualquer sentimento de remorso, trata o assunto da morte de Sibyl como se fosse mais uma encenação teatral.

A partir desse momento, ele que já havia percebido mudanças no retrato pintado por Basil. Vê que o quadro começa assumir fisionomia cruel e pestilenta, ou melhor, a cada mudança da personalidade de Dorian, o quadro se deteriorava. Ele está cada vez mais viçoso e pernicioso, participa de orgias sexuais e situações das mais devassas. O tempo parou para ele, não envelhecia e nenhuma ruga manchava seu rosto magnífico, mas o quadro escondido pelo protagonista quase

que exalava o odor pútrido de todas as maldades e loucuras cometidas por Gray.

A leitura da obra "O retrato de Dorian Gray", ajuda a entender a explicação da psicanálise em relação à natureza dos desejos do fantasiar. Para a psicanálise esses devaneios estão divididos em dois grupos naturais: os desejos eróticos que são os que o ser humano oculta, e os desejos ambicioso que são os que elevam a personalidade do indivíduo. Enquanto a criança no seu brincar não encontra vergonha, *o adulto envergonha-se de suas fantasias por serem infantis e proibidas* (p.151), tudo isso é percebido no decorrer da trama.

A imagem do retrato vai mudando conforme o nível de seus pecados, iniciando com um simples sorriso malicioso, sofrendo deformações pela idade e pelo grau de corrupção e maldades. E apesar de suas boas ações o quadro não muda, pelo contrário só piora a cada dia, pois o quadro é o retrato da própria alma de Dorian Gary que já está contaminada. Diante dessa conclusão Dorian resolve destruí-lo utilizando a mesma faca ao qual matou o pintor Basil, golpeando e perfurando o quadro, mas este acabou matando a si próprio. Libertou sua alma da prisão, deixando o quadro livre para reinar em soberania pela sua beleza, enquanto que seu modelo assumiu a verdadeira face do ser humano, acabar de acordo com a ordem cronológica da vida: nascer, crescer, envelhecer e morrer e isso e bem descrito no livro.

É espetacular o alto poder de criação dos escritores. Incrível como eles conseguem impressionar e despertar emoções nos leitores, na quais não imaginavam serem capazes de desenvolver a partir de determinada leitura. Para Cpmpagnon tudo isso é possível porque a literatura possui várias funções e dentre muitas uma e a fruição, ou seja, desperta a empatia, visto que, a literatura evita que o indivíduo recorra a dissimulação, a falsidade e a hipocrisia, ela faz o caminho inverso e torna o homem melhor, sincero e verdadeiro.

Sendo assim, a literatura deve ser estudada, ensinada e lida, porque permite compreender, transmitir e preservar as experiências e os valores dos outros, ela torna o indivíduo leitor capaz de aproveitar, gozar ou simplesmente suportar a vida. Portanto, é preciso preservá-la e protegê-la da desvalorização da modernidade. Pois ela deixou de ser a muito tempo a única a dar uma forma à experiência humana. Mas ela ainda continua sendo capaz de construir e desenvolver o eu autônomo no indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa maravilhosa obra prima de Oscar Wilde questiona os costumes de como o ser humano se molda e vive de acordo com os padrões sociais e como a literatura permite o indivíduo descrever de forma sucinta e precisa a vida alheia, ou até mesmo a própria vida que a moral e as virtudes não permitem viver. Sabe-se que o escritor foi um grande crítico da sua contemporaneidade e nessa obra critica vários valores e ideias da época. O mais interessante é que o autor não declara de forma explícita os pecados, acordos e atos cometidos por alguns personagens, apenas os indica, permitindo ao leitor fazer suas próprias interpretações. Pois Dorian adaptava-se com as pessoas que convivia e fazia o possível e impossível para realizar seus objetivos.

Sua obra permite questionar se o ser humano é mesmo influenciado pelo meio que o cerca, ou se todas as atitudes e escolhas já não estão intrínsecas na alma humana. O livro de Oscar Wilde permite uma reflexão em que parece ser que a moral nasce apenas do medo da punição, se fossemos completamente livres, como Dorian também afundaríamos da mesma forma? Mas a literatura evita que o indivíduo recorra à hipocrisia, a falsidade e a dissimulação ela os torna independentes, sem medos ou receios, desta foram, os torna sinceros e verdadeiros e cada vez melhor.

De acordo com as teorias da personalidade, o comportamento humano tem como objetivos principais: a busca de prazer, evitar sensações desagradáveis, a autorrealização e a autoimagem. Traços que Oscar Wilde reuniu em uma só obra. O autor descreve com excelência os aspectos da personalidade a partir do comportamento dos personagens Dorian Gary e Lorde Henry. Aborda de forma sem moral o tema da moralidade. Indivíduos que busca de forma incontrolável satisfazer e realizar os objetivos pessoais.

Por isso, acredita-se que a literatura faz apelo à empatia e as emoções, limpa e liberta da forma convencional de pensar a vida. Ela incomoda, desconcerta, desorienta os discursos psicológicos, filosóficos e sociológicos, porque ela percorre as regiões da essência humana que os outros discursos negligenciam. A literatura pensa diferente da ciência e da filosofia é um conhecimento diferenciado do erudito, ela não tem limites, não conclui, mantém-se sempre aberta para explicar os comportamentos, as motivações e as emoções humanas.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** – DSM4. 4º ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Beck A., Freeman A. **Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Beck JS. **Terapia cognitiva – teoria e prática. Porto Alegre**: Artes Médicas, 1997.

COMPAGNON, Antoine**. Literatura para quê?**. Tradução Laura Taddel Brandini. Belo horizonte, UFMG. 2009.

FREUD, Sigmund. **Escritores criativos e devaneios**. In *ESB,* vol. IX. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

MOSQUERA, Juan; STOBAUS, Claus. **Psicologia de Deporto**. OFRS.1984

WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gary**. Tradução e adaptação Karin Anspach Hoch São Paulo. Abril. 2012

MORALIDADE E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Machado, Sandra Lia Ribeiro[14]

RESUMO:
Esse estudo cuja temática é a Moralidade e a Ética no Serviço Público, buscou realizar uma pesquisa bibliográfica para atingir os objetivos de conceituar ética; conceituar moral; identificar os princípios que norteiam a Administração Pública; a importância do comportamento ético no serviço público. A problemática desse artigo é verificar se através do estudo da ética na Administração Pública é possível que os gestores se conscientizem da importância dessa prática para realização de seus serviços? No referencial teórico foram consultados autores como Cretela Junior, Adolfo Sánchez Vázquez, Marilena Chauí. O estudo da ética e moral é sempre necessário em decorrência das necessidades de as pessoas orientarem seu comportamento de acordo com a nova realidade que se vislumbra diariamente na vida social. A honestidade é sempre associada ao conceito de moralidade e é vista como a base para o bom funcionamento de uma sociedade que se pretenda democrática. É importante compreender que o processo democrático pressupõe uma prática constante, e só se concretiza com a participação de toda a comunidade na gestão dos interesses coletivos, desde que cada um desempenhe o seu papel com seriedade e respeito. Neste aspecto, a conduta ética é fator fundamental para que a sociedade se desenvolva e se fortaleça na direção de um futuro equilíbrio, mais justo e mais humano, sem diferenças sociais.

PALAVRAS CHAVE: Ética. Moral. Conduta. Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A gestão pública atual apresenta uma tendência à inovação da administração, incorporando técnicas do setor privado, porém adaptando-se às suas características próprias.

É notório, nos dias atuais, que as exigências do cidadão estão cada vez maiores, com relação aos atendimentos, à higiene, ao bem-estar, à segurança pessoal e profissional, aos preços razoáveis, enfim ao que a sociedade pode oferecer de melhor para a satisfação de suas necessidades e respeitando seus direitos.

Isso ocorre em todas as esferas da sociedade, seja na área pública, ou na área privada, seja em relação aos serviços ou aos produtos, seja em projetos sociais, educacionais, econômicos ou outros que de interesse à sociedade.

Os cidadãos estão cada vez mais preocupados com sua saúde, com seus direitos, com a qualidade dos seus anos de vida, com suas condições de moradia, com sua motivação ao trabalho. Não se

[14] Graduada em Tecnologia em Gestão Pública – Instituto Federal do Paraná. E-mail: sandralrm66@gmail.com

contentam mais com condições precárias, em qualquer situação, pois o fluxo de informações, principalmente por meio da internet, possibilita que muitos brasileiros tenham acesso a informações que os levem a pensar das suas possibilidades de melhoria contínua.

Diante desse cenário, os governantes precisam a cada dia mais seguirem os principais princípios da Administração Pública e serem éticos nas suas atitudes como administradores.

Esse estudo cuja temática é a Moralidade e a Ética no Serviço Público, buscou realizar uma pesquisa bibliográfica para atingir os objetivos de conceituar ética; conceituar moral; identificar os princípios que norteiam a Administração Pública; a importância do comportamento ético no serviço público. A problemática desse artigo é através do estudo da ética na Administração Pública é possível que os gestores se conscientizem da importância dessa prática para realização de seus serviços?

Esse estudo teve como opção metodológica a pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Na acepção de Marconi e Lakatos (2009, p. 32), a pesquisa bibliográfica "é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos e dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento". De acordo com essa temática a pesquisa bibliográfica trata-se de um levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas científicas, anais de congressos e imprensa escrita. Os autores corroboram afirmando que a referida técnica de pesquisa coloca o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi publicado acerca da temática em questão.

Essa pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira etapa foi a busca de materiais e na segunda etapa foi o desenvolvimento do tema.

DIREITO E A MORAL

O direito pode ser compreendido como um fenômeno de ordem social constituído por princípios, preceitos, regras e leis que regem as relações humanas, a fim de manter a harmonia dos interesses coletivos (VAZQUEZ, 2008).

A moral, por sua vez, também pressupõe determinados princípios, normas ou regras de convivência numa sociedade. A ciência que estuda estes costumes é conhecida como Ética. Os filósofos definem Ética como sendo a filosofia da Moral, tendo por fim a explicação dos fatos morais manifestados pela consciência humana. (VASQUEZ, 2008, p 54). Uma sociedade regida pela Ética é aquela em que seus cidadãos são pautados por comportamentos moralmente aceitos por ela.

A moralidade, na prática, é o princípio que motiva e dirige as ações do ser humano, possibilitando-o discernir entre o certo e o errado, evidenciando na sua conduta o grau de civilização de acordo com a Ética da sociedade em que vive. (VAZQUEZ, 2008, p. 62).

A moralidade administrativa é hoje, também, exigência jurídica, positivada na legislação brasileira como princípio autônomo, no caput do art. 37 da nossa Carta Magna. O princípio da moralidade

administrativa constitui pressuposto de validade de todo ato emanado pela Administração Pública, possui eficácia jurídica direta e imediata, é muito mais que uma norma, é uma diretriz superior.

Segundo Junior Cretella (2012, p. 2134), "a palavra princípio é termo análogo, isto é suscetível de inúmeros sentidos, todos, porém, ligados pelo menos por um ponto de contato em comum". Para ele princípio é antes de tudo, ponto de partida. E "princípios de uma ciência são proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturações subsequentes. Princípios, nesse sentido, são os alicerces, os fundamentos da ciência".

A noção de princípio pode ser entendida como "ponto de partida" utilizado pelos operadores do Direito, para guiá-los em sua hermenêutica das leis. No que diz respeito à noção de "moralidade e moral", Vázquez (2008, p. 84), define a Moral como um sistema de normas, princípios e valores, que regulamentam as relações humanas em uma comunidade, de maneira que: "estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e consequentemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal".

Vázquez (2008, p. 66) entende que a "moral" encontra-se num plano ideal, ao passo que a "moralidade" está no plano real, definindo-a como "um componente efetivo das relações humanas concretas entre os indivíduos e a comunidade". Em outras palavras seriam as relações humanas concretas travadas no contexto de uma moral vigorante.

De forma diversa entende Chauí (2009, p. 339), ao escrever sobre a moral, não distinguindo o ideal do concreto. Segundo ela, "toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros."

A moral, assim, surge dos costumes produzidos pela sociedade. Se tomássemos a sociedade ocidental, por exemplo, seria inegável a influência do Cristianismo em sua moral.

> Nossos sentimentos, nossas condutas, nossas ações e nossos comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos (família, classe e grupo social, escola, religião, trabalho, circunstâncias, políticas, etc.). Somos formados pelos costumes de nossa sociedade, que nos educa para respeitarmos e reproduzirmos os valores propostos por ela como bons, e, portanto, com obrigações e deveres [...] somos recompensados quando os seguimos, punidos quando os transgredimos. (CHAUÍ, 2009, p. 345)

A sociedade é que determina a maneira que devemos nos comportar, pois só assim é que iremos fazer parte de um determinado grupo ou ser aceitos por ele.

Segundo Vásquez (2008, p. 97), Direto e Moral guardam parentesco porque:1) ambos regulamentam as relações dos homens uns com os outros por meio de normas; 2) normas jurídicas e morais têm em comum a forma de imperativo; 3) a mesma finalidade social, qual seja:

regulamentar a relações humanas a fim de garantir certa coesão social; 4) ambos têm caráter histórico, pois seu conteúdo varia de uma época para outra.

Para este autor a moral não se confunde com o Direito, pois ela:1) tem suas normas cumpridas através da convicção íntima dos indivíduos, ao passo que as normas jurídicas não exigem esta convicção interna; 2) o cumprimento das normas morais não é garantido por um dispositivo exterior que possa prescindir da vontade, enquanto que o Direito, através de um organismo estatal, impõe comportamentos, passando por cima da vontade dos indivíduos; 3) normas morais não são codificadas; 4) o Direito cuida de relações humanas que o Estado entendem serem mais vitais,ao passo que a moral possui um campo de abrangência maior, envolvendo todas as relações humanas; 5) a Moral antecede o Estado e pode existir sem ele, pois não exige coação estatal, ao passo que o Direito, por manifestar-se através de coação externa, acha-se ligado ao aparecimento do Estado; 6) dentro de um Estado, por conseguinte, podem existir várias morais, mas apenas um direito; 7) sendo as normas jurídicas e morais mutáveis historicamente, o progresso "espiritual" da humanidade tende a ampliar a Moral em relação ao Direito, dado que as condutas passam a ser espontâneas, sendo desnecessária a coação. (2008, p. 112).

Apesar da interessante distinção elaborada por Sanchéz Vazqués, parece que a conceituação feita por Marilene Chauí (2012, p. 432) é mais abrangente porque, para ela, o Direito não se reduz ao conjunto de normas codificadas por um Estado, mas tem uma significação muito maior. Seria melhor dizer que o Estado produz o seu ordenamento jurídico e ele está inserido num contexto eivado de costumes e, por isso, sofre a influência da moral de sua época.

Portanto, pode deduzir que as normas jurídicas refletem uma moral estabelecida na sociedade. E a moral correlata à moralidade administrativa brasileira refere-se, também, à moralidade do nosso tempo, ou seja, à moralidade do Estado Social e Democrático de Direito.

A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

No sistema brasileiro, a fiscalização financeira e orçamentária é feita pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do poder executivo instituído por lei. O controle externo do Congresso Nacional é feito com o auxílio do Tribunal de Contas da União. O controle interno visa criar condições indispensáveis que assegurem a eficácia do controle externo, e a regularidade da execução orçamentária no tocante à receita e à despesa.

A meta de obtenção do desenvolvimento e econômico necessita de ética no desempenho das funções administrativas. Nas palavras de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (2014, p. 166), "o ato de contas, assim, levado a chancela da fiscalização, há de ser perfeito nos seus

requisitos e eficaz para que possa produzir os devidos efeitos jurídicos. A riqueza pública merece maior respeito que a riqueza particular".
Sobrinho ainda aponta como mais bem adequado a realidade constitucional, à legalidade e à moralidade, o sistema da fiscalização impeditiva, do veto absoluto ou relativo, do registro sob reservas que traz a responsabilidade administrativa. A fiscalização a posteriori, na opinião do autor, onde não há obrigação de registro prévio, "os controles são mínimos para as despesas irregulares ou ilegais. É que o controle prévio tem por fim neutralizar qualquer tentativa capaz de gerar fraude ou abuso do ato praticado, e é passível da anulação."(2014, p. 178)
O referido autor cita o Decreto-lei 201/67 como exemplo de instituto normativo que consagra a moralidade e cobra a responsabilidade de prefeitos municipais. Todavia, o ordenamento jurídico brasileiro contempla a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, praticamente, um código de conduta para os gestores públicos de todos os poderes e de todas as esferas de governo, dita nova ordem no trato do dinheiro e patrimônio públicos. Basicamente, é um conjunto de normas para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios administrem com equilíbrio suas receitas e despesas. Fixa limites para despesa com pessoal, para dívida pública e ainda, determina que sejam criadas metas de controle das receitas e despesas, de forma que o governante pague as despesas sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros, gastando, tão somente, os recursos disponíveis. Ou, em outras palavras, que o poder público arrecade o que tem direito e gaste bem o dinheiro que tem, sem comprometer o futuro.
Nos termos do § 1º do art. 1º da referida lei, a transparência e requisito necessário na administração pública:

> A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesa com pessoal, da seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Resto a Pagar.

Em seu art. 32, ao tratar das contratações com a Administração Pública, assegura acesso público às informações:

> Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
> [...]
> § 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas

> públicas interna e externa, garantindo o acesso público às informações, que incluirão:
> I – encargos e condições de contratação;
> II – saldos atualizados e limites relativos às dividas consolidadas e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

A Lei de Responsabilidade Fiscal acresce instrumentos de planejamento e controle ao sistema já existente, além de incluir a participação popular, por meio de audiências públicas em todo o processo, desde a discussão até a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anuais, visando a transparência administrativa.

A transparência vem disposta em detalhes a partir do art. 48 da referida lei, de forma que os cidadãos possam tornar operacional o direito de acesso disposto:

> Art. 48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
> Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

A população deve ser estimulada a participar das audiências públicas para saber o que o governante pode e deve fazer e, também, para participar das decisões e exercer o controle das contas públicas. A transparência e o acesso às informações são uma garantia da democracia.

ÉTICA NO SERVIÇO PUBLICO

A insatisfação com a conduta ética no serviço público é um fato que vem sendo constantemente criticado pela sociedade brasileira. De modo geral, o país enfrenta o descrédito da opinião pública a respeito do comportamento dos administradores públicos e da classe política em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal. A partir desse cenário é natural que a expectativa da sociedade seja mais exigente com a conduta daqueles que desempenham atividades no serviço e na gestão de bens públicos.

A opinião pública, atualmente desfavorável à conduta dada por funcionários e gestores públicos à administração pública, apresenta uma tendência a posicionar a todos no mesmo patamar, por meio de uma visão imediatista no que se refere às providências a serem tomadas diante de atos ilícitos e antiéticos.

As leis, além de normatizarem determinado assunto, trazem, em seu conteúdo penalidades de advertência, suspensão e reclusão do servidor público que infringir dispositivos previstos na legislação

vigente. Uma das mais comentadas na atualidade é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Já os códigos de ética trazem, em seu conteúdo, o conjunto de normas a serem seguidas e as penalidades aplicáveis no caso do não cumprimento das mesmas. Normalmente, os códigos lembram aos funcionários que estes devem agir com dignidade, decoro, zelo e eficácia, para preservar a honra do serviço público. Enfatizam que é dever do servidor ser cortês, atencioso, respeitoso com os usuários do serviço público. Também é dever do servidor ser rápido assíduo, leal, correto e justo, escolhendo sempre aquela opção que beneficie o maior número de pessoas. Os códigos discorrem, ainda, sobre as obrigações, regras, cuidados e cautelas que devem ser observadas para o cumprimento do objetivo maior que é o bem comum, prestando serviço público de qualidade à população. Também se destaca nos códigos que a função do servidor deve ser exercida com a transparência, competência, seriedade e compromisso com o bem estar da coletividade.

Criado pelo Presidente da República em maio de 1999 a Comissão de Ética Pública, entende que o aperfeiçoamento da conduta ética decorreria da explicitação de regras claras de comportamento e do desenvolvimento de uma estratégia específica para sua implementação. Na formulação dessa estratégia a Comissão considera que é imprescindível levar em conta que a base do funcionalismo é estruturalmente sólida, pois deriva de valores tradicionais da classe média, onde ele é o recrutado. Portanto, qualquer iniciativa que parta do diagnóstico de que se está diante de um problema endêmico de corrupção generalizada será inevitavelmente equivocada, injusta e contraproducente, pois alienaria o funcionalismo do esforço de aperfeiçoamento que a sociedade está a exigir. Afinal, não se poderia responsabilizar nem cobrar algo de alguém que sequer teve a oportunidade de conhecê-lo. (http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2674/Etica-e-servico-publico, (publicado em 08 de junho de 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com esse trabalho que o comportamento do agente público deve ser acima de tudo ético. Portanto, o gestor da coisa público, com um comportamento ético, deve agir, sempre, com boa fé, respeito às normas de convivência e calcado em princípios morais, além de estar em conformidade com a lei.

A sociedade por sua vez, tem dever de participar da gestão pública e de exigir a postura política adequada a seus administradores, bem como fazer uso dos instrumentos legais, para exercer o seu direito de cidadania, de forma a denunciar e combater a corrupção.

Enfim concluímos que devido o quadro político atual, percebe-se que o estudo sobre moralidade e ética deve ser contínuo para que possamos

exigir uma constante melhoria no serviço público dos agentes públicos e dos agentes políticos.
Diante do artigo concluído podemos responder a problemática levantada no início desse trabalho. Não é possível saber realmente do servidor como será o seu comportamento após conhecer a importância de ter ética em suas atividades, mas podemos terminar esse estudo com os objetivos concluídos, pois conseguimos apresentar a quem interessar a importância da ética no serviço público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2020

CHAUÍ, Marilena. A existência ética. In: **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2009.

CRETELA JUNIOR, J. **Comentários à Constituição Brasileira de1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
ETICA E SERVIÇO PÚBLICO. Disponível em: http://www.direitonet.com.br. Acesso em: 10 dez. 2020

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. **O controle da moralidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio, Civilização Brasileira, 2008.

.